



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

**Representações Sociais da Homossexualidade no Ambiente
de Trabalho: Um estudo da Zona Muda**

Brasília, DF

2015

Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

**Representações Sociais da Homossexualidade no Ambiente
de Trabalho: Um Estudo da Zona Muda**

Lislly Telles de Barros

Brasília, DF

2015

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Barros, Lislly Telles de.

Representações sociais da homossexualidade no ambiente de trabalho: Um estudo da zona muda / Lislly Telles de Barros – 2015.
125 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, Departamento de Psicologia, 2015.

Orientadora: Ana Lúcia Galinkin

1. Representações sociais. 2. Zona muda. 3. Homossexual. 4. Homofobia. I. Galinkin, Ana Lúcia. II. Universidade de Brasília. Departamento de Psicologia. III. Título.

Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

**Representações Sociais da Homossexualidade no Ambiente
de Trabalho: Um Estudo da Zona Muda**

Lislly Telles de Barros

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, como requisito à obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social do Trabalho e das Organizações.

Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Lúcia Galinkin

Brasília, DF

2015

Representações Sociais da Homossexualidade no Ambiente de Trabalho:

Um estudo da Zona Muda

Dissertação defendida e aprovada pela banca examinadora constituída por:

Professora Doutora Ana Lúcia Galinkin (Presidente)

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

Universidade de Brasília

Professora Doutora Ângela Maria de Oliveira Almeida (Membro)

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

Universidade de Brasília

Doutora Vânia Cristine Cavalcanti Anchieta (Membro)

Polícia Civil do Distrito Federal

Doutora Jaqueline Gomes de Jesus (Suplente)

Universidade de Brasília

O que não é regulado para a geração ou por ela transfigurado não possui eira, nem beira, nem lei. Nem verbo também. É ao mesmo tempo expulso, negado e reduzido ao silêncio. Não somente não existe, como não deve existir e à menor manifestação fá-lo-ão desaparecer – sejam atos ou palavras.

Foucault (1999, p. 10)

Dedicatória

Ao meu esposo, André,
pelo companheirismo, compreensão, carinho e
incentivos ilimitados.

Aos meus pais, Leila e Bira,
pelo amor incondicional e valores de trabalho
e dedicação.

Ao meu irmão, Alyson,
por me mostrar que a vida pode ser bem mais
leve.

Agradecimentos

Acredito que as grandes conquistas resultam de muita dedicação, esforço, amor e união. É preciso saber o que se quer e seguir adiante, sem se incomodar com as pedras no caminho. É preciso muito empenho, vontade de fazer a diferença e transformar o desejo em realidade.

Não seria possível realizar este sonho sozinha. Por isso, gostaria de agradecer às pessoas que embarcaram comigo nessa jornada de dois anos.

Agradeço a minha orientadora, Ana Lúcia Galinkin, por me guiar e iluminar o caminho do conhecimento e aprendizado.

Ao meu esposo, André, por ter assumido diversas responsabilidades e ter sido uma fonte constante de incentivos.

Aos meus pais, Bira e Leila, e irmão, Alyson, por estarem sempre ao meu lado, entenderem as ausências e serem exemplos de dedicação, motivação e trabalho.

À minha família (Família Telles) e aos Agregados pelo constante apoio e palavras de carinho! Obrigada pelos momentos de lazer e descontração, pelas piadas e demais besteiras cibernéticas, garantias de boas risadas.

Obrigada aos amigos e parentes (de perto e de longe) pela paciência e compreensão em todos os momentos.

Obrigada a toda equipe do trabalho por também terem acreditado no meu sonho e permitido que eu o realizasse.

Obrigada, Deus, pelos dias maravilhosos que vivi e pela experiência adorável que passei! Sou e estou muito feliz! Obrigada!

Sumário

| | |
|---|------|
| Índice de tabelas | xi |
| Índice de figuras | xii |
| Resumo | xiii |
| Abstract | xiv |
| Apresentação | 1 |
| Homossexualidades | 10 |
| Por uma distinção de gênero | 13 |
| Homofobia Institucional | 18 |
| As Representações Sociais e a Teoria do Núcleo Central | 23 |
| A Teoria das Representações Sociais | 23 |
| A Teoria do Núcleo Central | 29 |
| A Zona Muda das Representações Sociais | 34 |
| ESTUDO 1 | |
| As representações sociais do trabalho com homossexuais por servidores do poder judiciário | 39 |
| Objetivos (Geral e Específico) | 45 |
| Método | 46 |
| Resultados | 54 |
| Discussão | 63 |
| ESTUDO 2 | |
| A zona muda das representações sociais do trabalho com homossexuais por servidores do poder judiciário | 66 |
| Objetivos (Geral e Específico) | 71 |
| Método | 71 |

| | |
|---|-----|
| Resultados | 75 |
| Discussão | 87 |
| Conclusão | 91 |
| Referências | 97 |
| Referências Estudo 1 | 106 |
| Referências Estudo 2 | 111 |
| ANEXOS | 114 |
| ANEXO 1. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido | 115 |
| ANEXO 2. Instrumento de Evocação | 116 |

Índice de Tabelas

| | |
|--|----|
| Tabela 1 – Resultado de periódicos no portal da CAPES por palavra chave e período de publicação | 8 |
| Tabela 2 – Correspondência entre a orientação sexual, raça e sexo dos participantes | 48 |
| Tabela 3 – Correspondência entre idade e religião dos participantes | 50 |
| Tabela 4 – Quadrante das representações sociais do trabalho com homossexuais (situação normal) | 54 |
| Tabela 5 – Quadrante das representações sociais do trabalho com homossexuais para o grupo dos pais (situação de substituição) | 76 |
| Tabela 6 – Quadrante das representações sociais do trabalho com homossexuais para o grupo dos colegas de trabalho (situação de substituição) | 82 |
| Tabela 7 – Quadro comparativo das representações sociais referentes à situação normal e de substituição | 94 |

Índice de Figuras

| | |
|---|----|
| Figura 1: Quadro comparativo entre as características do sistema central e sistema periférico | 31 |
| Figura 2: Distribuição dos participantes da pesquisa por sexo | 47 |
| Figura 3: Distribuição dos respondentes por orientação sexual | 47 |
| Figura 4: Distribuição dos respondente por cor da pele | 48 |
| Figura 5: Distribuição dos respondentes por faixa etária | 49 |
| Figura 6: Distribuição da amostra da pesquisa | 51 |
| Figura 7: Quadrante do Núcleo Central e Periférico | 75 |

Resumo

O presente trabalho buscou conhecer a estrutura, o conteúdo e a organização interna das representações sociais (RS) sustentadas por servidores de um Órgão Público do Poder Judiciário, de uma capital brasileira, acerca do trabalho com homossexuais, considerando os elementos explicitados e não explicitados. O referencial teórico metodológico adotado foi a abordagem estrutural das representações sociais, proposta por Abric, em 1976, e o conceito de zona muda ou mascarada. Foi utilizado um instrumento de evocação, baseado na técnica de associação livre, tendo como termos indutores “trabalho com homossexuais”. O instrumento apresentava-se dividido em três partes: a primeira, para identificação das RS do ponto de vista dos participantes da pesquisa (situação normal); a segunda, relacionada às RS do ponto de vista dos pais e colegas de trabalho dos sujeitos (situação de substituição); e a última, para coleta dos dados sócio-demográfico dos participantes. Os dados de 111 servidores foram analisados por meio do EVOC – *Ensemble de Programmes Permettant L’Analyse des Évocations* (EVOC), versão 2003. Os resultados revelaram a presença de elementos opostos compondo o núcleo central das representações: ideias de respeito e igualdade aos homossexuais coexistem com o preconceito e a discriminação, reveladas por meio de estereótipos negativos, piadas e brincadeiras no ambiente de trabalho.

Palavras-chave: Representações sociais; zona muda; homossexualidade; homofobia.

Abstract

The purpose of this study to identify the structure, content and internal organization of social representation (SR) supported by employees in a public agency of the judiciary, of one Brazilian capital, about work with homosexuals, considering their explicit and non-explicit elements. The theoretical methodology adopted was the structural approach of social representations, proposed by Abric, in 1976, and the mute zone concept. An evocation instrument was used for data collection, based on free association technique and the inductors terms “work with homosexuals”. The instrument was presented in three different parts: the first one was used to identify the SR of the survey participants (usual situation); the second one was related to the SR from the surveys participants’ parents and co-workers point of view (replacement situation); and the last one was for data socio-demographic collection. Data from 111 participants were analyzed by EVOC - *Ensemble L'Analyse des Programmes Permettant Evocations*, 2003 version. The results revealed presence of opposing elements composing the core of representations: ideas of respect and equality to homosexuals coexist with prejudice and discrimination, revealed through negative stereotypes, jokes and pranks on the workplace.

Key words: Social representations; mute zone; homosexuality; homophobia.

Introdução

O Brasil é reconhecido como o país da mistura e da diversidade cultural (<http://www.fea.usp.br>). De acordo com Fleury (2000), durante o século XIX, o país passou por transformações significativas na esfera política (Independência, instauração da Monarquia e, depois, da República), econômica (processo de industrialização e urbanização da Região Sudeste) e cultural (imigração de europeus e asiáticos). Essas transformações modificaram os padrões existentes na sociedade brasileira, que passou a se constituir de uma população culturalmente diversificada e miscigenada pelos casamentos inter-raciais.

Fleury (2000) observa que, devido ao fluxo migratório e à miscigenação, o brasileiro gosta de se imaginar como uma sociedade sem preconceitos. Essa não-aceitação ideológica do preconceito e da discriminação cria uma barreira cultural, que se manifesta na ineficiência e inoperância de medidas governamentais voltadas à inclusão. Para a autora, isto revela a existência de uma sociedade contraditória no Brasil, pois, apesar do brasileiro valorizar suas origens, incluindo as raízes africanas retratadas na música, alimentação, arte e no sincretismo religioso, prevalece no país a estratificação social e a falta de oportunidades educacionais e de trabalho (Fleury, 2000).

Segundo fontes oficiais, medidas de combate à injustiça social, às formas de exclusão e violações de direitos dos cidadãos iniciaram na década de 90, no Brasil, com a criação do Programa Nacional de Direitos Humanos, em 1996, pelo Ministério da Justiça (<http://www.dhnet.org.br>). No ano seguinte, foi instituída a Secretaria de Direitos Humanos, vinculada à Presidência da República, com a função de implementar, promover e assegurar os direitos humanos, direitos da cidadania, da criança, do adolescente, do idoso, das pessoas portadoras de deficiência (<http://www.sdh.gov.br>; acessado em 20 de janeiro de 2015 às 9 horas e 30 minutos).

Entretanto, a história de luta pelos direitos humanos, travada pelos movimentos sociais, é bem mais antiga, coincidindo com as primeiras resistências ao estado autoritário no combate as violações da privacidade e da cidadania em 1964 (Viola, 2008).

No cenário atual, por mais que o Brasil viva um momento paradigmático em relação aos Direitos Humanos, os direitos de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTs) continuam sendo persistentemente violados. A primeira pesquisa oficial sobre essas violações, reportadas pelo Poder Público Federal por meio do “Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil”, publicada em 2012 pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, aponta:

As violações dos direitos humanos relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero, que vitimizam fundamentalmente a população LGBT, constituem um padrão que envolve diferentes espécies de abusos e discriminações e costumam ser agravadas por outras formas de violências, ódio e exclusão, preconceito e discriminação, baseadas em aspectos como idade, religião, raça/cor, deficiência e situação socioeconômica. (Relatório sobre violência homofóbica no Brasil, 2012, 10-11)

O relatório destaca ainda que as violências contra a população LGBT, sigla para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, se encerra numa escalada de violações, sendo o homicídio apenas uma das violências entre outras consideradas “menores”, como discriminações, agressões verbais e físicas. Complementa que as discriminações ocorrem por diversos motivos e apresentam um forte componente de violência simbólica, exercidas pelo “poder das palavras que negam, oprimem ou destroem psicologicamente o outro” (p. 11).

Entre os tipos de homofobia, o relatório aponta para a homofobia institucional, que se revela no modo como as instituições de trabalho discriminam pessoas em função da orientação sexual ou identidade de gênero presumida, e os crimes de ódio de caráter

homofóbico, que constituem violências tipificadas pelo código penal em função de orientação sexual ou identidade de gênero presumida.

Por meio de análises de denúncias recebidas no Disque Direitos Humanos (Disque 100), o poder público constatou que foram registradas, no ano de 2011, 1.159 ocorrências de 6.809 violações relacionadas à população LGBT, envolvendo 1.713 vítimas e 2.275 suspeitos. No ano seguinte, a reedição desta pesquisa revelou um aumento de 166,09% no número de ocorrências notificadas (N = 3.084), com um aumento de 46,60% das violações relacionadas aos LGBTs, envolvendo 4.851 vítimas e 4.784 suspeitos.

Em relação ao perfil das vítimas de violência homofóbica, o relatório apontou como sendo, em 2011, 34,5% de identidade lésbica, 34% gay, 10,6% como travestis, 1,5% como mulheres *trans* e 0,6% de homens *trans*. Já em 2012, o número de vítimas de identidade gay foi de 60,44%, 37,59% de lésbicas, 1,47% de travestis e 0,49% identificaram-se como transexuais.

Outra pesquisa pioneira sobre a incidência de preconceito e discriminação contra homossexuais foi desenvolvida, no ano de 2009, pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), em 500 escolas públicas de todo o país. Participaram da pesquisa 18.500 pessoas, entre diretores, professores, funcionários, alunos e pais/mães. Constatou-se que 99,3% dos entrevistados apresentaram atitudes, crenças e valores percebidos que indicam preconceito em relação às áreas temáticas de discriminação pesquisadas, quais sejam: étnico-racial, de deficiência, de gênero, geracional, socioeconômica, territorial e de identidade de gênero. A área temática que apresentou os maiores índice de atitudes discriminatórias foi em relação ao gênero (38,2%), seguida pelas áreas referente à discriminação geracional (37,9%), em relação à deficiência (32,4%), à identidade de gênero (26,1%), à socioeconômica (25,1%), à étnico-racial (22,9%) e à territorial (20,6%). Vale ressaltar que os pesquisadores consideraram na categoria *gênero* as atitudes discriminatórias em relação ao

sexo feminino e masculino; já em relação à categoria *identidade de gênero*, encontram-se atitudes discriminatórias contra gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais (Mazzon, 2009, 1).

Estudo realizado no ano de 2009, pela Fundação Perseu Abramo - *Diversidade sexual e homofobia no Brasil* –, com uma amostra de 2.014 participantes, revelou que 93% dos entrevistados apresentaram preconceitos, sendo 93% em relação aos travestis, 91% contra transexuais, 92% contra gays e lésbicas e 90% relacionado a bissexuais.

Conclui-se, portanto, que o preconceito é uma realidade no Brasil e que a discriminação continua persistente e multifacetada, conforme revelou pesquisa desenvolvida pela Organização Internacional do Trabalho – OIT –, no ano de 2011, denominada *Perfil do Trabalho Decente no Brasil: um olhar sobre as unidades da Federação*.

Por analogia, infere-se que os fenômenos de exclusão predominantes na sociedade manifestam-se também nas organizações de trabalho, cuja estrutura, ambiente e relações interpessoais espelham as desigualdades e injustiças que tomam forma no meio social e traduzem-se em diversas barreiras erguidas no processo de inserção das minorias políticas – homossexuais, mulheres, negros – no mercado de trabalho.

Dentre essas barreiras, destacam-se a realização de trabalhos inapropriados, homofobia, estereótipos negativos, estigmas, segregação, falta de reconhecimento, possibilidades mínimas de ascensão profissional, ameaças de desemprego, diferenças de remuneração, medo de doenças no ambiente de trabalho, em especial, da AIDS (Siqueira & Zauli-Fellows, 2006).

Para Garcia & Souza (2010), o espaço organizacional apresenta-se como um local de manifestação dos dilemas da atualidade, entre eles, a luta pela liberdade e pelo fim da discriminação no trabalho em razão da sexualidade de seus membros. Posto isso, cabe às empresas manejar a temática da diversidade sexual junto a seus funcionários e gestores.

No passado, segundo Etringer, Hillerbrand e Hetherington (1990), “pouca atenção era dada à orientação sexual e aos seus efeitos potenciais na vida do indivíduo, tanto no âmbito pessoal quanto profissional” (p.452). Preocupações com a discriminação e o preconceito desencorajavam exposições sobre o assunto, restando aos homossexuais preservar o segredo quanto à orientação sexual e a verdadeira identidade no ambiente de trabalho.

No Brasil, a temática do preconceito e discriminação contra homossexuais no ambiente de trabalho tem sido vagamente discutida e pesquisada. Para Siqueira e Zauli-Fellows (2006), “apesar do reconhecimento e da valorização dos estudos sobre diversidade cultural nas organizações, como os de raça e gênero, pesquisas que trabalhem com indivíduo gay continuam sendo tabu nos congressos e periódicos brasileiros” (p. 1).

Levantamento realizado por Garcia & Souza (2010) identificou apenas cinco estudos realizados no Brasil sobre a homossexualidade no ambiente de trabalho (Siqueira, Ferreira e Zauli-Fellows, 2006; Saraiva e Irigaray, 2007; Irigaray, 2007; Ferreira e Siqueira, 2007; Eccel e Flores-Pereira, 2008). Os estudos de Siqueira, Ferreira e Zauli-Fellows (2006) buscavam compreender a identidade gay no ambiente de trabalho e o processo de *coming out*¹. Os autores analisaram as edições de nove periódicos internacionais publicados entre janeiro de 1985 e dezembro de 2005. Foram encontrados 76 artigos, relacionando-se a quatro categorias de análise: (a) discriminação, estigma e homofobia; (b) desenvolvimento de carreira; (c) *coming out e in closeted*²; e (d) igualdade de direitos.

Saraiva e Irigay (2007) pesquisaram a efetividade de políticas de diversidade implantadas em uma empresa multinacional do ramo de tecnologia, com filiais no Rio de Janeiro e São Paulo. Por meio de análise documental e entrevistas com empregados de

¹ A expressão *coming out* é original do inglês e pode ser traduzida, literalmente, pelo termo “sair do armário”. Significa a revelação da orientação sexual pelo homossexual.

² A expressão em inglês remete aos termos “ficar no armário”, isto é, manter a orientação sexual em segredo.

minorias e de não minorias, constatou-se que o preconceito entre os grupos permanecia arraigado, em detrimento de um discurso de aceitação e igualdade. Tais evidências revelaram que as pressões sociais podem sobressair às pressões institucionais e políticas em vigor nas organizações de trabalho.

Irigaray (2007) realizou pesquisa de campo com 10 homens, homossexuais ou bissexuais, funcionários de grandes e médias empresas localizadas no Rio de Janeiro e São Paulo, para verificar quais estratégias de sobrevivência eram adotadas por estes no ambiente de trabalho. Em relação à identidade social, observou-se a existência de três possíveis posturas no ambiente de trabalho: “totalmente assumidos”, “parcialmente assumidos” ou “não-assumidos”. O autor conclui que a adoção dessas posturas revela o uso de estratégias de sobrevivência, o qual reforça o pressuposto de que os gays continuam a ser discriminados neste ambiente.

Ferreira e Siqueira (2007) conduziram estudo sobre os efeitos de ser gay nas organizações contemporâneas. Participaram 15 homens gays empregados de diversas empresas em Brasília. Os resultados demonstraram que os gays ainda convivem com questões relacionadas ao “sair do armário”, não vivenciadas por indivíduos do grupo heterossexual. Destacam-se ações de preconceito, discriminação e homofobia, tais como: difamações, piadas e chacotas no ambiente de trabalho relacionadas à orientação sexual; barreiras para o crescimento profissional, com ameaças de perda de emprego e função; sanções e punições não decorrentes de mau comportamento ou desempenho ruim; exclusão social e assédio moral.

Eccel e Flores-Pereira (2008) questionaram, em seus estudos em uma livraria de *shopping center* de uma capital brasileira, o discurso institucional (tanto corporativo quanto da equipe de trabalhadores) de inexistência de preconceito em relação à orientação sexual. Constatou-se que, à revelia do discurso de apoio à diversidade, a inserção de homossexuais

no ambiente de trabalho ancora-se na garantia de oportunidades para grupos minoritários sem uma real promoção de igualdade. Tratou-se, neste caso, de uma “*vantagem competitiva*”, um diferencial do mercado, haja vista a identificação com o público consumidor (Eccel & Flores-Pereira, 2008).

Garcia e Souza (2010) observam, como ponto comum entre os estudos brasileiros citados, a constatação do preconceito e discriminação contra homossexuais no ambiente de trabalho e a escassez de trabalhos sobre o tema no Brasil.

Busca realizada no portal de periódicos da CAPES, que compreende as bases Scielo, Pepsic, PsycINFO, LILACS, confirma essa carência de produções. Foram utilizados os termos descritores “homossexualidade” e seu correspondente em inglês, “homossexualidade e organizações”, “preconceito contra homossexuais”, “homofobia” e “homofobia institucional”.

A busca com o termo *homossexualidade* localizou um total de 465 artigos, sendo 401 deles produzidos nos últimos 10 anos. Já o correspondente em inglês *homosexuality* resultou em 26.148 artigos, sendo 14.095 publicados nos últimos 10 anos. Nova busca com os termos *homossexualidade e organizações* apresentou 37 resultados, sendo 33 artigos produzidos nos últimos 10 anos. Já o termo *preconceito contra homossexuais* contabilizou 1.464 correspondências, das quais 1.249 datam de até 10 anos. Para *homofobia e homofobia institucional* foram localizados 532 e 78 termos, respectivamente, sendo 468 e 74 referentes aos últimos 10 anos. Destaca-se que os autores consideraram organizações em seu sentido amplo, tal qual o ambiente educacional, esportivo, acadêmico, dentre outros. A Tabela 1 sintetiza tais informações.

Tabela 1

Resultado de periódicos no portal da CAPES por palavra chave e período de publicação

| Palavras Chaves | Acima de 20 anos | De 10 a 20 anos | Últimos 10 anos | Total |
|---------------------------------|-----------------------------|----------------------------|----------------------------|--------------|
| Homossexualidade | 31 | 33 | 401 | 465 |
| Homossexuality | 4.453 | 7.600 | 14.095 | 26.148 |
| Homossexualidade e Organizações | 1 | 3 | 33 | 37 |
| Preconceito contra Homossexuais | 99 | 116 | 1.249 | 1.464 |
| Homofobia | 25 | 39 | 468 | 532 |
| Homofobia Institucional | 1 | 3 | 74 | 78 |

Posto isso, espera-se, por meio deste estudo, contribuir para a produção de referências sobre *homossexualidade e organizações e homofobia institucional*, haja vista a importância da temática em face das transformações econômicas, organizacionais, tecnológicas e culturais que incidem no mundo do trabalho e colocam novos problemas e desafios aos gestores.

Com relação às categorias propostas por Garcia e Souza (2010), este estudo enquadrar-se-á no eixo *discriminação/estigma/homofobia*, pois parte do pressuposto de que os homossexuais sofrem preconceito no ambiente de trabalho.

A pesquisa ancorar-se-á na abordagem estrutural das representações sociais, desenvolvida por Abric, em 1976. A estratégia metodológica utilizada será a *quanti-quali*, posto que serão combinados, no instrumento de coleta de dados, itens para evocação de palavras e expressões baseados na técnica da associação livre e itens com perguntas abertas. Também será utilizada a *técnica de substituição*, baseado no conceito de *zona muda* das representações sociais, que consiste em um espaço de representações pertencentes e partilhadas em um determinado grupo, mas que não se revelam facilmente por não serem condizentes com as normas sociais vigentes.

Esta dissertação encontra-se dividida em três partes. Uma vez que a pesquisa em representações sociais deve percorrer a história, na busca dos significados dos quais se revestem o objeto (Almeida, 1999), na primeira parte, far-se-á um resgate do tema da

homossexualidade e homofobia nas organizações de trabalho, bem como uma breve introdução às representações sociais e a zona muda. Na parte seguinte, apresentar-se-ão dois estudos: em ambos, têm-se como foco a identificação da estrutura e organização das representações acerca do trabalho com homossexuais. Entretanto, o segundo estudo inova ao utilizar a técnica da zona muda para pesquisa destas representações. Na última parte, far-se-á uma análise comparativa entre os dois estudos, com conclusões acerca dos aspectos identificados pelas técnicas.

Em relação às contribuições deste trabalho, espera-se que este auxilie na compreensão dos fenômenos e situações que descrevem atitudes de preconceito e discriminação aos homossexuais no ambiente de trabalho, de modo a constituir um guia ou contribuir para a formulação de diretrizes para a implantação de ações afirmativas, haja vista otimizar o relacionamento interpessoal e fortalecer uma cultura de inclusão, com consequente melhoria do clima organizacional.

Espera-se também contribuir para a pesquisa das representações sociais e, em especial, da zona muda, posto que “muito ainda há que realizar para explicitar conceitos, clarear definições e estabelecer articulações com outros conhecimentos produzidos, tanto no interior da própria Psicologia quanto em outras áreas do conhecimento” (Almeida, Santos & Trindade, 2000, p. 1).

Homossexualidades³

Parece que, por muito tempo, teríamos suportado um regime vitoriano e a ele nos sujeitaríamos ainda hoje. A pudicícia imperial figuraria no brasão de nossa sexualidade contida, muda, hipócrita.

Foucault (1988, p. 10)

A sexualidade sempre esteve presente na vida dos seres humanos, como um importante estruturador psíquico e social. Desde a antiguidade, várias áreas do conhecimento científico (medicina, psicologia, sociologia, antropologia) e religiosos dedicaram-se ao seu estudo.

De acordo com Silva (2009), a sexualidade apresenta sentidos diversos, a depender da cultura na qual se insere e dos referenciais de cada indivíduo. Esta se revela como um construto social e histórico, intimamente ligado às relações de poder vigente. Louro (2000) ressalta que a sexualidade não é apenas uma questão pessoal, mas é política e social, sendo construída ao longo de toda a vida. Nas ideias de Foucault (1999), a sexualidade seria um “dispositivo histórico”, ou seja, uma invenção social voltada para a regulação e normatização dos saberes, instrumento de expansão do biopoder necessário à ascensão da burguesia nos séculos XVIII e XIX.

³ Neste trabalho, optamos pelo uso do termo no seu plural – homossexualidades – como forma de representar e englobar diferentes identidades de gênero (gays, lésbicas, travestis, transexuais, transgêneros).

Foi durante o século XVIII que a sexualidade e o sexo passaram a ser reprimidos, sendo-lhes atribuída uma finalidade e forma específica: a procriação e a heteronormatividade. Até então, a sexualidade era considerada inerente à vida cotidiana e o sexo, um prazer permitido, lícito, descarado, imperial e necessário. Foucault (1999) relata que, nesta época, as práticas não procuravam segredo, as palavras eram ditas sem reticências e as coisas não precisavam de disfarce, “os corpos pavoneavam, sem incômodo nem escândalo” (p.9).

A partir desse período, a sexualidade passou a ser controlada e vigiada, regulada pelo saber médico, que a definiu em termos de normalidade e desvio. Galinkin e Ismael (2013) ressaltam que a noção de desvio/anormalidade e desigualdade contrapunham-se às concepções de normalidade e igualdade, não restando espaço para o diferente. Para as autoras, as diferenças entre os sexos eram usadas para justificar tratamentos desiguais na sociedade.

Toneli (2012) pontua que esta reformulação do discurso sobre a sexualidade tornou-se uma forma poderosa de saber, responsável pela conexão de sentido e controle entre indivíduos e grupos. Para a autora:

As classificações da perversão, das sexualidades desviantes e ‘improdutivas’, encontram-se associadas a uma ‘ortopedia’ do sexo que incide sobre o corpo, o lugar da sexualidade que passa a ser escrutinado nos menores detalhes em busca de todos os segredos biológicos e psíquicos. (p. 152)

Foucault (1999) argumenta que o dispositivo da sexualidade é um dos instrumentos mais eficazes na manutenção do poder. Ressalta a existência de várias estratégias empregadas para o controle social, como por exemplo a redução do sexo à sua função reprodutiva, à sua forma heterossexual e adulta e à sua legitimidade matrimonial. Louro (2000) acrescenta que o mecanismo de poder revela-se na definição de uma sexualidade *normal*, atribuída a

determinado grupo social, sendo, no caso, os homens brancos heterossexuais de classe média urbana e cristãos. À este grupo de referência, era autorizado falar sobre si e sobre os demais. Isto significa que coube a uma minoria heterodominante definir os critérios aceitos para a sexualidade e o sexo. Com isso, os sujeitos passaram a ser classificados, divididos e rotulados de acordo com o sexo e a sexualidade, sendo, o grupo oposto aos padrões vigente, descaracterizado, deslegitimado e discriminado. Às mulheres, restou-lhes reprimir o desejo, esconder o corpo e voltar-se para a reprodução e manutenção da família.

Assim, pode-se dizer, a partir dos escritos de Foucault (1999), que os dispositivos em relação a sexualidade e o sexo se desenvolveram em quatro grandes conjuntos estratégicos, a partir do século XVIII:

- (1) *Histerização do corpo da mulher* – processo pelo qual se atribui ao corpo da mulher um tríplice processo, qual seja a desqualificação da sexualidade, a atribuição de uma patologia intrínseca e a dotação de um corpo como social, voltado à reprodução e à continuidade da família;
- (2) *Pedagogização do sexo da criança* – parte do pressuposto de que a criança é um ser sexual em constante experimentação, ou seja, traz consigo uma atividade sexual inerente, indevida e indesejada, tornando-se urgente a limitação e educação para o controle do comportamento perigoso;
- (3) *Socialização das condutas de procriação* – atribuição de um valor social e médico à procriação, em detrimento das práticas de controle de natalidade, as quais são difundidas como patológicas; e
- (4) *Psiquiatrização do saber perverso* – saber instituído a partir da distinção médica entre condutas sexuais normais ou patológicas, com consequente correção das anomalias (p. 99).

As estratégias citadas por Foucault revelam o pensamento dominante à época, pautado na subordinação do sexo feminino ao masculino, na atribuição biologizante às diferenças entre os sexos e na percepção da sexualidade como uma prática proibida, destinada unicamente à procriação. Persistia a concepção de um sexo binário, engendrado nos órgãos sexuais – masculino ou feminino – e na heteronormatividade. Tais perspectivas prevaleceram até meados do século XX, com a ascensão do movimento feminista e introdução do conceito de gênero, por um grupo de historiadoras americanas, no contexto de discussão sobre as desigualdades entre os sexos (Galinkin & Ismael, 2013).

Por uma distinção de gênero

Para se chegar a uma distinção de gênero, é preciso partir do pressuposto de que o ser mulher e o ser homem são construções aprendidas socialmente (Fagundes, 2001). Simone Beauvoir (1970), na obra *O Segundo Sexo*, faz uma análise sobre o papel das mulheres na sociedade e declara: “Todo mundo concorda que há fêmeas na espécie humana; constituem, hoje, como outrora, mais ou menos a metade da humanidade; e contudo dizem-nos que a feminilidade ‘corre perigo’; e exortam-nos: ‘Sejam mulheres, permaneçam mulheres, tornem-se mulheres’”. (p. 7)

A antropóloga americana Margaret Mead, na década de 30, foi uma das primeiras a atribuir à cultura as diferenças existentes entre os papéis e os lugares sociais ocupados por homens e mulheres (Galinkin & Ismael, 2013). A construção do conceito de gênero contrapunha a noção biologizante presente nas definições de sexo utilizadas até então para designar a diferença anatômica, bem como para justificar a desqualificação corporal, intelectual e moral das mulheres. A atribuição das diferenças a fatores de ordem biológica serviam a uma função específica: a consolidação do androcentrismo propagado pelo Cristianismo e Judaísmo. No androcentrismo, prevalecia a visão do homem como centro de tudo. Às mulheres, atribuía-se uma natureza frágil, por se tratar de uma cópia defeituosa do

homem, cujo lugar de preocupações voltar-se-ia à maternidade, às relações familiares e ao social (Nogueira, 2001a, 2001b).

A partir do final da década de 70, os estudos de gênero deslocaram-se de uma perspectiva biológica para contextual (Perucchi, 2009). Acreditava-se que a influência do meio e a aprendizagem, resultante dos processos sociais e culturais envolvidos, participavam da construção dos papéis sociais e que estes determinavam os comportamentos relacionados às diferenças sexuais.

Segundo Perucchi (2009), apesar dos avanços na concepção do gênero, as explicações para a diferença entre os sexos encontravam-se presa ainda a questões intrapsíquicas, focadas no indivíduo. Somente em torno dos anos 90 é que os estudos de gênero descolaram-se das desigualdades e das relações de poder entre as categorias sociais (homens, mulheres, gays, heterossexuais) para o questionamento das próprias categorias.

Galinkin, Santos e Zauli-Fellows (2010) destacam que, a partir dos anos 90, os estudos de gênero tiveram seu foco ampliado, incluindo pesquisas sobre o homem, masculinidade e demais questões relacionadas à diferença entre os sexos; “o objeto de estudo passou a contemplar outras identidade de gênero, como gays, lésbicas, transexuais, transgêneros, dentre outras alternativas afetivo-sexuais” (p. 24).

Scott (1995), no texto *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*, apresenta uma perspectiva teórica da construção deste conceito. A autora destaca que o uso do termo, como uma categoria de análise, ganhou importância no século XX, a partir de uma necessidade de novas explicações sobre a desigualdade persistente entre homens e mulheres.

Com base numa concepção *foucaultiana* de poder, Scott (1995) propôs uma definição de gênero abrangente, como “um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas

diferenças percebidas entre os sexos e como uma forma primeira de significar as relações de poder”. (p. 21)

O gênero, portanto, designa os papéis socioculturais que as pessoas desempenham e os significados culturais atribuídos às diferenças biológicas e sociais. Enquanto o sexo refere-se a anatomia e biologia que define o macho e fêmea da espécie, o gênero pressupõe uma construção histórica e social, fruto das experiências/vivências do indivíduo em sua cultura (Galinkin e Ismael, 2013; Zauli-Fellows, Torres e Galinkin, 2012).

Santos (2006), ao sistematizar diversas definições de gênero, argumenta:

O termo supõe uma construção social e histórica, cuja análise depende das características próprias da sociedade na qual os sujeitos sociais estão inseridos, do ciclo de suas vidas, de suas experiências e das vivências subjetivas pertencentes a um grupo, raça, etnia e classe social determinada. (p. 44)

Isso posto, conclui-se que o gênero orienta a construção da identidade do indivíduo e relaciona-se às suas escolhas afetivas e sexuais (Silva, 2000).

Para Diamond (2000) os indivíduos precisam conviver com duas visões simultâneas de si mesmos, sendo uma interna e privada – identidade sexual – e a outra pública e social – identidade de gênero. A primeira corresponde ao modo como o indivíduo se vê, enquanto masculino ou feminino, refletindo tanto a aparência física externa, quanto o papel sexual escolhido ou imposto socialmente. A identidade sexual também está associada a atração sexual por pessoas do sexo oposto, mesmo sexo ou ambas, definindo a orientação sexual heterossexual, homossexual ou bissexual. Já a identidade de gênero revela uma percepção externa e social. Refere-se ao modo como o indivíduo é reconhecido pela sociedade, sendo desenvolvida a partir da interação com os outros e do papel social que lhe é atribuído (Diamond, 2002).

Para Santos (2006), a identidade de gênero geralmente tende a coincidir com o sexo biológico do indivíduo, mas não se trata de uma estrutura fixa e limitada. Esta pode ser moldada a cada momento pelo contato com o social e revela-se nos gestos, comportamentos, atitudes, modos de vestir, falar e agir de homens e mulheres.

À medida que as identidades de gênero e sexual não são passíveis de escolha, é possível a emergência de novas práticas e novos sujeitos. Louro (2000) destaca que o desafio consiste não apenas em reconhecer a multiplicidade das posições de gênero e sexuais e libertar-se dos esquemas binários, mas também em aceitar que as fronteiras estão sendo transpostas, para além de limites conhecidos. A autora destaca que “somos sujeitos de identidades transitórias e contingentes; portanto, as identidades sexuais e de gênero (como todas as identidades sociais) têm o caráter fragmentado, instável, histórico e plural, afirmado pelos teóricos e teóricas culturais”.

Algumas posições que marcaram os estudos de gênero e, por conseguinte, orientaram os movimentos feministas, foram sintetizados por Galinkin e Ismael (2013) em cinco correntes teóricas, a saber:

- (1) *Corrente Igualitária*: a igualdade entre os sexos constituía a principal reivindicação deste grupo, por meio do fim da discriminação às mulheres na educação, trabalho e política.
- (2) *Corrente Marxista*: influenciadas pela orientação marxista, pretendia-se a conquista de direitos civis, tais como a emancipação do estatuto do sujeito jurídico e a incorporação da mulher ao estado moderno e industrializado. Buscava-se reduzir a subordinação e dependência das mulheres.
- (3) *Corrente psicológica/psicanalítica*: orientava-se pela contestação das teorias psicológicas falocêntricas acerca da sexualidade e do desenvolvimento social

vigentes, bem como sua substituição pela análise de formação das identidades de gênero.

(4) *Corrente Queer*: surgiu a partir da segunda metade da década de 80, com os estudos sobre identidade de gênero propostos por Judith Butler, em oposição “ao padrão heterossexual dominante, à concepção de família tradicional, aos preceitos religiosos” (p.23). Tratava-se de um novo modelo de análise das diferenças sexuais que propunha uma concepção de identidades em construção, fluídas, performáticas, móveis, nômades, transitórias, múltiplas e contraditórias.

(5) *Corrente Femilidade/Identidade*: pretende repensar e reincorporar o que é ser mulher na contemporaneidade, por meio de um resgate à maternidade como centro de poder.

Segundo Galinkin e Ismael (2013) “da matriz homossexualidade e homossexual desdobram-se várias formas de ser e estar que se opõem à heterossexualidade que normatiza corpos e gêneros” (p. 10). Desse modo, o termo homossexual será utilizado em sentido amplo, englobando as diversas identidades de gênero: homossexuais (gays e lésbicas) e bissexuais, transexuais, travestis.

Homofobia Institucional

O século XVIII foi marcado pelo intenso controle social em torno do sexo e da sexualidade, conforme expresso no capítulo anterior. Este controle só foi possível pelo uso de táticas de poder, em que a classe dominante, heteronormativa, designou as regras e normas de comportamento consideradas apropriadas e desejadas em prol da manutenção da ordem e da família.

Práticas contrárias às normas foram então condenadas, sendo os responsáveis punidos com o isolamento social, desqualificação ética e moral e, em alguns casos, julgados do ponto de vista criminal.

Os homossexuais não escaparam à regra. Foram subjulgados, desmoralizados, criminalizados e eleitos a inimigos sociais, posto que suas práticas sexuais condenavam a humanidade a um fim e representavam perigo para o funcionamento ótimo do sistema. De acordo com Pretes e Viana (2008), o homossexual, segundo os saberes da Ciência e Religião, foi taxado como um degenerado sexual contra o qual o Estado precisaria se defender.

Classificados como doentes, anormais e pecadores, restaram-lhes duas escolhas: viver à margem, com sua sexualidade proibida, ou esconder seus desejos e fingir uma sexualidade “normal”.

Embora as teorias sobre gênero e os conhecimentos científicos sobre a sexualidade tenham contradito, no século XX, a norma heterossexual, pouco se avançou no sentido de não discriminar os homossexuais na sociedade. Assistimos, sobretudo, a prevalência de um discurso do “politicamento correto”, que, na verdade, encoberta sentimentos velados de preconceito e intolerância. Citando Felicíssimo (2014):

(...) o preconceito e a intolerância em relação à homossexualidade e ao homossexual encontram suas razões de ser na cultura homofóbica, na construção de todo um

processo histórico, social e cultural que relegou os homossexuais e a homossexualidade à diferença, ou mais do que isso, à ameaça. (p. 30)

Para Borrillo (2009), a homossexualidade quando restrita ao ambiente privado revelava-se menos ameaçadora e problemática; entretanto, a partir do momento que passa a reivindicar um lugar equivalente a heterossexualidade, torna-se insuportável, necessitando ser combatida.

Diante deste cenário a homofobia passou a ser mais debatida, definida pelo autor como uma atitude de hostilidade contra os homossexuais, uma “manifestação arbitrária que consiste em qualificar o outro como contrário, inferior e anormal” (p. 15), devido a sua diferença.

A homofobia revela uma forma de inferiorização que se fundamenta no princípio do binarismo sexual e atribui à heterossexualidade um status superior. Ao se considerar o sexo biológico como determinante do comportamento sexual, estabelece-se uma direção única para a sexualidade: o sexo oposto. Define-se, então, uma dinastia sexual, na qual cabe aos homens representar papéis masculinos e voltar-se para uma mulher e às mulheres, a feminilidade e a busca por um homem.

A homofobia revela-se, por conseguinte, como uma forma de proteger e garantir a ordem das coisas, como diria Borrillo (2009), torna-se a “guardiã das fronteiras sexuais” (p. 18). O termo parece ter surgido inicialmente nos Estados Unidos, no ano de 1971, em um artigo escrito por K. T. Smith, mas foi somente nos anos 90 que o termo passou a ser empregado com maior frequência em artigos científicos sobre o tema.

Para Borrillo (2009) existem dois tipos de homofobia. A primeira revela um sentimento de medo, aversão e repulsa aos homossexuais, fruto de uma atitude irracional, sendo chamada de *homofobia irracional ou afetiva*. A segunda, denominada *homofobia*

cognitiva, descreve uma forma mais tolerante em relação aos homossexuais, pois reconhece sua existência, mas não permite que eles desfrutem dos mesmos direitos conferidos aos heterossexuais. Manifesta-se nos estereótipos, caricaturas e no uso de palavras de significação pejorativa para defini-los.

O autor também apresenta a homofobia como podendo ser geral ou específica. A homofobia geral é caracterizada pela percepção do sexo masculino como superior (sexismo), com conseqüente hostilidade contra sujeitos que se afastem dessa norma. Já a específica revela uma intolerância voltada aos gays e lésbicas.

Observa-se, portanto, que a homofobia se utiliza dos estereótipos para justificar as formas de violência e exclusão aos homossexuais. Diante disso, vale destacar a posição de Ferreira (2007) que correlaciona à homofobia o preconceito e a discriminação.

Para Pérez-Nebra e Jesus (2011), o preconceito se fundamenta no estereótipo, na atribuição de crenças generalizadas (conscientes ou inconscientes) a determinado grupo ou pessoa. O preconceito apresenta-se como um preditor de comportamento, vez que permite inferir sobre a probabilidade de ocorrência deste.

A definição de preconceito, na visão de Pereira (2002), corrobora com os aspectos da homofobia, posto que “refere-se a uma atitude injusta e negativa em relação a um grupo ou a uma pessoa que se supõe membro do grupo”. Em relação à discriminação, defini-a como “um comportamento manifesto, geralmente apresentado por uma pessoa preconceituosa, que se exprime através da adoção de padrões de referência em relação aos membros do próprio grupo e/ou rejeição em relação aos membros dos grupos externos”.

A relação entre o preconceito e a discriminação é complexa e manifesta-se em relação a um objeto, coisas ou pessoas. Pereira (2002), ao analisar essa relação, verificou a existência de quatro possibilidades lógicas, que se manifestaram de acordo com o contexto histórico. Ambos, preconceito e discriminação, podem estar ausentes, o que configura uma situação

ideal na qual a pessoa não apresenta problemas ao relacionar-se com membros de grupos distintos. Na segunda possibilidade, o preconceito está presente mas não há discriminação. Esse tipo de relação estabeleceu-se a partir do surgimento das leis contra a discriminação e da pressão dos movimentos sociais.

A terceira relação identifica o preconceito como ausente e a discriminação como presente. Esse fator verifica-se nos casos em que o grupo faz pressão em seus membros, que a priori não demonstravam preconceitos contra outros grupos, para que estes se posicionem ao lado do dominante. A quarta e última relação representa um tipo de discriminação à antiga, ostensiva, com predominância de preconceito e comportamentos discriminatórios.

O autor conclui que, nos dias de hoje, nota-se a existência de uma derivação do segundo tipo de preconceito e discriminação: quem discrimina, apesar de ser uma pessoa que explicitamente professa valores igualitários e que se vê como alguém não provido de preconceitos, adota uma postura preconceituosa sutil.

Esse tipo de manifestação velada e sutil torna mais difícil a pesquisa sobre o tema, uma vez que os sujeitos evitarão revelar discursos e práticas contrárias ao socialmente esperado.

No ambiente organizacional, a identificação do preconceito e discriminação envolve questões ainda mais complexas, por se tratar de um local com normas rígidas e específicas de relacionamento. O fato do descumprimento a estas normas possibilitar punições, tais como advertências, suspensões, perda de cargos e desemprego, constitui um agravante que deve ser considerado nas pesquisas.

A homofobia institucional, que ocorre no âmbito das organizações, revela-se por meio de piadas e brincadeiras, discriminação, estereótipos negativos, estigmas sociais, medo da AIDS, inapropriação de trabalhos, isolamento, preterimento em promoções, demissões, entre outras.

Assim, uma vez que buscar-se-á nesse estudo conhecer as representações sociais acerca do trabalho com homossexuais, e considerando que o ambiente da pesquisa é envolto por normas e regras de convivência, será utilizada a técnica de pesquisa da zona muda. Os referências teóricas para as representações sociais e zona muda serão apresentados no capítulo seguinte.

As Representações Sociais e a Teoria do Núcleo Central

A fundamentação teórica deste trabalho abarcará o conceito de representações sociais na perspectiva da abordagem estrutural, proposta por Abric, em 1976. Para Abric, toda representação social está organizada ao redor de um núcleo central, que determina sua significação e organização. A Teoria do Núcleo Central foi construída a partir dos pressupostos de Moscovici, que, em 1961, elaborou a Teoria das Representações Sociais (TRS), que será apresentada a seguir.

A Teoria das Representações Sociais

A partir dos escritos de Durkheim, Moscovici preparou o terreno para o surgimento de uma “forma sociológica de psicologia social” (Farr, 2009, p. 31). Ele estava interessado em compreender como ocorre o processo de apropriação de um novo conhecimento, no caso a teoria psicanalítica, por diferentes grupos sociais (Vala, 2006; Farr, 2009).

Por meio de questionários e análise de conteúdo, Moscovici analisou cerca de 1600 jornais e revistas a fim de entender como o conhecimento científico seria apropriado, transformado e utilizado pelo homem. Esse estudo culminou na obra inaugural da Teoria das Representações Sociais – *A Psicanálise: Sua imagem e seu público*.

Segundo esse autor, Durkheim considerava a existência de dois tipos de representações: uma individual, de domínio da psicologia, e a outra coletiva, pertencente ao campo da sociologia. Esta distinção, comum aos teóricos da época, revelava a crença de que as explicações dos fenômenos coletivos diferiam daquelas em nível individual.

Enquanto Durkheim atribuía às representações coletivas características de rigidez, imutabilidade e estabilidade, Moscovici considerou a plasticidade e dinamismo necessárias às interações humanas na sociedade pós-moderna. As representações coletivas seriam, portanto,

“produções sociais que se impõe a um indivíduo como forças exteriores, servindo a coesão social” (Vala, 2006).

Durkheim, ao conceituar as representações coletivas, pretendia compreender um vasto domínio do conhecimento de fenômenos como a religião, os mitos, as ciências, as categorias de espaço e tempo, entre outros inerentes à sociedade (Sá, 1996). Moscovici, ao contrário, não desejava se ocupar de conhecimentos remotos e primitivos, mas sim de uma modalidade específica de conhecimento, voltado para a realidade cotidiana. Assim, o abandono do termo *coletivo* pelo uso de *social* enfatiza a ideia de uma concepção que deve ser compartilhada, fruto da interação entre indivíduos.

Revelam-se, por conseguinte, caminhos diferentes seguidos por Durkheim e Moscovici. Muito embora se reconheça que o conceito durkheimiano tenha preparado o terreno para o desenvolvimento da teoria de Moscovici, percebe-se uma clara distinção entre o objeto de estudo e campo de ocupação de ambas abordagens.

As representações sociais, na visão de Moscovici, referem-se a análise dos processos pelos quais os indivíduos, em interação social, constroem teorias sobre objetos sociais, que tornam viável a comunicação e a organização do comportamento (Moscovici, 2013). Essas teorias, formuladas a partir de um conjunto de conceitos, afirmações e explicações, devem ser consideradas como teorias do *senso comum*, *ciências coletivas*, úteis na interpretação e construção da realidade social (Sá, 1995, p. 26).

Esse processo de construção pode seguir por duas perspectivas: (1) como reflexo interno da realidade externa, isto é, reprodução interna de um objeto externo; e (2) como continuidade interna de um universo externo, sem interrupções ou cortes. Na primeira perspectiva, as representações consistem em reproduções do objeto mediadas pela percepção

cognitiva do sujeito. Já na segunda acepção, resultam de um processo dinâmico de construção, reflexo da interação entre o sujeito e o objeto (Vala, 2006, p. 459).

Galinkin e Almeida (2004) ressaltam o papel da representação social, qual seja o de explicar fenômenos, dar-lhes sentido, orientando o comportamento e as relações entre as pessoas de forma a justificar as práticas sociais a ela referidas. Borges, Lima e Almeida (2008) corroboram com a explicação de que o conhecimento é construído na interação do indivíduo com o meio.

Em relação à representação social, Vala (2006, p. 464) ressalta as múltiplas definições existentes. Isso se dá em virtude das razões históricas, sociológicas e psicológicas que fomentaram a elaboração deste conceito.

Segundo Moscovici (2013), as representações sociais são:

Um sistema de valores, ideias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controla-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social. (p. 21)

Complementa, ainda, essa definição ao dizer que “o propósito de todas as representações é o de transformar algo não familiar, ou a própria não familiaridade, em familiar”.

O que eu quero dizer é que os universos consensuais são lugares onde todos querem se sentir em casa, a salvo de qualquer risco de atrito ou disputa. Tudo o que é aí dito e feito apenas confirma crenças e interpretações adquiridas, corrobora mais do que contradiz a tradição. (...) No todo, a dinâmica dos relacionamentos é uma dinâmica

de familiarização, onde objetos, indivíduos e eventos são percebidos e compreendidos em relação a encontros ou paradigmas prévios. Como resultado, a memória prevalece sobre a dedução, o passado sobre o presente, a resposta sobre o estímulo, as imagens sobre a ‘realidade’. (Moscovici, 2013)

Desse modo, Moscovici (2013) descreve as representações como entidades quase tangíveis, que se entrecruzam e se cristalizam continuamente, por meio de palavras, gestos, reunião em nosso cotidiano.

Jodelet (2001) complementa que a representação social é “uma modalidade de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático e contribuindo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”.

Abrieu (1987) acrescenta que “a representação não é um reflexo de um objeto, mas um produto do confronto da atividade mental de um sujeito e das relações complexas que este mantém com o objeto”.

A construção das representações sociais estabelece-se a partir de três critérios complementares, conforme Vala (2006): (1) quantitativo – ser compartilhada por um conjunto de pessoas; (2) genético – ser construída de forma coletiva, sendo um produto das interações grupais; e (3) funcional – facilitar a comunicação e organizar as relações entre os grupos.

Para compreender o processo de construção das RS, Sá (1998) utiliza a metáfora de uma folha de papel, na qual frente e verso refletem uma face figurativa e outra simbólica, indissociáveis. Esta seria a configuração estrutural das representações sociais. A junção da figura a um símbolo dar-se mediante dois processos cognitivos, regulados pelas relações sociais: a objetivação e ancoragem. A objetivação refere-se a materialização de uma realidade pensada e captada a partir da percepção do objeto. Corresponde à organização dos elementos

constituintes da representação social. Resume-se no processo de identificar os elementos que dão sentido a um objeto, selecionar os sentidos dos conceitos mais próximos deste objeto, estabelecer relação entre os conceitos e figura-los de forma a atribuir naturalidade (Vala, 2006).

Divide-se em três momentos, a saber: (1) construção seletiva – constitui a primeira etapa da objetivação, posto que corresponde a seleção e descontextualização das informações, crenças e ideias sobre o objeto; (2) esquematização – refere-se a organização dos elementos em esquemas (mapas mentais); e, por último, a (3) naturalização – fase em que se adquire materialidade, isto é, o abstrato torna-se concreto, podendo ser expresso em palavras, metáforas e imagem (Vala, 2006).

Segundo Vala (2006), as palavras e conceitos são transformados em coisas, em realidades externas ao indivíduo, fazendo parte do “senso comum”, por meio da objetivação. A ancoragem, segundo processo na formação das RS, possibilita a transformação de algo não familiar em familiar e permite que a representação torne-se organizadora das relações sociais. É a classificação e denominação do objeto. Nesta fase, há a construção de uma rede de significados capazes de dar sentido a acontecimentos, comportamentos, pessoas, grupos e fatos sociais. Em síntese, traduz-se no “processo de redução do novo ao velho e reelaboração do velho tornando-se novo” (Vala, 2006, p. 474). Cronologicamente, a ancoragem precede a objetivação e instaura-se logo após desta.

De acordo com Abric (1998, 2001), a construção das representações sociais presta-se a quatro funções específicas que orientam as relações sociais e as ações. São elas:

(a) *função de saber*, permite aos autores entender e explicar a realidade, a partir da construção de um conhecimento específico e sua integração num marco assimilável, em conformidade com o funcionamento cognitivo e com os valores sociais aos quais

se aderem; esta função facilita a comunicação social, pois define um ponto comum sobre o qual se sabe e se fala;

(b) *função identitária*, define a identidade e resguarda as características inerentes a um grupo; serve para a formação de uma identidade positiva, salvaguardando-o em relação à comparação com os demais grupos;

(c) *função de orientação*, conduz os comportamentos e as práticas, sendo um guia para ação; o processo de orientação das condutas relaciona-se diretamente à finalidade da situação, ao sistema de interpretação e expectativas do indivíduo e, finalmente, às regras e laços sociais que definem o que é lícito, tolerável ou inaceitável no contexto de interação social; e

(d) *função justificadora*, permite justificar a *posteriori* as posturas e comportamentos adotados. Ressalta-se, assim, que as representações atuam antes da prática social, influenciando e pré-determinando os comportamentos, mas também após a realização deste. As justificativas auxiliam na manutenção das diferenças sociais existentes, pois perpetuam os preconceitos e estereótipos em relação a determinados grupos.

Conhecer as explicações para ocorrência de um fenômeno representa, na opinião de Sá (1996), “uma exigência para a caracterização cabal de um determinado campo de estudo”. O autor argumenta que a gênese das representações sociais é bastante simples e se revela em dois processos específicos, que dão conta de seus aspectos simbólicos e figurativos. A partir desses processos é possível, então, conceber os esquemas que permitem compreender e explicar a realidade, definir uma identidade grupal, orientar os comportamentos e as práticas e justificar as tomadas de posição.

A Teoria do Núcleo Central

A partir da “grande teoria” psicossociológica de Moscovici, Abric, em 1976, desenvolveu a Teoria do Núcleo Central, com vistas a detalhar a estrutura das representações sociais, bem como sua organização e funcionamento (Sá, 1996b). Propôs que toda representação social “estaria organizada em torno de um núcleo central (...), que determinaria, ao mesmo, tempo, sua significação e sua organização interna” (Abric, 1987, 2001).

Abric ressalta ainda que o núcleo central de uma representação apresenta duas funções básicas: a *geradora*, elemento pelo qual se cria ou se transforma os outros elementos constitutivos da representação; e a *organizadora*, que determina a natureza dos laços que unem entre si os elementos das representações.

O núcleo central tem a propriedade de ser mais estável, garantindo a continuidade da representação em contextos móveis e evolutivos. Na representação é o elemento que mais resistirá a mudança, sendo que qualquer alteração neste núcleo resultará numa transformação completa de toda a representação.

Abric (2001) reforça que, para existirem representações diferentes, elas devem estar organizadas ao redor de núcleos distintos. A centralidade de uma representação dependerá de aspectos qualitativos e quantitativos associados, verificados pela saliência (importância) e frequência da representação (Polli & Wachelke, 2013).

A centralidade de uma representação é determinada, em parte, pela natureza do objeto representado, pela relação que o sujeito (ou grupo) estabelece com o objeto, pelo sistema de valores e normas sociais que figuram no contexto do grupo. Para Abric (2001), o núcleo central pode ter duas dimensões distintas:

(a) *uma dimensão funcional*, própria a situações com finalidade operatória, ou seja, elementos que definem e significam a realização de tarefas; e

(b) *uma dimensão normativa*, específica de situações que envolvem dimensões sócio-afetivas, sociais ou ideológicas, marcadas pela centralidade da presença de normas, estereótipos e atitudes.

Para além dos elementos normativos, originários do sistema de valores do indivíduos, e dos funcionais, associados às práticas sociais, Abric (2003) considera a existência de elementos do núcleo central que podem ser ativados em determinada situação e desativados em outras, isto é, apesar de existirem, podem não ser facilmente revelados pelos sujeitos em virtude de seu conteúdo contranormativo e dos efeitos da pressão social. Estes elementos não ativados constituem a zona muda das representações sociais, que será apresentada no próximo capítulo.

O autor reforça que a identificação do núcleo central é igualmente importante para conhecer os objetos das representações sociais. No entanto, explica que é preciso identificar, em primeiro lugar, se o objeto faz realmente parte da representação. Flament (citado em Abric, 2001), distingue dois tipos de representações: *autônomas*, organizadas em torno de um objeto mesmo; e *não autônomas*, cujo núcleo central se situa fora do objeto, numa representação mais global ao qual o objeto está integrado.

Assim, identificar o núcleo central das representações é importante para conhecer o próprio objeto da representação, ou seja, saber o que, afinal, está sendo representado. Destaca-se que, de acordo com a saliência e frequência, os elementos podem estar estruturados ao redor do núcleo central, constituindo o sistema periférico das representações. A estruturação da periferia cabe ao núcleo central.

A existência desse duplo sistema, dentro de uma entidade única, foi a saída encontrada por Abric para explicar a aparente contradição existente no campo das representações sociais. Ao mesmo tempo em que elas se mostram estáveis, podem ser móveis, rígidas e flexíveis; enquanto são consensuais, podem se mostrar marcadas pelas diferenças individuais. Desse modo, o sistema periférico constitui “o essencial das representações, seu lado mais acessível, mas também vivo e concreto” (Abric, 2001).

Os elementos periféricos fazem a interface entre a realidade e o sistema central, “atualizam e contextualizam constantemente as determinações normativas e de outra forma consensuais deste último, daí resultando a mobilidade, a flexibilidade e a expressão individualizada que igualmente caracterizam as representações sociais” (Sá, 1996a).

Os elementos periféricos respondem a três funções essenciais: (a) *concretude*, relacionada ao contexto, resulta da interação da representação com a realidade, revestindo-a de termos concretos, compreensíveis e transmissíveis; (b) *regulação*, permitem a adaptação das representações às evoluções do contextos; e (c) *defesa*, funciona como um sistema de defesa das representações do sistema central.

Para fins de sistematização das características do núcleo central e do sistema periférico, Abric (citado em Sá, 1996b), estabeleceu o seguinte quadro comparativo:

| Sistema Central | Sistema Periférico |
|---|---|
| Ligado à memória coletiva e à história do grupo | Permite a integração das experiências e histórias individuais |
| Consensual; define a homogeneidade | Suporta a heterogeneidade do grupo |
| Estável, coerente e rígido | Flexível, suporta contradições |
| Resistente à mudança | Evolutivo |
| Pouco sensível ao contexto imediato | Sensível ao contexto imediato |
| <i>Funções:</i> | <i>Funções:</i> |
| Gera a significação da representação | Permite a adaptação à realidade concreta |
| Determina sua organização | Permite a diferenciação do conteúdo |
| | Protege o sistema central |

Figura 1. Quadro comparativo entre as características do sistema central e sistema periférico

Conhecer os elementos periféricos é importante para o campo da pesquisa em representações sociais, uma vez que eles permitem predizer o comportamento e a tomada de posição do sujeito em determinado contexto, pois, como explicam Galinkin e Almeida (2004), as representações constituem “uma forma de conhecimento que orienta o comportamento e as relações sociais das pessoas e, ainda, justifica as práticas sociais a elas referidas”.

A identificação dos elementos do sistema periférico possibilita entender o processo de transformação das representações sociais. Vale destacar que o significado da representação encontra-se no núcleo central e que duas representações só se diferem quando estão ligadas a dois elementos centrais diferentes (Costa, 2007).

As representações sociais podem sofrer alterações por meio da prática, quando o sujeito precisa lidar com situações ou eventos que estão em desacordo com as representações sociais. Quando as contradições entre a prática e as representações são explícitas, são formados esquemas estranhos que podem levar a uma modificação brutal das representações. Por outro lado, determinadas situações podem exigir do sujeito condutas mais aceitas pela representação. Dependendo da periodicidade da conduta, os elementos periféricos podem sofrer alterações progressivas, o que provoca modificações nos elementos da representação.

Salienta-se que os processos de mudança das representações se iniciam nos elementos periféricos. Num primeiro momento, frente à situação estranha, os elementos periféricos funcionam na defesa do núcleo central. Mas, a medida que o contato com a situação divergente se amplia, o núcleo central pode ser atingido e modificado de forma estrutural, levando a uma real transformação das representações (Costa, 2007).

No contexto deste trabalho, conhecer como se processam as modificações na representações sociais é importante para que seja possível instaurar políticas e normas de

conduta, a fim de provocar uma quebra nos esquemas individuais e, de forma progressiva, possibilitar a alteração dos elementos relacionadas ao preconceito e discriminação de homossexuais no ambiente de trabalho. No momento em que entram em jogo a prática e as representações sociais, ganha relevância o papel das pressões sociais, sendo fundamental compreender o conceito de zona muda.

A Zona Muda das Representações Sociais

“As pessoas que interrogamos nos dizem o que pensam?” A partir dessa indagação, Abric (2003b) revelou preocupação com o método de pesquisa em representações sociais. Preocupava-se, especificamente, com a confiabilidade dos dados e em levantar representações verdadeiras sobre objetos e fenômenos. Uma vez que à pesquisa em representações sociais importa objetos polêmicos, fruto de elaborações do universo reificado da ciência, torna-se fundamental pensar se os resultados obtidos refletem as crenças e ideias dos indivíduos e grupos estudados. ´

Abric, ao analisar os resultados das eleições presidenciais na França, chamou atenção para a divergência entre os dados finais e as pesquisas de intenção de votos. Isso o levou a pensar que, provavelmente, os indivíduos preferiram não revelar suas reais intenções por um desejo de aceitação social. O autor, então, concluiu que “para certos objetos, em certos contextos, existe uma zona muda de representação social. Esta zona muda é composta de elementos da representação que não são verbalizáveis pelos sujeitos pelos métodos clássicos de coleta de dados” (Abric, 2002, p. 61).

A zona muda é constituída por essas representações que não são facilmente reveladas pelo sujeito, haja vista apresentar conteúdos que vão contra a norma social vigente. Vale destacar, conforme Costa (2007), que essas representações são conhecidas pelo sujeito, sendo manifestações conscientes, ou seja, não caracterizam os processos inconsciente da teoria psicanalítica. Tais elementos não são revelados porque o sujeito não deseja fazê-lo.

Assim, para Guimelli, a zona muda corresponderia a um “subconjunto específico de cognições e de crenças que, mesmo disponíveis não são expressas pelos sujeitos nas condições normais de produção e, se assim o fossem, poderiam pôr em questão os valores morais ou as normas valorizadas pelo grupo” (Citado em Costa, 2007, p.48).

Costa (2007), ao sintetizar o entendimento de diversos autores (Abric, 2003; Flament; Guimelli; Oliveira, 2004), ressalta que em função do nível de sensibilidade do objeto, que é definido pelas pressões sociais vigentes, e a depender do contexto e de que como percebem a situação na qual se encontram, os sujeitos selecionarão os elementos expressáveis da representação. “O resultado desta ação é um discurso que poderia ser classificado como ‘politicamente correto’ acerca do objeto da representação” (Costa, 2007, p. 48).

A zona muda existe, portanto, em função da presença das normas que regulam as interações sociais e do fenômeno de *gestão de impressões*, processo pelo qual o sujeito deseja repassar aos demais membros do grupo uma imagem positiva de si mesmo. A gestão de impressões leva em conta a desejabilidade social, ou seja, o desejo de ser aceito e reconhecido como membro de um grupo.

Uma vez que o objetivo da pesquisa em representação social é revelar o não dito, ou seja, o essencial de uma representação (Abric, 2013), torna-se fundamental conhecer os elementos da zona muda ou mascarada. Para tanto, faz-se necessário diminuir a pressão normativa que atua sobre o indivíduo, criando um cenário propício ao surgimento de tais elementos escondidos.

Considerando que a pressão normativa tem origem no próprio sujeito e no grupo de referência, desenvolvem-se duas técnicas para pesquisa da zona muda – técnica da substituição e da descontextualização normativa – de forma a manipular esses dois aspectos e reduzir as forças atuantes.

A técnica da substituição age sobre o sujeito e objetiva reduzir a pressão normativa, reduzindo o nível de implicação deste com o objeto de estudo. Consiste em solicitar ao sujeito que responda, primeiramente, a partir de seu ponto de vista, uma questão de pesquisa, e, a seguir, sob o ponto de vista de outra pessoa. Para Abric (2005), o sujeito parte da

premissa de que não é ele quem está respondendo, mas sim os outros, distanciando-se das representações do objeto. Recomenda-se que o “outro” escolhido na técnica de substituição não seja muito distante do sujeito, de modo que ele não esteja muito afastado do grupo e conheça os elementos de suas representações (Abric, 2003b).

Apesar da consistência e simplicidade da técnica, Abric (2005) ressalta uma possível limitação: a hipótese de que o sujeito, ao falar em nome de um outro (do grupo de referência), esteja apenas explicitando os elementos deste grupo e não revelando, verdadeiramente, a zona muda das representações. A esse fenômeno, chamou-se transparência representacional.

Menin (2006) explica que a “transparência das representações” revelaria somente o conhecimento que um grupo tem das representações do objeto por outro grupo. Neste caso, não estariam projetados, no grupo de referência, os elementos escondidos ou condenáveis das representações, “mas apenas o conhecimento que um grupo tem das representações ou estereótipos de outros” (p. 48).

A segunda técnica – de descontextualização normativa – consiste em “manipular o receptor das respostas do sujeito, ou seja, a quem o sujeito responde ao questionário; e que pode ser alguém do grupo de referência do próprio sujeito, com seus mesmos valores, ou alguém com outros valores” (Menin, 2006, p. 44). Parte-se do princípio de que quanto mais distante o receptor das respostas do grupo de referência do sujeito, mais fácil será revelar elementos contra-normativos, uma vez que não há compartilhamento suposto de crenças e ideias semelhantes sobre o objeto estudado.

Abric (2003b) explica que, assim como na técnica de substituição, na descontextualização normativa os sujeitos também expressam suas opiniões quando falam para outros grupos. Nos dois casos, de substituição e descontextualização, seria possível evidenciar a zona muda. O autor chama atenção, no entanto, para outro processo que pode

estar presente na pesquisa em representações sociais, qual seja o de influência social. Este processo caracteriza-se pela mudança de opinião ou crença quando em contato com as opiniões ou crenças de outras pessoas.

Sintetizando os estudos sobre influência social, Menin (2006) identifica duas correntes existentes: a funcionalista e a interacionista. Na primeira perspectiva, o grupo exerce influência sobre seus membros de forma a manter a coesão grupal e a homeostase. Consideram-se as relações de poder e de dependência entre o alvo e a fonte. As pressões buscam a conformidade dos membros desviantes, da maioria para uma minoria, levando em conta que não há interação e que “as normas, crenças e opiniões são petrificadas num estado único consensual, universal e imutável” (p. 49). Já na perspectiva interacionista, as normas, crenças e opiniões são mutáveis e consideram as relações no grupo. Seria possível que uma minoria influenciasse o grupo como um todo.

Menin (2006), por meio da análise de diversas pesquisas sobre a zona muda (Abric, 2003; Guimelli e Deschamps, 2000; Deschamps e Guimelli, 2004, Flament e Rouquette, 2004; Mugny e cols., 2001), conclui que, apesar dos fenômenos de influência social ou transparência representacional, as normas estarão sempre presentes nas representações sociais. A autora pontua sobre a necessidade de se continuar a pesquisa em representações sociais, sobretudo, a importância de se considerar novos métodos de investigação das representações sociais, que considerem todos os fenômenos envolvidos.

Nesta pesquisa será utilizado o conceito de zona muda para se chegar ao não dito sobre o tema das representações sociais da homossexualidade no contexto do trabalho. Espera-se, com este trabalho, contribuir para o estudo da zona muda das representações sociais, pelo uso da técnica de substituição. Acredita-se que o uso desta técnica é necessário em virtude das pressões para a conformidade do grupo no âmbito das organizações de

trabalho, o que pode levar ao mascaramento das representações que se apresentam contra as normas vigentes.

Representações Sociais do Trabalho com Homossexuais por Servidores do Poder Judiciário

Ao longo da história, diversas tentativas de compreender a homossexualidade foram construídas por diferentes saberes: religioso, antropológico, médico, psicológico. Durante séculos, tratou-se de considerá-la um desvio, um mal a ser extirpado, sob pena de subverter toda a humanidade.

Até o século XIX, a palavra sodomia era utilizada para designar as relações entre pessoas do mesmo sexo. O termo designava a prática de atos sexuais considerados como contra a natureza humana. Vale lembrar que, neste período, todo e qualquer ato sexual que não tivesse como finalidade a procriação era considerado, pela tradição cristã, um pecado frente à Deus. Por se tratar de um pecado, Estados consideraram sua prática um pecado-crime (Pretes & Viana, 2008).

Durante o século XIX, intensificou-se a busca de uma verdade sobre o sexo nas sociedades ocidentais. O saber científico elegeu a heterossexualidade como a *única sexualidade útil* para a sociedade, transformando a homossexualidade em patologia (homossexualismo). Os cientistas passaram, então, a buscar as causas desse tipo de relação sexual e, por conseguinte, uma cura. Trevisan (2000) explica que os homossexuais foram alçados a categoria de degenerados, sendo necessárias medidas de saúde pública do Estado como forma de autodefesa. As teorias existentes à época tratavam a homossexualidade como um problema de falhas biológicas e psíquicas hereditárias, justificando a necessidade de controle e isolamento destes indivíduos que representavam risco à continuidade da espécie humana.

Prestes e Viana (2008) destacam que, em busca da cura, os homossexuais foram submetidos a diversos procedimentos, tais como transplantes de testículos ou ovários, insulinoterapia (com o objetivo de causar choques glicêmicos), eletrochoque, lobotomia (retirada de uma parte dos lóbulos frontais do cérebro), castração, terapia de aversão (aplicação de um medicamento que causa enjoo logo após mostrar fotografias de pessoas do mesmo sexo).

Somente na segunda metade do século XX, a partir da noção de gênero, é que a sexualidade e, por conseguinte, a homossexualidade passou a ser entendida em uma perspectiva sócio cultural (Galinkin & Ismael, 2013), iniciando-se os movimentos de descriminalização das relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo. Para as autoras, o conceito de gênero “opera no sentido de desnaturalizar tanto a sexualidade quanto as desigualdades sociais entre os sexos, opondo-se ao determinismo biológico” (p. 644).

Guedes (1995) assinala que o termo gênero retrata um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, sendo uma forma primária de significar as relações de poder.

Em 1993, a Organização Mundial de Saúde retirou o homossexualismo, considerado um desvio e transtorno sexual, do Catálogo Internacional de Doenças. No Brasil, o Conselho Federal de Psicologia editou, no ano de 1999, a resolução nº 001, na qual declara que a homossexualidade não constitui doença. Vale ressaltar, no entanto, que esse processo não implicou no abrandamento do preconceito que se tinha contra essa forma de relação sexual (Trevisan, 2000). A despatologização da homossexualidade, não proporcionou, em contrapartida, a inclusão e aceitação destes indivíduos na sociedade. Conforme ressalta Mott (2006) “o preconceito anti-homossexual continua ativo e implacável em nossa sociedade”, fato confirmado pelas estatísticas de violência contra homossexuais: “a cada dois dias, no

Brasil, um gay, travesti ou lésbica é barbaramente assassinado, vítima da homofobia” (p. 511).

Relatório publicado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, no ano de 2012, revela que os direitos das pessoas homossexuais (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) continuam a ser violados. Destacam-se, entre as violações mais frequentes, os crimes de ódio e a homofobia institucional, foco deste estudo.

O termo *homofobia* é um neologismo criado, em 1972, pelo psicólogo clínico George Weinberg, pela junção dos radicais das palavras gregas *semelhante* e *medo*. Em sua concepção clássica, descreve um conjunto de emoções negativas (tais como aversão, desprezo, ódio, desconfiança) em relação a pessoas homossexuais. Tal concepção fundamentava-se no saber médico, prevalecendo a ideia de que a homossexualidade em si caracterizava um doença. Definições atuais da homofobia, remetem-na ao preconceito, discriminação e violência contra homossexuais, bissexuais e transgênero. De acordo com Junqueira (2007), o foco deixa de ser o indivíduo e passa para o social, descrevendo “situações de restrição de direitos de cidadania” (p. 7).

Louro (2004) afirma que a homofobia pode se expressar como um “terror da perda do gênero, ou seja, o terror de não ser mais considerado como um homem ou uma mulher ‘reais’ ou ‘autênticos’” (pp. 28-29). Conclui-se, portanto, que a homofobia pode operar em todos os indivíduos e se faz presente nos processos sociais. A homofobia institucional se expressa em situações e ocorrências de preconceito e discriminação no cerne das instituições (escola, trabalho, Estado).

Alguns obstáculos que precedem o combate à homofobia institucional são ressaltados por Garcia e Souza (2010). São eles: (a) o fato da homossexualidade ainda estar associada a uma doença, a uma condenação moral e uma inaceitabilidade social e política; e (b) a

expressão da homossexualidade ser considerada uma afronta radical e incômoda às instituições sociais. Pesa ainda a falta de apoio que o homossexual, na maioria das vezes, recebe de sua família, levando-o a calar-se em relação a sua sexualidade como forma de ser aceito pelo grupo social.

Siqueira, Saraiva, Carrieri, Lima e Andrade (2009) explicam que o medo da discriminação é um dos principais fatores que leva o homossexual a manter sua opção sexual *in closeted*¹. Ao ocultar sua identidade, o indivíduo tem que lidar com desdobramentos físicos e emocionais que podem acarretar, inclusive, o adoecimento no trabalho. O autor destaca que embora as organizações de trabalho tenham se tornado mais abertas aos homossexuais, destes é esperado uma postura não efeminada e comportamentos que não fujam do padrão social mínimo de conduta estabelecido. Outra contradição se expressa na omissão da empresa em conceder aos homossexuais benefícios concedidos aos heterossexuais e na incapacidade de protegê-los de atos discriminatórios.

Em relação ao comportamento dos colegas de trabalho, Irigaray (2007) argumenta que ainda predomina nas empresas um ideal de *neutralidade e assepsia*, no qual todos devem trabalhar em prol dos objetivos da organização. Isso leva a um discurso vazio, que desconsidera e ignora as múltiplas identidades sociais, como os negros, judeus, deficientes, homossexuais, portadores de doenças crônicas.

“Os gays são prejudicados pela sua orientação sexual”, afirmam Siqueira e Zauli-Fellows (2006b). É preciso enfrentar o dilema entre calar-se, e vivenciar menos eventos negativos e maior desgaste psíquico, ou assumir a homossexualidade, e lidar com a possibilidade de sofrer consequências no ambiente laboral, tais como o isolamento, perda de chances de promoção, exclusão das redes de trabalho profissionais, piadas homofóbicas,

realização de trabalhos abaixo de sua qualificação, intimidação e violência, que muitas vezes ocorrem de forma explícita ou não.

Vale destacar o caráter histórico e cultural das crenças, valores e atitudes em relação aos homossexuais. Por esse motivo, escolhemos a teoria das representações sociais como aporte teórico-metodológico para realização desta pesquisa.

Abordagem Teórica

A Teoria das Representações Sociais (TRS) oferece aos pesquisadores uma base teórica substancial para compreender os significados que os homens atribuem para explicar o mundo (Almeida & Cunha, 2003). “As representações sociais são uma forma de conhecimento social que possibilita interpretar e pensar os acontecimentos da vida cotidiana” (Menandro, Trindade e Almeida, 2003, p. 44), são teorias do senso comum construídas a partir de experiências, informações e pensamentos que são elaboradas e compartilhadas socialmente (Jodelet, 2001).

Produto da interação e comunicação entre as pessoas, as representações sociais constituem:

(...) um sistema de valores, ideias e práticas, com uma dupla função: primeiro estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controla-lo e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social. (Moscovici, 2013, p. 21)

Na perspectiva de Moscovici, o objetivo de toda representação é tornar algo não familiar em familiar, de modo a dar sentido ao mundo e transformá-lo em um lugar mais estável e previsível. Para Abric (2001), as representações funcionam como um sistema de

interpretação da realidade que rege a relação do indivíduo com o meio físico e social, determinando seus comportamentos e práticas. Trata-se de um guia para a ação que funciona como um sistema de decodificação da realidade e que determina um conjunto de antecipações e expectativas.

Cabecinhas (2004) esclarece que as representações sociais funcionam como um saber funcional ou como teorias sociais práticas, uma vez que “estão ligadas a sistemas de pensamentos mais largos, ideológicos ou culturais e a um estado de conhecimento científico” (p. 126). “Representar não significa reproduzir ou duplicar, significa reconstruir a realidade e participar ativamente do processo de construção da sociedade e de si” (Martins, Trindade & Almeida, 2003, p. 557). As representações sociais regulam a relação entre os indivíduos e os grupos, orientam os comportamentos, intervêm em processos de difusão e assimilação do conhecimento, construção das identidades pessoais e sociais, assim como em ações de resistência e mudança social.

Partindo dos pressupostos de Moscovici, Abric (2001) observou que as representações sociais estavam organizadas em um sistema sócio-cognitivo formado por um núcleo central e um sistema periférico. No núcleo central encontram-se os elementos fundamentais das representações, que determinam sua significação e organização. Duas funções são responsáveis por estes processos de atribuição de significado e ordenação – função geradora e organizadora. A função geradora é a responsável pela criação, transformação e atribuição de significado aos elementos da representação. Já a função organizadora determina a natureza dos elos que ligam os elementos da representação, unificando-os e tornando-os estáveis.

Afinal, a importância do núcleo central para as representações encontra-se justamente na estabilidade e manutenção dos elementos que o constituem, sendo considerado um núcleo

duro, rígido, resistente à mudança e de difícil acesso. Os elementos do núcleo são formados a partir de condições históricas, sociológicas e ideológicas relacionadas ao contexto social no qual se insere o indivíduo. Estão diretamente relacionados aos valores e normas.

Ao redor deste núcleo e com a função precípua de protegê-lo, encontra-se o sistema periférico. Os elementos periféricos tem função, valor e existência determinados pelo núcleo, são mais acessíveis, relacionados ao contexto individual e imediato. É mais vivo e concreto, abarca informações retidas, selecionadas e interpretadas, juízos formulados a respeito de um objeto, estereótipos e crenças. Abric (2001) destaca que estes elementos também estão hierarquizados: quanto mais perto do núcleo, mais relacionados ao significado da representação; quanto mais distante, maior a função de ilustrar, clarificar, justificar a representação.

Esse duplo sistema permite compreender um dos aspectos essenciais das representações sociais: trata-se de um sistema vivo, dinâmico, ao mesmo tempo *estável e móvel, rígido e flexível*. Por esse motivo, busca-se no sistema periférico possíveis indicadores de mudanças recentes das representações (Abric, 2001).

Tais aspectos da teoria poderão ser mais facilmente visualizados na seção de métodos e resultados.

Objetivos

Geral

O presente estudo tem como objetivo geral verificar as representações sociais acerca do trabalho com homossexuais, elaborado pelos colegas que atuam neste contexto.

Específicos

1. Identificar os principais conteúdos das representações sociais acerca do trabalho com homossexuais;
2. Identificar a estrutura e organização interna das representações sociais acerca do trabalho com homossexuais;
3. Verificar se as representações expressam preconceito e discriminação em relação aos homossexuais.

Método

Sujeitos

O presente estudo foi realizado em um órgão público do poder judiciário de uma capital brasileira. Participaram da pesquisa 111 servidores, sendo 69 do sexo feminino (F) e 39 do sexo masculino (M). Do total de respondentes, 03 preferiram não registrar informações pessoais (sócio-demográficas).

Em relação a orientação sexual, 85 sujeitos declararam-se heterossexuais – He – (21 homens e 64 mulheres), 17 homossexuais – Ho – (14 homens e 3 mulheres) e 5 bissexuais – Bi – (3 homens e 2 mulheres). As Figuras 2 e 3 apresentam a distribuição dos participantes da pesquisa por sexo e orientação sexual.

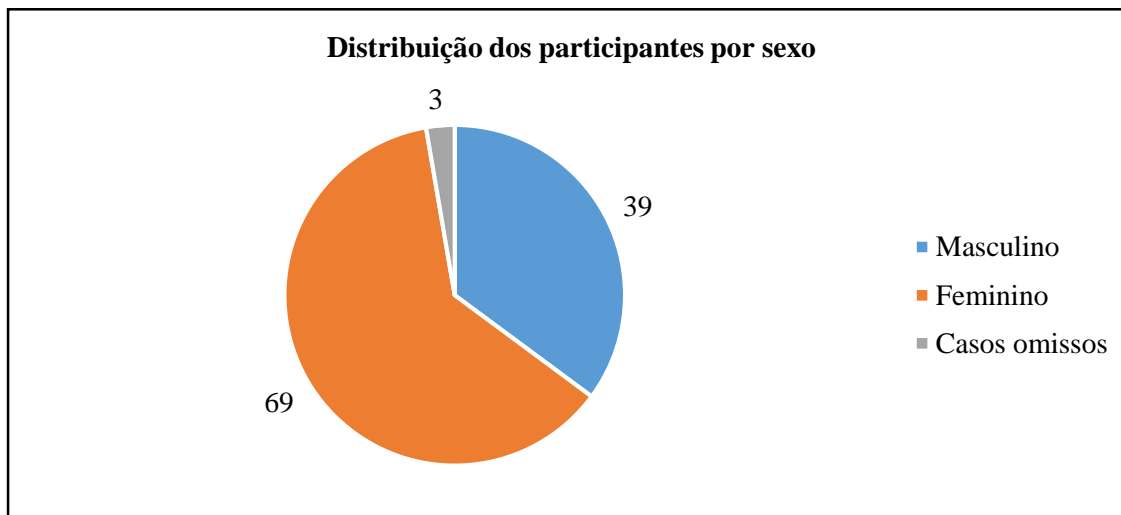


Figura 2. Distribuição dos participantes da pesquisa por sexo

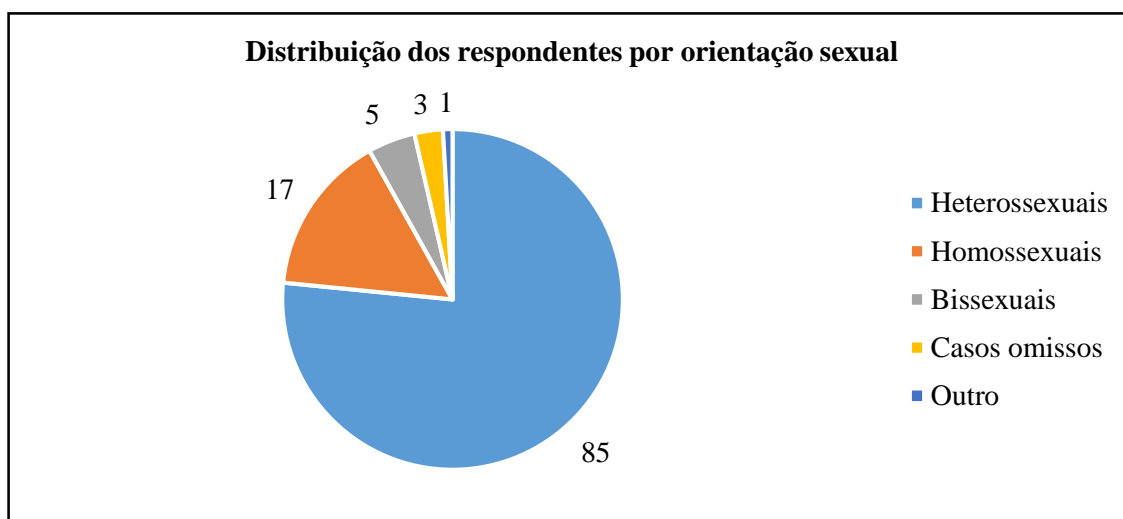


Figura 3: Distribuição dos respondentes por orientação sexual

Correlacionando sexo e cor da pele, encontra-se que, entre os homens, 22 identificaram-se como brancos (B), 1 negro (N), 2 amarelos (A), 13 pardos (P) e 1 não se identificou com as opções postas (NI). Dentre as mulheres, 33 disseram ser brancas, 6 negras, 4 amarelas, 21 pardas e 5 não se identificaram. Os dados de raça dos participantes constam da Figura 4.

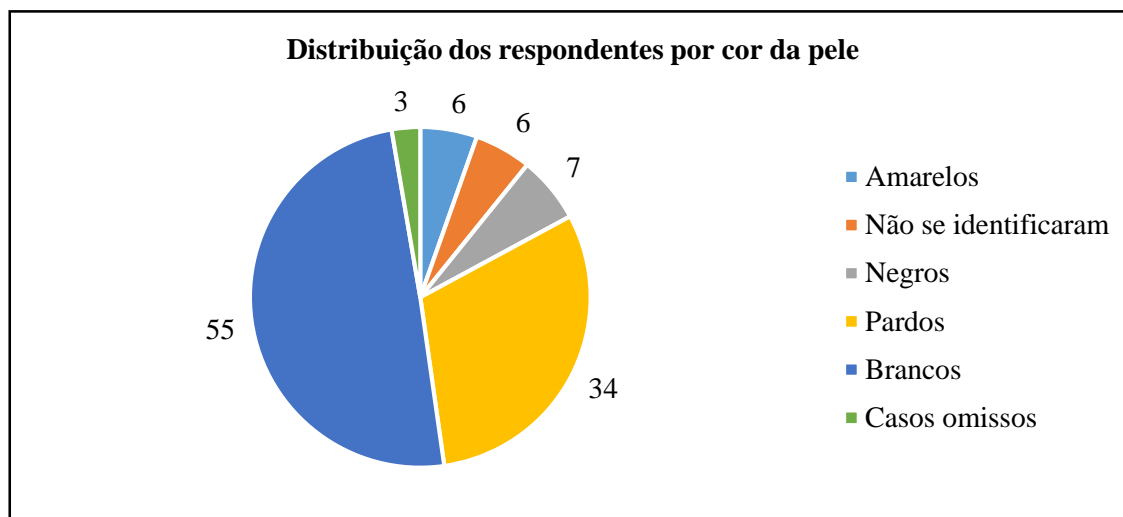


Figura 4. Distribuição dos respondentes por raça

Na Tabela 2, realizou-se uma comparação entre a orientação sexual, sexo e cor da pele da amostra.

Tabela 2

Correspondência entre a orientação sexual, raça e sexo dos participantes da pesquisa

| Orientação Sexual | Cor da pele | Sexo | | N |
|------------------------|----------------------|---------------|--------------|-----|
| | | Masculino (M) | Feminino (F) | |
| Heterossexuais (He) | Brancos (as) | 11 | 30 | 41 |
| | Negros (as) | 1 | 6 | 7 |
| | Amarelos (as) | 0 | 4 | 4 |
| | Pardos (as) | 8 | 20 | 28 |
| | Não se identificaram | 1 | 4 | 5 |
| Homossexuais (Ho) | Brancos (as) | 9 | 2 | 11 |
| | Negros (as) | 0 | 0 | 0 |
| | Amarelos (as) | 1 | 0 | 1 |
| | Pardos (as) | 4 | 0 | 4 |
| | Não se identificaram | 0 | 1 | 1 |
| Bissexual (Bi) | Brancos (as) | 2 | 1 | 3 |
| | Negros (as) | 0 | 0 | 0 |
| | Amarelos (as) | 1 | 0 | 1 |
| | Pardos (as) | 0 | 1 | 1 |
| | Não se identificaram | 0 | 0 | 0 |
| Outro | - | 1 | 0 | 1 |
| Casos omissos | | 0 | 0 | 3 |
| Total de participantes | | 39 | 69 | 111 |

Dentre os participantes que se declararam heterossexuais, 41 são brancos, 7 negros, 4 amarelos, 28 pardos e 5 não se identificaram com as opções acima. Em relação aos homossexuais, 11 são brancos, 1 amarelo, 4 pardos e 1 não se identificou. Já dentre os bissexuais, 3 são brancos, 1 amarelo e 1 pardo. Um participante se identificou como “Outros”. Quanto à idade, constatou-se que 4 sujeitos tinham até 20 anos, 15 situam-se entre 20 e 29 anos, 46 entre 30 e 39 anos, 35 na faixa de 40 a 49 anos e 8 entre 50 e 59 anos. Um dado relevante, que pode influenciar as representações sociais acerca do trabalho com homossexuais, trata da formação religiosa. Houve uma predominância de participantes católicos (N=33), seguido de espíritas (N=15) e evangélicos (N=11). Declararam-se sem religião 25 sujeitos e 24 disseram seguir outras crenças não específicas. Para maiores informações, a faixa etária dos respondentes pode ser visualizados na Figura 5 e a correspondência entre idade e religião na Tabela 3.

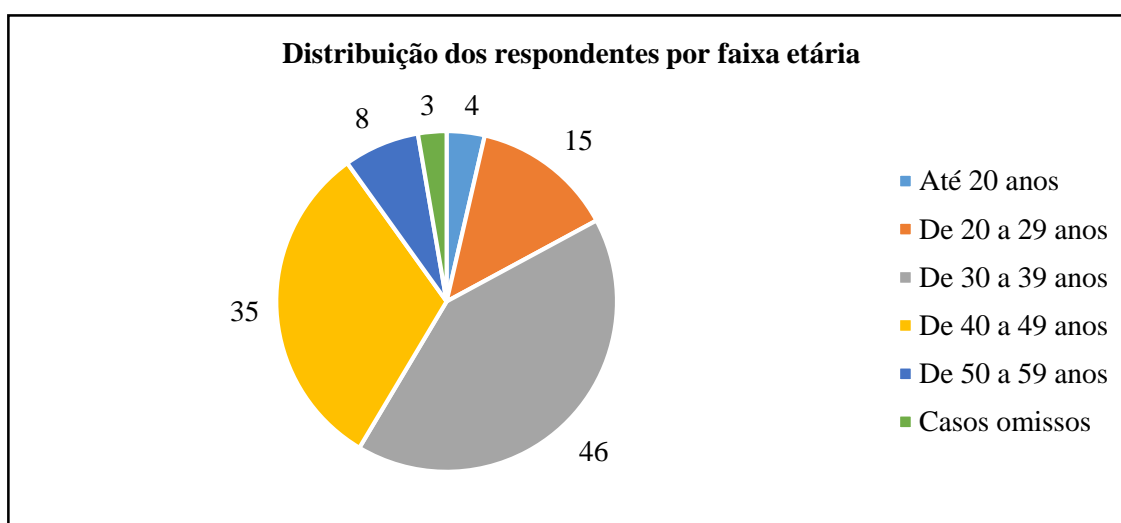


Figura 5. Distribuição dos respondentes por faixa etária

Tabela 3

Correspondência entre idade e religião dos participantes

| Idade | Religião | | | | | N |
|-------------------------|----------|----------|------------|--------------|-------|-----|
| | Católica | Espírita | Evangélica | Sem Religião | Outro | |
| Até 20 anos | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 4 |
| De 20 a 29 anos | 7 | 1 | 2 | 3 | 2 | 15 |
| De 30 a 39 anos | 16 | 8 | 3 | 10 | 9 | 46 |
| De 40 a 49 anos | 7 | 4 | 4 | 10 | 10 | 35 |
| De 50 a 59 anos | 2 | 2 | 1 | 1 | 2 | 8 |
| Mais de 60 anos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Casos omissos | - | - | - | - | - | 3 |
| Total de participantes: | 33 | 15 | 11 | 25 | 24 | 111 |

Procedimentos

O projeto foi submetido à Superintendência de Gestão de Pessoas e à Presidência do Órgão para análise. Foi assinado um Termo de Convênio prevendo o sigilo das informações, inclusive a não identificação da instituição. A pesquisadora comprometeu-se a entregar uma cópia desta dissertação para consulta futura dos servidores, bem como elaborar uma apresentação com os resultados simplificados deste estudo.

a) Instrumento

Foi utilizado um instrumento de evocação, baseado na técnica da associação livre, a partir dos termos indutores **trabalho com homossexuais**. O participante deveria escrever, em campo específico, 6 palavras ou expressões que lhe viessem à mente sobre o termo indutor, classificando-as, em seguida, por ordem de importância, atribuindo o número 1 a palavra mais importante e 6, a menos importante. Na sequência, o participante deveria explicar a escolha da palavra mais importante, em um campo aberto. Segundo Galinkin, Seidl, Barbosa e Magalhães (2012, p. 7), “a explicação da palavra que melhor se associa ao termo indutor, permite qualificar a resposta buscando o seu significado no contexto das palavras evocadas”.

Antes de iniciar a pesquisa, o participante deveria ler e aceitar as informações constantes do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

b) Coleta dos dados

O instrumento foi aplicado por meio eletrônico, utilizando-se como base a plataforma *Survey Monkey*. O *link* da pesquisa ficou disponível para acesso na intranet do Órgão durante 30 dias, entre os dias 18 de dezembro de 2014 e 16 de janeiro de 2015. Durante esse período, foram feitas duas chamadas aos servidores para participação voluntária. A pesquisa obteve 458 acessos, o que representa 6,8% do efetivo total de servidores do órgão. Entretanto, dos instrumentos acessados apenas 111 foram considerados válidos para fins de análise dos resultados, correspondendo a 24,2% dos acessos e 1,64% do efetivo total. A pesquisadora utilizou como critério ter respondido a todas as fases do instrumento (três no total) e ter elencado ao menos 4 palavras ou expressões sobre o termo indutor. A Figura 6 esquematiza esses dados, que serão discutidos posteriormente.

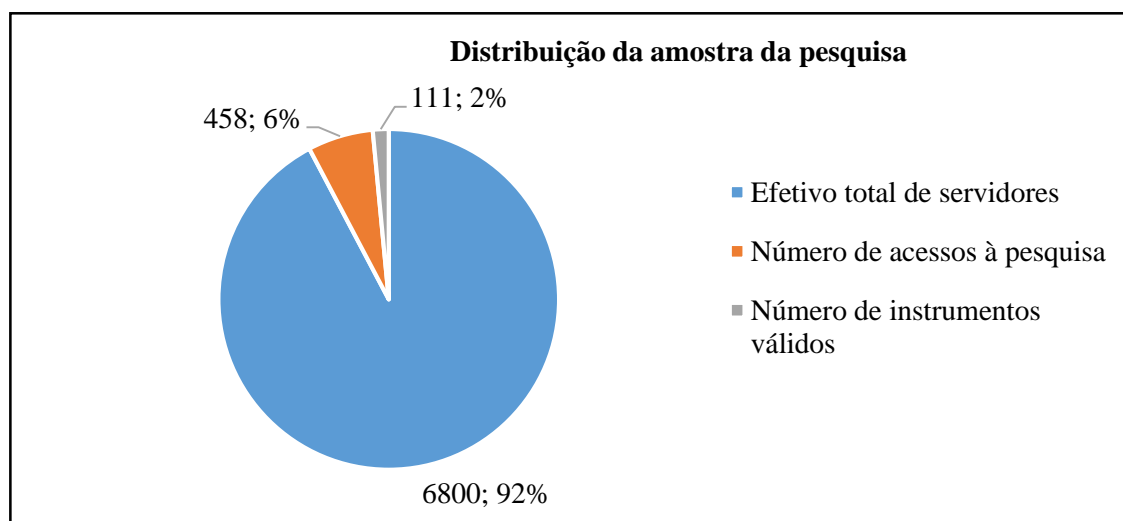


Figura 6. Distribuição da amostra da pesquisa

c) Análise dos dados

Para a análise estrutural das palavras e expressões evocadas, foi utilizado o programa *Ensemble de Programmes Permettant L'Analyse des Évocations* (EVOC), versão 2003, pelo

qual é possível analisar a frequência com que cada tema foi evocado pelos sujeitos e a ordem média de importância que lhe foi atribuída, ou seja, a média ponderada dos graus de importância. As correspondências entre esses critérios permitem uma análise estrutural das representações, bem como conhecer a sua organização interna e seu conteúdo.

Inicialmente, optou-se por realizar uma análise semântica dos termos evocados, a fim de agrupar palavras com mesmo radical e classe. Wachelke e Wolter (2011) explicam que essa categorização semântica possibilita uma homogeneidade das frequências, evita ambiguidade e divergência de conteúdo. Ressaltam, no entanto, o cuidado que o pesquisador deve ter na escolha do ponto de corte das frequências e ordens de evocações, de forma a evitar enviesamento dos resultados.

Embora não haja um critério único para estabelecer este ponto de corte, optou-se por considerar a frequência mínima como a proporção de 3% do total da amostra. Para escolha da frequência intermediária, calculou-se a mediana das frequências de maior evocação (após exclusão dos termos de frequência mais baixa). Como foi utilizado um número par de solicitações de respostas (1 a 6), o critério para cálculo do ponto de corte da ordem média de evocações foi definido pela média das pontuações de importância (Wachelke & Wolter, 2011).

Para caracterização da estrutura das representações sociais optou-se pela técnica proposta por Vergès (citado em Wachelke & Wolter, 2011), definida como análise prototípica (ou análise de evocações ou das quatro casas). Parte-se do pressuposto de que os elementos da representação social estão mais acessíveis à consciência. Estudos recentes revelam, no entanto, que nem todos os elementos presentes no campo representacional são revelados

facilmente, podendo-se encontrar mascarados em função de conteúdos contra normativos. A este campo, denominou-se zona muda ou mascarada⁴.

Na análise prototípica, as informações são apresentadas em uma tabela de quatro quadrantes, definidos pelos pontos de corte citados anteriormente (frequências, mínima e média, e ordem média das evocações). O primeiro quadrante corresponde aos prováveis elementos do núcleo central, composto por palavras com alta frequência e baixa ordem de importância. Significa que essas palavras foram citadas mais vezes, sendo-lhes atribuída maior importância pelos participantes. No segundo quadrante, primeira periferia, encontram-se os elementos secundários das representações, isto é, palavras com elevada frequência e baixa ordem de importância. O terceiro quadrante, segunda periferia, é constituído por evocações menos salientes, sendo as últimas palavras associadas. No quarto quadrante, ordenam-se as evocações de baixa frequência e pouco importantes.

Acredita-se que essa última área pode caracterizar uma zona de contrastes, formada por respostas minoritárias, menos importantes, individuais e idiossincráticas (Galinkin et al., 2012). Segundo Abric (2003), as representações presentes nesta zona indicam duas possibilidades: (1) ou são apenas complementos da primeira periferia, ou (2) indicam a existência de um subgrupo que valoriza consistentemente alguns elementos distintos da maioria, talvez até mesmo com um núcleo central diferente” (citado em Wachelke & Wolter, 2011).

⁴ Nesta parte da pesquisa, verificou-se apenas as representações sociais apresentadas sob o ponto de vista dos respondentes (situação normal). Em estudo posterior, apresentaremos os resultados obtidos a partir da análise das representações da zona muda.

A análise prototípica refere-se a uma forma de apresentação dos dados, ou seja, uma forma de organizar a importância e a frequência das evocações, facilitando o entendimento da estrutura e hierarquia das representações sociais.

Para delimitação da hierarquia das representações sociais, utilizou-se o ponto de corte de 3,5, frequências mínima e média de 4 e 9 repetições, respectivamente. A escolha da palavra mais importante foi sucedida por uma explicação do participante da pesquisa e será considerada dentro do contexto da análise prototípica para compreender a estrutura proposta.

Resultados

A Tabela 04 apresenta a provável estrutura das representações sociais evocadas a partir do uso dos termos indutores **trabalho com homossexuais**, categorizadas por meio do programa EVOC, versão 2003. O número total de evocações foi 660, com 06 casos omissos, o que representa uma média de 5,95 associações por pessoa.

Tabela 4

Quadrante das representações sociais do grupo de auto-referência sobre o trabalho com homossexuais, gerado pelo Programa EVOC. Brasília, DF, 2015.

| Ordem média de importância (OMI) | | | | | | | |
|--|----------------|-------------------|------------|-------------------|--------------------|------------|-------|
| < 3,5 | | | > 3,5 | | | | |
| | Núcleo Central | Frequência | OMI | Periferia Próxima | Frequência | OMI | |
| f ≥ 9 | Respeito | 32 | 1,656 | Amizade | 16 | 4,188 | |
| | Normal | 32 | 2,438 | Alegria | 14 | 4,571 | |
| | Preconceito | 30 | 3,400 | Divertido | 14 | 4,000 | |
| | Diversidade | 19 | 3,000 | Indiferente | 12 | 3,750 | |
| | Igualdade | 19 | 2,421 | Diferente | 9 | 5,000 | |
| | Competência | 11 | 3,000 | Discriminação | 9 | 4,222 | |
| | Tranquilo | 9 | 3,000 | Profissional | 9 | 3,667 | |
| | | Periferia Próxima | Frequência | OMI | Periferia Distante | Frequência | OMI |
| | | Direito | 8 | 2,750 | Dificuldade | 7 | 4,857 |
| | | Sensibilidade | 7 | 2,857 | Oportunidade | 6 | 4,500 |
| 4 | Tolerância | 7 | 2,857 | Legal | 5 | 4,200 | |
| ≤ | Coleguismo | 6 | 3,000 | Necessário | 5 | 5,000 | |
| f | Cuidado | 5 | 3,200 | Companheirismo | 4 | 4,250 | |
| < | Pessoas | 5 | 2,400 | Comum | 4 | 4,000 | |
| 8 | Dignidade | 4 | 1,750 | Construtivo | 4 | 4,000 | |
| | Educação | 4 | 2,750 | Desafio | 4 | 3,500 | |
| | Humano | 4 | 1,750 | Discrissão | 4 | 3,500 | |
| | Trabalhadores | 4 | 2,750 | Liberdade | 4 | 3,500 | |
| Nº total de evocações = 660 / Casos omissos = 06 / N = 111 | | | | | | | |

Núcleo central das representações sociais

No primeiro quadrante superior esquerdo, estão localizadas as palavras mais frequentes e destacadas como mais importantes na ordem de evocação, área reconhecida como provável núcleo duro (central) das representações. O núcleo central carrega o elemento fundamental da representação, visto que determina sua significação e organização. Os elementos cognitivos do núcleo apresentam características de estabilidade, rigidez e consensualidade (Sá, 1998). São mais resistentes a mudanças, garantindo o equilíbrio em contextos móveis e evolutivos. É a base para os valores e normas determinados socialmente, em função das condições históricas, sociológicas e ideológicas que o constituem (Abric, 2001). Por suas características mais estáveis e duradouras, os elementos do núcleo central definem a homogeneidade de um grupo.

Foram reveladas as seguintes palavras, que, provavelmente, constituem o núcleo organizador das representações sociais: *respeito, normal, preconceito, diversidade, igualdade, competência e tranquilo*. Para facilitar a análise, separamos as palavras em duas categorias centrais: uma referente aos termos de possível conotação positiva, tais como *respeito, normal, tranquilo, competência, igualdade e diversidade*; e outra formada por palavras de possível conotação negativa, tais como *preconceito*. Como a maioria das palavras encontradas sugere uma dupla interpretação, esse esquema será utilizado também para a análise das evocações dos demais quadrantes.

Recorremos, então, às explicações para entender as respostas constantes do núcleo central. Primeiramente, observa-se que as explicações revelam comportamentos e atitudes que devem prevalecer dentro do ambiente de trabalho. Parece haver uma separação estrita entre o modo de se relacionar com os homossexuais no ambiente laboral, cerceado por regras e normas rígidas de comportamento, e a convivência em ambiente externo, próprio às

relações pessoais. Essa posição está presente nos seguintes trechos: “No ambiente de trabalho, deve haver igualdade, independente de qualquer tipo de crença, prática, gênero” (014, M, P, He); “Devemos ter em mente que a escolha sexual não deve impactar no ambiente de trabalho” (105, M, B, He); “O gênero da pessoa não entra no meu critério para qualificar o seu trabalho, pois interessa se ela é competente, compromissada com o trabalho, confiável como colega e se entrega os serviços que estão sob sua responsabilidade” (011, M, NI, He); “Não faz diferença a opção sexual da pessoa para o desempenho profissional” (094, F, N, He); “Em um ambiente de trabalho, o profissionalismo deve prevalecer, independente da pessoa que trabalha com você” (009, F, P, He).

Vemos que “o foco no ambiente de trabalho está voltado para a execução da atividade, não para a pessoa que a desenvolve” (066, M, P, He). Por esse motivo, parece haver um distanciamento em relação aos homossexuais, o que indica uma aceitação, restrita ao ambiente organizacional, ou seja, aceita-se o trabalho e não a pessoa que trabalha.

Pesquisa realizada por Ferreira e Siqueira (2007), revelou que os homossexuais, na maioria das vezes, preferem não revelar sua orientação sexual no ambiente de trabalho, por receio de preconceito e discriminação, que vem na forma de realização de atividades aquém de sua qualificação profissional, preterimento em promoções à cargos superiores, perseguições por colegas e gestores por meio de brincadeiras e piadas, dentre outras práticas assediadas. Tal fato aparece nas explicações relacionadas ao termo *preconceito*: “Acho que os homossexuais ainda sofrem bastante preconceito em vários setores da sociedade; imagino que no trabalho eles enfrentem muito esta dificuldade” (047, F, B, He); “Embora a sociedade tenha evoluído (...), ainda existe bastante preconceito, o que gera medo de sofrer rejeição e insegurança (...), especialmente no que diz respeito às oportunidades de ocupar cargos de destaque” (061, M, B, Ho); “Preconceito é o que impede a pessoa de fazer o seu trabalho da melhor maneira possível devido ao medo de se expressar no ambiente de trabalho” (093, M,

B, Ho). E mais: “No meu ponto de vista, a observação acerca das escolhas pessoais de cada um é totalmente algo de foro íntimo; não muda a minha relação profissional, apesar da diversidade que pode incidir em nossa relação” (002, M, P, He).

Em relação à *competência*, revela-se que: “Em virtude das exigências sociais, os homossexuais necessitam de maior esforço pelo reconhecimento” (005, M, B, Bi); “Os homossexuais se dedicam mais ao trabalho para serem reconhecidos” (037, M, B, Ho), mas também que “em minha experiência, me deparo com a competência de meus colegas, que deve ser valorizada acima das diferenças de orientação sexual” (088, F, B, He).

A periferia próxima das representações sociais

As palavras constantes do segundo e terceiro quadrante delimitam o sistema periférico das representações sociais. O sistema periférico tem a função de adaptação e proteção dos elementos do núcleo central, sendo mais acessível, adaptativo e relacionado ao contexto imediato. Sá (1998) descreve os elementos periféricos como mutáveis, flexíveis e ligados às experiências individuais. São estes elementos que possibilitam ao grupo heterogeneidade de comportamentos e conteúdo. Por apresentar-se de forma mais maleável e instável, é nesse sistema que tem início qualquer processo de modificação das representações sociais, face a modificações e incorporação de novas práticas sociais.

Como o núcleo central e o sistema periférico formam um duplo sistema de representações, com papéis complementares, Sá, Oliveira, Castro, Vetere e Carvalho (2009) apontam para a possibilidade de que alguns elementos do núcleo central estejam presentes no sistema periférico. Assim, na análise prototípica é importante verificar a semelhança de conteúdos e sentidos das evocações.

Constam da periferia 1, os seguintes termos: *amizade, alegria, divertido, indiferente, diferente, discriminação e profissional*. Nesta área estão as palavras de alta frequência de

evocações e maior importância. Já na periferia 2, encontramos: *direito, sensibilidade, tolerância, coleguismo, cuidado, pessoas, dignidade, educação, humano e trabalhadores*, com frequência inferior de evocação e menor importância. Recorreu-se às explicações para compreender a amplitude e natureza das evocações. As palavras constantes das periferias 1 e 2 foram distribuídas, por conseguinte, em quatro categorias, sendo duas de conotações positivas – (1) Convivência e (2) Indiferença; e duas de sentido negativo – (3) Estereótipo e (4) “Cuidado com o viado”.

(1) Convivência

Essa categoria é formada pelas palavras: *profissional, direito, coleguismo, pessoas, dignidade, educação, humano, trabalhadores e tolerância*. Revelam-se em: “No ambiente profissional não deve ter esse tipo de preconceito; o mais importante é a eficiência e profissionalismo da pessoa” (003, F, P, He); “O humano inclui todas as possibilidades de convivência” (060, F, A, He); “São pessoas e merecem respeito como qualquer outro” (068, M, B, He); “Viver com dignidade, conviver bem em sociedade” (069, F, B, He); “Relacionar-se bem como os colegas de trabalho, independente de quem são, qual sua crença religiosa, seu time ou opção sexual, de modo a desempenhar bem seu papel profissional” (077, F, B, He); “Independente de achismos individuais, a aceitação das diferenças é primordial para a evolução da humanidade como um todo” (099, M, B, Bi).

(2) Indiferença

Koltai (1999), no texto *Violência e indiferença: duas formas de mal-estar na cultura*, traz uma abordagem interessante acerca desses dois fenômenos, tendo como ponto de partida a obra *Mal-estar na civilização*, de Sigmund Freud. Em sua análise, constata que o contato cada vez maior com pessoas excluídas no meio social, acaba revelando uma ferida narcísica ao ideal de uma sociedade justa e racional. Revela que está havendo uma modificação nas

reações emocionais frente à essa realidade. O contato com indivíduos marginalizados costumava provocar reações emocionais de culpa e revolta, provocando enfrentamento da situação conflitiva.

Esses sentimentos vêm sendo substituídos, gradativamente, por reações de medo e angústia, que revelam passividade e incapacidade de revolta. “Nesse momento de globalização das economias e da crise que ela acarreta, estamos assistindo a um recrudescimento da violência e do religioso” (Koltai, 1999, p. 76). A falta de projetos futuros, fruto da insegurança sentida pelo indivíduo, faz emergir discursos racistas e fundamentalistas como saídas possíveis. Neste cenário, a indiferença aparece como uma “manifestação melancólica da impossibilidade de fazer o luto por certas ideologias e sonhos de fraternidade que alimentaram, em parte, o homem do século XX”, conclui Hassoun (citado em Koltai, 1999, p. 77).

Embora a autora retrate o fenômeno da indiferença contra indivíduos marginalizados (moradores de rua, usuários de crack, mendigos), acredita-se ser possível utilizar suas assertivas, repensando-as no contexto da homossexualidade. Afinal, os homossexuais poderiam facilmente enquadrar-se no cenário dos marginalizados e excluídos, conforme revela a história.

O termo *indiferença* revela-se em: “É apenas mais um colega de trabalho; sua orientação sexual não deve ser relevante” (081, F, B, He); “Não há diferença em relação a qualquer outra pessoa com opção sexual diferente” (082, F, B, He); “Não faz diferença a opção sexual da pessoa para o desempenho profissional, isso não interfere na minha avaliação sobre o perfil, competência, responsabilidade” (094, F, N, He).

(3) Estereótipos

Os estereótipos são essenciais para a vida social. Atendem a uma função econômica primordial para o bom funcionamento do organismo, ao categorizar as informações com base

em suas semelhanças e diferenças. Definem estruturas cognitivas, formadas a partir de julgamentos e avaliações que as pessoas fazem de outras pessoas ou objetos. Resultam do cruzamento de fatores ligados ao processamento da informação, à motivação e identidade, de fatores ligados à dinâmica social das relações entre o grupo e de fatores ideológicos (Marques & Paéz, 2006). São transmitidos no processo de socialização com o grupo de referência do indivíduo, sofrendo influência do contexto histórico e social.

Os estereótipos auxiliam o indivíduo a perceber o mundo como estável, previsível e controlável (Herek, 1984; 1991). Para a formação dos estereótipos, é possível fazer uso de uma série de estratégias cognitivas. A categorização corresponde a uma destas estratégias e é definida como o processo mental de associação ou junção de diferentes objetos ou pessoas com base em características semelhantes. Envolve as etapas de reconhecimento da característica ou atributo de uma pessoa, análise e julgamento de acordo com valores e crenças individuais, diferenciação e classificação em grupos. Assim, os estereótipos acabam sendo reforçados por outros mais antigos, ignorando informações novas que os contrariem.

Estudos revelam que os heterossexuais com atitudes negativas contra homossexuais tendem a: (1) expressar posições mais tradicionais, incluindo restrições contra os papéis de gênero; (2) negar ter se envolvido em comportamentos homossexuais ou se identificar como gays ou lésbicas; (3) perceber seus pares com atitudes; (4) ter tido pouco ou nenhum contato com gays ou lésbicas; (6) ter vivido em áreas nas quais as atitudes negativas representam a norma; (7) ter fortes convicções religiosas e se identificar com ideologias conservadoras (Herek, 1984).

Os estereótipos negativos contra homossexuais são formados a partir de ideologias culturais dominantes, que subjulgam as minorias. De acordo com Herek (1991), os heterossexuais que apresentam atitudes negativas contra homossexuais, atribuem aos gays homens traços de comportamento “femininos” e às lésbicas, atributos “masculinos”. Por essa

ótica, os gays homens são considerados teatrais, gentis e liberais, enquanto as lésbicas são categorizadas como dominadoras, diretas, fortes, liberais, enérgicas e inconformadas (Herek, 1991).

D'Amorim (1997) analisou diversas pesquisas realizadas no Brasil em relação aos estereótipos de gênero. Constatou que estes incluem “características psicológicas e biológicas, comportamentais e ocupacionais” (p. 127). Sintetizando, a autora relata que os estereótipos de gênero estão muito ligados aos papéis sexuais e que permanecem ligados à expressividade, no caso das mulheres, e à instrumentalidade, para os homens.

Desse modo, inclui-se nessa categoria de análise as palavras *amizade, alegria, divertido e sensibilidade*. Parte-se do pressuposto de que há uma imagem estereotipada associada aos homossexuais. Percebe-se isso em: “As pessoas não deveriam ser classificadas, aceitas ou não, por causa da sua prática sexual; não há, na verdade, diferença entre trabalhar com um homossexual ou um heterossexual, embora os gays, via de regra, sejam mais bem humorados” (103, F, P, He); “Para saber se trabalhamos com homossexuais ou ele tem que contar ou seu comportamento é ‘tipificado’, ou seja, de alguma forma ele expôs sua sexualidade” (087, F, P, He); “Pessoas alegres e de alto-astral” (080, F, P, He); “Todos que conheço normalmente apresentam bom humor” (045, F, P, He); “Os homossexuais são mais sensíveis e mais amigos das pessoas, principalmente com as mulheres” (036, F, B, He).

(4) “Cuidado com o viado”

Inclui-se, nesta categoria, as palavras *discriminação, diferente e cuidado*. Estão presentes em: “Apesar de não concordar com a homossexualidade por questão de cunho religioso, procuro ser cautelosa nas minhas palavras para não ofender os outros” (052, F, P, He); “Não me sinto bem na presença de homossexuais, normalmente são extravagantes e agem de maneira dissimulada” (079, F, P, He); “Não vejo qualquer problema em trabalhar com homossexuais, na maioria das vezes nem percebemos” (086, F, B, He); “Temos que

tomar cuidado com as palavras que devemos ter com essas pessoas; tomar cuidado para não ofender; acho chato ter que controlar as palavras, (...) eles são complicados, chatos, mas ressalto que se forem discretos, o trabalho vira comum” (096, F, A, He); “É preciso ter cuidado ao trata-los porque são muito sensíveis, qualquer coisa pensam que estão sendo discriminados” (107, F, B, He); “Que não se valha da condição de homossexual para obter vantagens ou deixar de fazer algo, para se fazer de vítima dizendo que está sendo tratado com preconceito” (106, F, NI, He).

Os estereótipos estão presentes, também, nessas afirmações: extravagantes, dissimulados, sensíveis (se ofendem facilmente), por isto é preciso ter cuidado.

A periferia distante das representações sociais

Conforme Mourão e Galinkin (2008), no quadrante inferior direito da tabela estão os elementos situados mais distantes do núcleo central organizador das representações (zona de contraste), marcados pela evocação tardia e menor importância. Referem-se a idiosincrasias e refletem possíveis mudanças recentes na estrutura e hierarquia das representações sociais. Foram encontrados os termos *dificuldade, oportunidade, legal, necessário, companheirismo, comum, construtivo, desafio, discricção e liberdade*.

Novamente, optou-se por reduzir as evocações a duas categorias: (1) palavras de conotação positiva (*oportunidade, legal, necessário, companheirismo, comum, construtivo e liberdade*) e outra de (2) palavras de cunho pejorativo (*dificuldade, desafio e discricção*). Nas explicações da primeira categoria, conotação positiva, encontram-se: “O importante no ambiente de trabalho é a harmonização de diferenças individuais para a conquista de ideal e propósito comum” (064, F, B, He); “Amplia a visão de mundo de todos os que trabalham com homossexuais” (063, M, B, Ho); “Não é o gênero ou a opção sexual ou cargo que exerce que faz uma pessoa ser boa ou ruim, mas sim suas atitudes e comportamentos” (041, F, B,

He); “Conviver com pessoas diferentes da gente, no tocante a raça, religião, opção sexual, nacionalidade, status social e tudo o mais é importante para o nosso crescimento como ser humano” (035, F, B, He).

Para fundamentar as palavras constantes da segunda categoria, conotação negativa, tem-se: “Embora a sociedade, de maneira geral, tenha evoluído no que diz respeito ao tratamento de homossexuais, ainda existe bastante preconceito, o que gera medo de sofrer rejeição e insegurança no que diz respeito ao tratamento desigual em relação aos não homossexuais, especialmente, no que diz respeito às oportunidades de ocupar cargos de destaque” (061, M, B, Ho); e “Acredito que o preconceito com uma pessoa homossexual no ambiente de trabalho seja uma grande barreira para as relações interpessoais, decorrentes de outros colegas preconceituosos que não aceitam essa pessoa somente por sua opção sexual, independente de sua competência para o trabalho” (067, F, B, He).

Discussão

A análise das evocações para os termos indutores *trabalho com homossexuais* revelou a possível presença das evocações respeito, normal, preconceito, diversidade, igualdade, competência e tranquilo no núcleo central. Em função dos sentidos das palavras, parece haver um sentimento ambíguo em relação ao contato com homossexuais no trabalho, o que pode indicar uma forte influência das normas e regras de conduta que prevalecem no ambiente organizacional, em particular, uma expressão da sociedade geral.

Percebe-se que, do ponto de vista profissional, os homossexuais parecem ser respeitados, vistos como iguais pelos participantes. No entanto, a presença do termo competência indica que essa convivência tranquila parece estar relacionada a uma exigência de que os homossexuais sejam eficientes e executem o trabalho proposto com qualidade.

As evocações do sistema periférico tolerância, profissional, coleguismo e trabalhadores parecem sustentar esse ideal de competência e desempenho explicitado no núcleo central.

Também encontramos a evocação preconceito como elemento central, que denota a possível existência de um ambiente não tão acolhedor, no qual os homossexuais estão sujeitos a lidarem com brincadeiras, piadas e discriminação relacionadas a sua orientação sexual. Tal fato parece ser confirmado pelas evocações periféricas que remetem a discriminação e cuidado.

Os resultados revelam ainda que parece haver uma distinção entre a convivência com homossexuais nos contextos pessoal e profissional. Nos ambientes profissional, destes é esperado um comportamento discreto, de acordo com os papéis sociais definidos para os sexos segundo as normas vigentes. Devido aos limites dos objetivos deste estudo, não foi possível identificar qual a percepção em relação aos homossexuais fora do ambiente de trabalho e como ocorrem as relações pessoais com eles.

Na análise das explicações, constata-se que os participantes fazem, novamente, o uso de termos relacionados ao profissionalismo para descrever sua percepção em relação aos homossexuais no ambiente de trabalho. Aparentemente, na visão dos sujeitos, quando há produtividade, a orientação sexual parece ser irrelevante. No entanto, os contextos semânticos revelam também que os homossexuais precisam se esforçar mais para serem valorizados e reconhecidos, devendo corresponder a um exemplo de profissional.

Assim, conclui-se que embora exista um clima de respeito aos homossexuais no ambiente de trabalho, o preconceito e discriminação podem estar presentes neste contexto nos estereótipos que são expressos nos comentários sobre os homossexuais, alegres, bem humorados, sensíveis e nos comentários em forma de brincadeiras e piadas. As exigências de

elevado desempenho dos homossexuais e de competência são usadas como justificativas para a inclusão destes no grupo dominante, cuja convivência parece se restringir ao ambiente laboral.

Como limitações a este estudo, destaca-se o número reduzido de instrumentos válidos em relação ao número total de participantes e à população do órgão pesquisado. O número reduzido de homossexuais que participaram também pode ser um limitador importante. Em futuras pesquisas, sugere-se a realização de entrevistas com os homossexuais, com vistas a compreender como eles percebem o ambiente de trabalho e as relações pessoais neste ambiente de trabalho.

A Zona Muda das Representações Sociais do Trabalho com Homossexuais por Servidores do Poder Judiciário

No capítulo anterior, partiu-se do ponto de vista dos participantes da pesquisa para identificar e compreender a estrutura, conteúdo e organização interna das representações sociais acerca do trabalho com homossexuais. Concluiu-se que, muito embora as evocações indiquem a existência de um “clima” de respeito e convivência tranquila com pessoas de diferentes orientações sexuais no ambiente de trabalho, o fato desta relação se dar em local “controlado” parece influenciar sobremaneira as atitudes e comportamentos dos sujeitos. Isso porque predominam, nas organizações, uma séria de regras e normas de conduta, cujo descumprimento é passível de indesejáveis consequências (advertência, punição, perda de função, demissão, isolamento).

Assim, é preciso considerar que o ambiente de trabalho retrata apenas um dos muitos espaços de convivência dos sujeitos, havendo outros locais e grupos com os quais os servidores se relacionam, que também possuem regras e normas próprias de funcionamento. É no relacionamento com o grupo social de referência (familiares, colegas de trabalho, amigos, professores, vizinhos, entre outros) que o sujeito se constitui e é constituído, como explica a Teoria da Identidade Social (Tajfel & Turner, 1986).

Em síntese, a Teoria da Identidade Social (TIS) foi desenvolvida a partir da análise dos processos grupais, mais especificamente, os processos de formação e pertença a determinado grupo social. Vala (1997) ressalta que a identidade social é concebida a partir da resposta às seguintes perguntas: “Quem sou eu?” e “O que significa pertencer a este grupo?”.

Ora, uma vez que a percepção da realidade social se faz através da organização dos seres humanos em grupos ou categorias, é provável que uma parte da resposta a esta

questão provenha de uma associação entre o eu e diversas categorias sociais. Este processo de associação do eu a uma categoria social, quer dizer, o processo de autocategorização social, e a identidade que dele decorre são determinados tanto por fatores sócio-estruturais como por fenômenos de comunicação, de aprendizagem e de reflexividade. (Vala, 1997, p. 10)

Por meio dos processos de comunicação, são aprendidas ou criadas as normas, símbolos, crenças e valores partilhados pelos membros do grupo, responsáveis pela construção da auto-imagem, diferenciação em relação aos demais grupos e construção das percepções acerca do meio que o cerca. Essas visões e percepções compartilhadas entre os membros do grupo constituem as representações sociais, objeto de estudo deste trabalho.

Moscovici (2013) explica que “as representações sustentadas pelas influências sociais da comunicação constituem as realidades de nossas vidas cotidianas e servem como o principal meio para estabelecer as associações com as quais nós nos ligamos uns aos outros” (p. 8).

Jovchelovitch (2009), a respeito do processo de construção das representações sociais, revela que o sujeito constrói, na sua relação com o ambiente, um “novo mundo de significados”. A autora complementa que se, por um lado, é por meio da relação com os outros que as representações tem origem, permitindo uma mediação entre o sujeito e o mundo; por outro, deve-se às representações a existência de símbolos, que dão significação e forma às vivências do indivíduo. Portanto, são as interações sociais que geram as representações sociais, que possibilitam ao sujeito interpretar, entender e responder ao mundo que o cerca.

Enquanto no primeiro estudo o foco centrava-se nas representações sociais do próprio indivíduo, neste capítulo buscar-se-á identificar e conhecer as representações sociais dos

grupos de referência dos respondentes acerca do trabalho com os homossexuais, por meio da técnica de substituição, empregada na pesquisa da zona muda das representações sociais.

Entende-se que tal mudança no método empregado se justifica pela complexidade do tema estudado (os homossexuais), que envolvem questões de caráter contranormativos, ligadas ao discurso do “politicamente correto”.

Abric (2003) enfatiza que na análise de *objetos mais sensíveis*, intensamente permeados por valores e normas sociais, o sujeito pode não expressar todo o conteúdo da representação social. Acrescenta que, nessas situações, podem existir dois tipos de componentes para a representação, sendo um explícito, verbalizado pelas pessoas; e outro não expresso ou não verbalizado, denominado zona muda ou zona mascarada.

A zona muda corresponderia a um “subconjunto específico de cognições e de crenças que, mesmo disponíveis não são expressas pelos sujeitos nas condições normais de produção e, se assim o fossem, poderiam pôr em questão os valores morais ou as normas valorizadas pelo grupo” (Guimelli; citado em Costa, 2007, p. 48).

De acordo com o nível de sensibilidade do objeto da representação, os sujeitos podem ser confrontados com pressões sociais mais ou menos intensas, o que faz com que selecionem os elementos expressáveis ou não, a depender do contexto em que se encontram, explica Costa (2007). Na perspectiva de Abric (2005), a zona muda existe em razão de dois aspectos centrais: em primeiro lugar, porque em todas as situações existem normas sociais. Em segundo, porque o indivíduo deseja ser aceito e reconhecido pelo grupo, fenômeno qualificado por *gestão de impressões*.

Oliveira e Costa (2007) explicam que a desejabilidade social, isto é, o desejo de ser aceito e reconhecido como parte de um grupo, de gerar uma imagem positiva de si, leva à gestão de impressão e ao mascaramento de representações contranormativas.

A gestão de impressões, portanto, constitui um processo interpessoal descrito como “as atividades que um ator social desenvolve no sentido de influenciar o modo como outros o veem, ou seja, a impressão ou imagem que desenvolvem a seu respeito” (Mendonça, 2003). As impressões designam ideias, sentimentos e opiniões sobre determinada pessoa ou objeto; envolvem um comportamento dirigido a um objetivo.

No ambiente organizacional, o gerenciamento de impressões é utilizado como ferramenta para demonstrar um bom desempenho em conjunto em prol da organização, haja vista os objetivos de reconhecimento e ascensão profissional. Por esse motivo, os papéis representados pelos indivíduos precisam estar em conformidade com a norma estabelecida, a fim de se obter valorização no trabalho (Goffman, 2004).

Dessa forma, conclui-se que o ambiente organizacional torna-se propício ao mascaramento das representações que fogem à norma e aos papéis estabelecidos. Conhecer o não expresso é essencial, segundo Abric (2005), posto que, se os elementos são do núcleo central, todo o significado da representação pode encontrar-se mascarado; “o não dito que é essencial, e toda representação coletada pelo pesquisador se torna falsificada” (p. 25). Ressalta-se, no entanto, que os elementos da zona muda, apesar de não revelados espontaneamente, não são inconscientes, mas conhecidos pelo sujeito.

Com o objetivo de reduzir a pressão normativa e permitir a expressão destas representações, Abric (2005) aponta duas possibilidades: uma atuando sobre o sujeito (técnica da substituição) e outra sobre o contexto (técnica da descontextualização normativa). Para fins de realização deste estudo, interessa-nos a primeira técnica que, segundo Menin (2006), consiste em “reduzir a pressão normativa, reduzindo o nível de implicação pessoal do sujeito com relação à representação do objeto”.

Primeiramente, pede-se a pessoa para dar sua própria opinião sobre um determinado tema, denominada situação normal, método utilizado no Estudo 1; e, a seguir, solicita-se que responda como um outro sujeito faria, situação de substituição, que constará deste Estudo 2. Menin (2006) ressalta que este *outro* deve fazer parte do grupo de referência do sujeito.

Vale ressaltar uma limitação específica dessa técnica que consiste na dificuldade na interpretação das respostas obtidas, uma vez que estas podem tanto indicar um fenômeno projetivo e revelar a zona muda das representações sociais, quanto simplesmente refletir a representação do sujeito sobre um outro grupo, sem os elementos de sua própria representação, fenômeno conhecido por *transparência das representações* (Costa, 2007).

No entanto, Menin (2006) conclui, por meio da análise de trabalhos de diversos autores (Abric, 2003; Guimelli e Deschamps, 2000; Deschamps e Guimelli, 2004, Flament e Rouquette, 2004; Mugny e cols., 2001), que independente das representações obtidas por meio da pesquisa da zona muda indicarem projeções de representações verdadeiras, ou a *transparência das representações*, ou revelarem o fenômeno da influência social, ao final ter-se-á a presença das normas sociais, com poder de orientar as representações mais adequadas e desejadas em cada situação. Segundo a autora, o estudo da zona muda “abre um campo de investigação sobre representação social e normas sociais que precisa continuar a ser explorado” (p. 50), bem como indica para a necessidade de se pensar e testar novos métodos de investigação das representações sociais.

Considerando a importância do grupo de referência no compartilhamento de representações sociais, escolheu-se para análise da zona muda o ponto de vista dos *pais* do sujeito e de seus *colegas de trabalho*.

OBJETIVOS

Geral

O presente estudo tem como objetivo geral identificar as representações sociais acerca do *trabalho com homossexuais*, a partir do estudo da zona muda.

Específicos

1. Identificar os principais conteúdos, estrutura e organização interna das representações sociais acerca do trabalho com homossexuais, a partir da percepção do grupo de referência dos pais dos respondentes;
2. Identificar os principais conteúdos, estrutura e organização interna das representações sociais sobre o trabalho com homossexuais, tendo como grupo de referência os colegas de trabalho dos respondentes;
3. Verificar se as percepções de preconceito e discriminação divergem de acordo com os pontos de vistas dos pais e dos colegas de trabalho dos respondentes.

Método

Sujeitos

A amostra foi formada por 111 servidores de um órgão público do poder judiciário de uma capital brasileira, sendo 69 do sexo feminino (F) e 39 do sexo masculino (M). Do total de respondentes, 03 preferiram não registrar informações pessoais e serão considerados aqui como *casos omissos*. As idades variaram entre 18 e 54 anos, estando a maioria distribuída na faixa dos 30 a 39 anos (41%). Quanto a orientação sexual, 85 sujeitos declararam-se heterossexuais (76,6%), 17 homossexuais (15%) e 5 bissexuais (5%). Em relação a raça, temos 55 brancos, 7 negros, 6 amarelos, 34 pardos e 5 que não se identificaram com as opções da pesquisa.

Para fins de apresentação dos resultados, serão identificados os dados acima pelas siglas: heterossexuais – *He*; homossexuais – *Ho*; bissexuais – *Bi*; brancos – *B*; negros – *N*; amarelos – *A*; pardos – *P* e não identificados – *NI*.

A religião também foi considerada para identificação da amostra, uma vez que pode interferir na percepção e avaliação do objeto de estudo. Assim, 25 declararam-se católicos, 15 espíritas, 11 evangélicos, 25 sem religião e 24 seguidores de outras crenças.

Procedimentos

Embora, para fins de construção deste trabalho, os resultados estejam sendo apresentados em capítulos separados, o instrumento utilizado foi único. Pode-se dividi-lo em três partes, cada uma com objetivos específicos. Na primeira parte, procurou-se conhecer as representações sociais acerca do trabalho com homossexuais do ponto de vista dos participantes da pesquisa, designando a situação normal de coleta de dados. Os métodos e resultados estão descritos no capítulo anterior.

Na segunda parte do instrumento, procurou-se identificar as representações sociais construídas nos grupos de referência do sujeito, mais especificamente de seus *pais e colegas de trabalho*. Essa técnica recebe o nome de *substituição*, utilizada para pesquisa da zona muda das representações sociais, que será o foco deste capítulo. A última parte tratou dos dados sócio demográficos para caracterização da amostra participante.

Instrumento

O instrumento foi construído com base na técnica de associação livre, que consiste em pedir aos participantes que “evoquem o que têm em mente quando se deparam com o indutor, objeto representacional do estudo” (Wolter & Wachelke, 2013, p. 120). Como não existe um número limite ou regras definidas para a quantidade de associações, escolhemos como critério um total de seis palavras ou expressões.

No primeiro momento, o participante deveria escrever as evocações relacionadas ao termo indutor sob o ponto de vista de seus *pais*, classificando-as em ordem de importância (sendo 1, a mais importante e 6, a menos importante). Em seguida, deveria explicar a escolha da palavra ou expressão mais importante, de forma a qualificar sua resposta. No momento posterior, foi-lhe solicitado pensar em palavras ou expressões a partir do ponto de vista de seus *colegas de trabalho*. Novamente, deveriam classifica-las por ordem de importância, explicando sua escolha. Por fim, os participantes preencheram as informações sócio demográficas para conclusão da pesquisa.

a) Coleta dos dados

Por se tratar de instrumento único, a coleta de dados foi feita conforme o procedimento apresentado no Estudo 1. Para iniciar a pesquisa, o participante precisava aceitar os termos previstos no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A coleta dos dados foi feita por meio da plataforma *Survey Monkey*, que ficou disponível por 30 dias. Para incentivar a participação, foram realizadas duas chamadas pela *intranet* do órgão. Ao final, contabilizaram-se 458 acessos, sendo 111 o número de instrumentos válidos (preenchidos em sua totalidade e com um número mínimo de 4 evocações para cada grupo de referência – *pais* e *colegas de trabalho*).

b) Análise dos dados

Os dados foram analisados por meio do programa EVOC – *Ensemble de Programmes Permettant L'Analyse des Évocations* – versão 2003, que permite conhecer a estrutura, conteúdo e organização interna das representações sociais, com seus elementos centrais e periféricos. Galinkin et al. (2012) ressaltam que “a estrutura representacional é verificada cruzando-se dois indicadores: saliência, observada pela frequência média das evocações e importância destas para os sujeitos, indicada pela ordem média de evocações hierarquizada pelos sujeitos”.

Primeiramente, foi feita uma padronização lexical das palavras (exemplo: singular/plural; feminino/masculino) de modo a possibilitar maior homogeneidade das frequências, evitar ambiguidades e divergências de conteúdo (Wachelke & Wolter, 2011). Em seguida, calcularam-se os pontos de corte para os dois grupos de referência a serem analisado: *pais* e *colegas de trabalho*. Optou-se por um critério único para identificação da frequência mínima, estipulada como 3% do total da amostra (4,0). Para a ordem média das evocações (OME), foi encontrado o valor de 3,5, definido pela média dos números de solicitações de respostas (1 a 6).

Para identificar a frequência intermediária, foi utilizada como critério a mediana das frequências das palavras de maior evocação, após exclusão dos termos de menor ocorrência. No grupo de referência *pais*, a frequência intermediária encontrada foi 8. Já no grupo *colegas de trabalho*, a frequência intermediária medida foi 9.

Os resultados serão apresentados em tabela prototípica de quatro quadrantes, sendo o primeiro quadrante composto por elementos centrais das representações (núcleo central), com maior frequência e alta relevância para os sujeitos (escores mais baixos na ordem de evocação).

Os segundos e terceiros quadrantes correspondem aos elementos periféricos, considerados secundários na significação e organização das representações sociais. Estes quadrantes são chamados de Periferia Próxima (PP) 1 e 2. Na Periferia 1 estão os elementos mais frequentes e de menor importância, já na Periferia 2, os menos frequentes e de maior importância. Vale destacar a possibilidade de que algumas representações da periferia próxima contenham elementos centrais, pois é formada por termos com alta frequência e alta ordem média de evocação. O quarto quadrante constitui a periferia distante ou residual, considerada uma zona de mudança das representações sociais.

A Figura 7 apresenta um esquema da tabela prototípica.

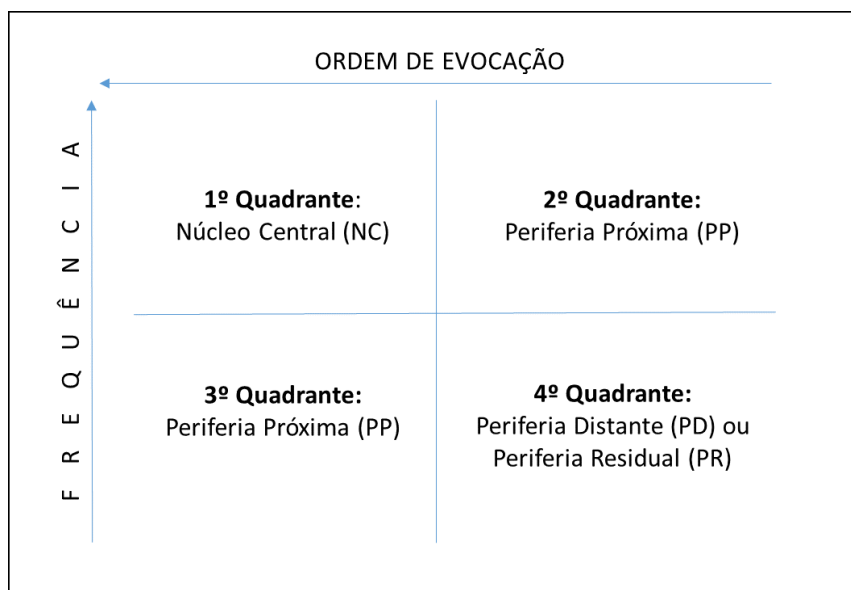


Figura 7. Quadrantes do Núcleo Central e Periférico

Resultados

Para melhor organização dos resultados, serão apresentados primeiro os dados obtidos para o grupo de referência dos *pais* e, em seguida, para os *colegas de trabalho*.

Representações sociais do grupo de referência dos pais

A Tabela 5 apresenta a provável estrutura das representações sociais acerca do trabalho com homossexuais do ponto de vista dos *pais* dos respondentes. O número total de evocações foi 652, com 14 casos omissos, o que representa uma média de 5,87 associações por pessoa.

Tabela 5

Quadrante das representações sociais do grupo dos pais sobre o trabalho com homossexuais, gerado pelo Programa EVOC. Brasília, DF, 2015.

| | | Ordem média de importância (OMI) | | | | |
|--------|--------------------------|----------------------------------|------------|---------------------------|-------------------|------------|
| | | < 3,5 | | > 3,5 | | |
| | <i>Núcleo Central</i> | <i>Frequência</i> | <i>OMI</i> | <i>Periferia Próxima</i> | <i>Frequência</i> | <i>OMI</i> |
| | Respeito | 35 | 2,114 | Engraçado | 8 | 4,125 |
| | Normal | 29 | 3,414 | | | |
| | Preconceito | 26 | 3,269 | | | |
| f | Diferente | 21 | 3,476 | | | |
| \geq | Indiferente | 19 | 3,105 | | | |
| 8 | Estranho | 17 | 3,294 | | | |
| | Igualdade | 10 | 2,700 | | | |
| | Difícil | 8 | 2,626 | | | |
| | Errado | 8 | 3,375 | | | |
| | <i>Periferia Próxima</i> | <i>Frequência</i> | <i>OMI</i> | <i>Periferia Distante</i> | <i>Frequência</i> | <i>OMI</i> |
| | Cuidado | 7 | 3,286 | Distância | 5 | 4,800 |
| | Pecado | 7 | 2,429 | Doença | 5 | 3,800 |
| 4 | Incomum | 6 | 3,167 | Educação | 5 | 3,800 |
| \leq | Desconforto | 5 | 3,200 | Discriminação | 4 | 3,750 |
| f | Inadequado | 5 | 3,400 | Esquisito | 4 | 3,500 |
| < | Oportunidade | 5 | 3,400 | Medo | 4 | 3,750 |
| 8 | Profissional | 5 | 3,000 | Sem preconceito | 4 | 3,750 |
| | Comum | 4 | 3,250 | Sofrimento | 4 | 3,750 |
| | Constrangedor | 4 | 3,000 | Tolerância | 4 | 4,000 |
| | Desconhecido | 4 | 3,250 | Vergonha | 4 | 3,750 |

Nº total de evocações = 654 / Casos omissos = 14 / N = 111

Núcleo central das representações sociais

As palavras mais frequentemente evocadas e que obtiveram maior ordem de importância estão localizadas no primeiro quadrante, equivalente ao núcleo central das representações. São elas: *respeito*, *normal*, *preconceito*, *diferente*, *indiferente*, *estranho*, *igualdade*, *difícil* e *errado*. Por analogia ao Estudo 1, as palavras foram divididas pelo pesquisador em duas categorias: (a) termos de conotação positiva e (b) termos de conotação negativa. Como palavras de cunho positivo, elencou-se: *respeito*, *normal*, *indiferente* e *igualdade*. Já as que denotam posturas negativas foram *preconceito*, *diferente*, *estranho*, *difícil* e *errado*.

Com vistas a clarificar o sentido das evocações, foram utilizadas as explicações do sujeito para escolha da palavra mais importante. Para os termos *respeito*, *indiferente* e

normal, foram encontradas: “é nossa obrigação respeitar a todos, concordando ou não com a situação” (017, F, P, He); “Meus pais sempre consideraram normal a convivência entre todos os gênero e sempre me incentivaram a pensar assim” (018, F, B, He); “Minha mãe sempre respeitou as diferenças sexuais, de cor e etc., mesmo não tendo muita escolaridade” (020, F, B, He); “Por acreditarem que merecem respeito por não escolherem ser homoafetivos” (022, F, NI, He); “Meus pais sempre ensinaram a respeitar as pessoas e suas diferenças, porém acham algumas atitudes homossexuais um tanto inadequadas” (038, F, P, He); e “Apesar da incompreensão, respeitar as escolhas” (069, F, B, He).

Em relação a *igualdade*, tem-se: “Nunca houve nenhuma opinião que trabalhar com um homossexual ou conviver com ele seja um empecilho” (002, M, P, He); “Meus pais não interferem no meu trabalho” (007, F, NI, He). Esta evocação parece refletir uma preocupação com a semelhança entre os trabalhos realizados, bem como com os direitos e deveres, sem privilégios para o grupo minoritário.

Ao analisar as palavras com conotações negativas, encontram-se para *preconceito* as seguintes explicações: “Diz não ter preconceito, mas não tolera” (005, M, B, Bi); “Desqualificam a pessoa sem saber realmente quais são suas qualidades, observando apenas sua opção sexual, como se esta fosse a característica principal da pessoa” (077, F, B, He); “Baseado nos conceitos sociais da época, os homossexuais não eram vistos como pessoas comuns” (105, M, B, He).

Em relação aos termos *diferente* e *estranho*: “Considerado diferente pela criação de velha guarda” (010, M, B, He); “Diferente porque cresceram numa época em que o homossexual era mal visto” (090, F, A, He); “Meio estranho, algo não natural de acordo com a vontade de Deus” (016, F, B, He); “Seria estranho, visto que, na época em que trabalhavam, a homossexualidade era vista como um grande tabu para os relacionamentos entre colegas de

trabalho, principalmente em ambiente masculino. Muitas pessoas sentiam receio de serem rotuladas por estabelecerem relações de trabalho com homossexuais” (067, F, B, He).

As explicações para os termos *difícil* e *errado* foram: “Meus pais são muito religiosos; ser homossexual é estar errado” (006, F, B, Bi); “Para eles gera estranheza e desconforto” (060, F, A, He); “Cabeça pequena, vivência de outra realidade e cultura, outro tempo para concepção de conceito” (104, F, B, Ho); “Difícil aceitar porque pensam que a homossexualidade é falta de vergonha na cara” (107, F, B, He).

As evocações *diferente*, *estranho*, *difícil* e *errado* parecem sustentar a ideia do preconceito contra os homossexuais.

A palavra *indiferente*, localizada no núcleo central, merece atenção por parte do pesquisador. No Estudo 1, verificou-se que este termo parece revelar uma certa passividade e apatia das pessoas em relação aos homossexuais. Representa uma das saídas para lidar com a ferida narcísica provocada pela queda do ideal de sociedade (Koltai, 1999). Desse modo, considerar-se que a evocação *indiferente* é uma expressão do preconceito sutil, posto que revela uma decisão de não envolvimento e resistência à temática.

As explicações encontradas foram: “Meus pais pouco interferem nas minhas relações de amizade ou trabalho” (044, F, B, He); “Para eles não faz a mínima diferença quais são as pessoas que trabalham comigo” (051, F, NI, Ho); “Para eles é indiferente o trabalho com homossexuais, importando a competência e profissionalismo no trabalho” (085, M, B, He).

Cabe ressaltar que a análise das explicações acima, para o grupo de referência dos pais, sugere que os sujeitos não entenderam o objetivo da pesquisadora. Infere-se ainda sobre a possibilidade de uma forte resistência ao explicitar o ponto de vista dos pais em relação ao objeto de estudo, provavelmente pela presença de elementos contrários às normas.

A periferia próxima das representações sociais

A análise dos segundos e terceiros quadrantes da tabela prototípica permitiram conhecer as representações que fazem parte do sistema periférico próximo, vez que estão mais perto do núcleo central.

Foram identificadas as evocações *engraçado, cuidado, pecado, incomum, desconforto, inadequado, oportunidade, profissional, comum, constrangedor, desconhecido*, que foram divididas pela pesquisadora em três categorias de análise, sendo uma de elementos com conotações positivas, chamada de (1) Convivência; e duas com elementos de conotações negativas, nomeadas de (2) Estereótipo e (3) “Cuidado com o viado”. Espera-se que essa categorização de palavras auxilie na interpretação dos resultados.

(1) Convivência

As palavras agrupadas nesta categoria foram *oportunidade, profissional e comum*, que reforçam as evocações do núcleo central de *respeito, normal e igualdade*. As seguintes conexões foram encontradas: “A possibilidade de trabalhar com um grupo eclético, diversificado, de diversas origens e culturas, é positivo para o aprimoramento pessoal e, como pais, eles provavelmente irão ver o meu lado” (095, M, B, He); “Importa ser profissional, independente da orientação sexual” (059, caso omissis).

(2) Estereótipo

Para a categoria estereótipo, foi identificado o termo *engraçado* que significa “eles acham os homossexuais mais engraçados e divertidos, por isso entendo que seria a palavra mais importante” (036, F, B, He); “As pessoas mais antigas acham isso motivo de piada” (068, M, B, He).

A evocação *engraçado* parece reforçar a representação social do núcleo central *preconceito*.

(3) “Cuidado com o viado”

Nessa categoria, foram incluídos os termos *cuidado*, *pecado*, *incomum*, *desconforto*, *inadequado*, *constrangedor* e *desconhecido*. Pode-se dizer também que essas evocações parecem sustentar a representação de *preconceito*, constante do núcleo central. As explicações encontradas foram: “Cuidado para o ‘viado’ não dar em cima” (015, M, P, Ou); “O comportamento homossexual, de acordo com a Bíblia, é um pecado que deve ser abandonado” (079, F, P, He); “Pecado, porque ambos tem o ponto de vista de que é uma espécie de escolha que fazemos, devido ao fato de crenças religiosas” (098, M, P, Ho); “O homossexual é um ser humano que precisa de Deus” (055, F, B, He); “Veem na sexualidade uma vontade de Deus e na homossexualidade um prenúncio do fim do mundo” (058, F, P, He); “Meus pais enxergam como uma temática antibíblica e fruto do modismo que não agrada a Deus” (013, M, P, Ho); “Inadequado, no mundo não era pra existir homossexuais”(037, M, B, Ho); “Pela concepção de que homens homossexuais se comportam iguais as mulheres no trabalho” (091, F, N, He); “Meus pais sempre ensinaram a respeitar as pessoas e suas diferenças, porém acham algumas atitudes homossexuais um tanto inadequadas” (038, M, P, He).

A periferia distante das representações sociais

O quarto quadrante concentra as evocações mais distantes do núcleo central e referem-se, possivelmente, a “idiossincrasias pessoais ou de subgrupos, indicado pela baixa frequência e evocação tardia” (Mourão & Galinkin, 2008).

As palavras da periferia distante são: *distância*, *doença*, *educação*, *discriminação*, *esquisito*, *medo*, *sem preconceito*, *sofrimento*, *tolerância* e *vergonha*. Optou-se por dividir as evocações em duas categorias, sendo uma de conotação positiva (*educação*, *sem preconceito*

e *tolerância*) e outra de cunho negativo (*doença, discriminação, esquisito, medo, sofrimento e vergonha*).

As explicações referentes à primeira categoria (*educação, sem preconceito e tolerância*) foram: “Não tive criação preconceituosa acerca do tema sexualidade; aprendi com meus pais a tratar todas as pessoas de maneira respeitosa, com o mínimo de preconceito possível” (086, F, B, He); “Nunca houve nenhuma opinião que trabalhar com um homossexual ou conviver com ele seja um empecilho” (002, M, P, He); “No mundo diversificado que convivemos hoje em dia, está cada vez mais comum, em qualquer tipo de ambiente que convivemos, a presença de homossexuais” (009, M, P, He); “Eles não acham uma boa coisa, mas entendem os direitos dos homossexuais” (083, M, B, He); “Eles desprezam a homossexualidade, mas de maneira hipócrita e/ou ‘politicamente correta’ a toleram, oferecendo a generosidade da piedade deles” (087, F, P, He).

Em relação à segunda categoria (*distância, doença, discriminação, esquisito, medo, sofrimento e vergonha*), de termos negativos, encontram-se: “A opinião oscila entre ser uma doença ou ser um desvio de caráter” (026, M, P, He); “Os meus pais são de uma geração não muito receptiva aos homossexuais; acreditavam que a pessoa não deve expor sua vida íntima no trabalho, pois poderá ser utilizado contra você, seja para receber função, seja para retaliação” (053, M, A, Ho); “Meu pai era muito machista; então, acho que ele não gostaria de ser rotulado como ‘amigo do viado’ por temer ser chamado de viado também” (103, F, P, He); “Piadas com homossexuais são comuns, mas devem ser evitadas na presença deles, já que é um ambiente de trabalho” (025, F, P, He); “Para os meus pais, os homossexuais eram mais marginalizados e, pelo modo que se portavam, eram facilmente identificados pelos trejeitos e roupas; (...) eram alvos de brincadeiras e de uma falsa aceitação” (052, F, P, He); “O medo de ter um filho gay e o que os outros irão falar deles por ter um parente homossexual” (093, M, B, Ho); “Homossexualismo para o meu pai é uma questão de escolha

(problemas-psicológicos)” (080, F, N, He); “Tadinho, foi o que mais ouvi tanto dos meus pais como dos mais velhos” (029, F, NI, He); “Por mais de uma vez minha mãe repetiu que deve ser muito triste para um pai ou uma mãe saber que seu filho é gay” (045, F, B, He); “O que vão falar de você que tem amizade com pessoas homossexuais” (028, F, P, He); “Difícil aceitar; pensam que a homossexualidade é falta de vergonha na cara” (107, F, B, He).

Representações sociais do grupo de referência dos colegas de trabalho

A Tabela 6 apresenta a provável estrutura das representações sociais acerca do trabalho com homossexuais na situação de substituição com o grupo dos *colegas de trabalho*. O número total de evocações foi 642, com 24 casos omissos, o que representa uma média de 5,78 associações por pessoa.

Tabela 6

Quadrante das representações sociais do grupo de referência dos colegas sobre o trabalho com homossexuais, gerado pelo Programa EVOC. Brasília, DF, 2015.

| Ordem média de importância (OMI) | | | | | | |
|----------------------------------|--------------------------|-------------------|------------|---------------------------|-------------------|------------|
| < 3,5 | | | > 3,5 | | | |
| | <i>Núcleo Central</i> | <i>Frequência</i> | <i>OMI</i> | <i>Periferia Próxima</i> | <i>Frequência</i> | <i>OMI</i> |
| | Respeito | 15 | 2,146 | Normal | 29 | 3,552 |
| | Indiferente | 22 | 3,136 | Preconceito | 26 | 3,654 |
| <i>f</i> | Aceitação | 15 | 3,467 | Amizade | 11 | 4,091 |
| \geq | Piadas | 14 | 3,357 | Divertido | 11 | 5,000 |
| 9 | Profissional | 13 | 2,308 | Diferente | 9 | 3,556 |
| | Igualdade | 11 | 2,727 | Diversidade | 9 | 3,778 |
| | Tranquilo | 10 | 3,300 | | | |
| | <i>Periferia Próxima</i> | <i>Frequência</i> | <i>OMI</i> | <i>Periferia Distante</i> | <i>Frequência</i> | <i>OMI</i> |
| | Estranho | 7 | 2,143 | Brincadeiras | 7 | 4,857 |
| 4 | Desconforto | 6 | 2,833 | Engraçado | 7 | 4,000 |
| \leq | Tolerância | 6 | 3,333 | Legal | 6 | 3,833 |
| <i>f</i> | Cuidado | 5 | 2,800 | Curiosidade | 4 | 6,000 |
| < | Competência | 5 | 2,600 | Desafio | 4 | 3,500 |
| 9 | Inteligente | 5 | 2,800 | Esquisito | 4 | 4,000 |
| | Constrangimento | 4 | 1,750 | | | |
| | Homofobia | 4 | 2,000 | | | |

Nº total de evocações = 642 / Casos omissos = 24 / N = 111

Núcleo central das representações sociais

As evocações *respeito, indiferente, aceitação, piadas, profissional, igualdade e tranquilo* parecem fazer parte do núcleo central das representações sociais. Para facilitar a análise, novamente os termos foram agrupados de acordo com os sentidos que apresentam, podendo ser positivo ou negativo, de acordo com as explicações dos sujeitos da pesquisa. Como termos de sentido positivo, considerou-se *respeito, indiferença, aceitação, profissional, igualdade e tranquilidade*. *Piadas* foi classificado como um termo de conotação negativa.

Para os termos *respeito, aceitação e tranquilo* tem-se: “No geral, acredito que os colegas, em sua maioria, adotam o respeito” (001, M, P, He); “Não é porque a escolha sexual da pessoa é diferente da sua que ela deve ser tratada de forma discriminatória, portanto, é essencial bom senso e aceitação” (009, M, P, He); “Acho que são pessoas esclarecidas e mesmo divergindo sobre o homossexualismo os mesmos tratariam um colega com respeito” (038, M, P, He); “Os que trabalhei, mesmo com ressalvas, respeitavam os colegas homossexuais sem distinção” (043, F, P, He); “Acredito que todos, mesmo sabendo e algumas vezes fazendo piadas preconceituosas e de mal gosto, sabem que o respeito é primordial” (053, M, A, Ho); “As pessoas do trabalho têm um discurso politicamente correto no que diz respeito a aceitação e compreensão da diversidade sexual, mas, por vezes, expressam comentários preconceituosos a respeito, motivo pelo qual acredito que existe um respeito velado às diferenças de orientação sexual” (061, M, B, Ho).

Assim como na primeira situação de substituição, observamos que parece haver um respeito em relação aos homossexuais, muito provavelmente em função das regras e normas de convivência no ambiente de trabalho. Acredita-se, no entanto, que isso não implica em

aceitação, mas uma postura velada de preconceito que, por vezes, faz-se presente nas piadas e brincadeiras.

Os termos *indiferente*, *profissional* e *igualdade* foram explicados como: “Vejo nelas uma constante busca em tentar promover melhores condições de vida com as ferramentas disponíveis ao público que atendem” (024, F, B, He); “Porque o pessoal é bastante profissional, independente da opção sexual” (025, F, P, He); “Porque reconhecem que, do ponto de vista profissional, a orientação sexual de um colega não faz diferença” (022, F, NI, He); “O homossexual é profissional, funcionário como os outros” (055, F, B, He); “Indiferença, porque é mais ‘seguro’ manter distância física e psicológica de ‘pessoas desse tipo’” (077, F, B, He); “Indiferente, porque a orientação sexual não determina a habilidade dos colegas” (081, F, N, He); “É indiferente a opção sexual do trabalhador, importando apenas cumprir suas funções e executar o serviço adequadamente” (085, M, B, He).

Em relação aos termos acima, infere-se que a competência e o bom desempenho são considerados essenciais no trabalho. Conquanto haja esforço individual para o alcance dos objetivos organizacionais, a orientação sexual torna-se *indiferente* ou *irrelevante*.

Para a palavra *piadas*, tem-se que “apesar do respeito exigido, sempre haveria piadas preconceituosas” (005, M, B, Bi); “Especialmente os homens passam boa parte do tempo fazendo piada com homossexuais, mesmo quando não há um no grupo de trabalho” (017, F, P, He); “A grande maioria dos colegas são preconceituosos e fazem muitas piadas” (031, M, B, He); “As pessoas ainda fazem muita piada sobre o assunto no ambiente de trabalho” (058, F, P, He).

O uso desse termo revela, provavelmente, que o preconceito está presente também como elemento central no grupo dos *colegas de trabalho*.

Representações Sociais do Sistema Periférico Próximo

No sistema periférico foram encontrados os termos *normal*, *preconceito*, *amizade*, *divertido*, *diferente*, *diversidade* (na periferia próxima, segundo quadrante à direita); e *estranho*, *desconforto*, *tolerância*, *cuidado*, *competência*, *inteligente*, *constrangimento*, *homofobia* (na periferia próxima, primeiro quadrante à esquerda).

Os termos das periferias próximas foram classificados pela pesquisadora de acordo com o sentido que apresentaram – positivo ou negativo. As evocações foram separadas em três categorias, sendo uma positiva – (1) Convivência; e duas negativas – (2) Estereótipo e (3) “Cuidado com o viado”.

(1) Convivência

Para essa categoria, tem-se os termos: *normal*, *diversidade*, *competência* e *tolerância*. “Eles acham normal viadagem no ambiente de trabalho” (015, M, P, Ou); “Em nosso contexto de trabalho é normal convivermos com homossexuais” (020, F, B, He); “Acredito que ninguém tenha um comportamento diferente ou expectativas diversas apenas por esse motivo” (056, F, P, He). E ainda, “Acredito que onde trabalho o importante para meus colegas seja a competência do servidor e não aquilo que seja de foro íntimo” (003, M, P, He); “Embora exista um movimento que pauta pela tolerância e respeito, o preconceito ainda ocorre” (072, M, B, Ho).

(2) Estereótipo

Foram agrupados os termos *amizade*, *divertido* e *inteligente*, que revelam ideias e crenças previamente concebidas em relação aos homossexuais. Os termos foram qualificados por: “Acho a palavra amigo porque a maioria dos meus colegas tem como melhores amigos homossexuais” (036, F, B, He), “Se tratam de pessoas com alto-astral e excêntrica” (003, F, P, He).

(3) “Cuidado com o viado”

Nesta categoria, as evocações *preconceito, diferente, estranho, desconforto, cuidado, constrangimento e homofobia* foram encontradas. “Sinto que, infelizmente, para muitos colegas ainda é difícil encarar um colega homossexual com naturalidade” (018, F, B, He); “É necessário controlar o preconceito arraigado e evitar piadinhas desnecessárias” (051, F, NI, Ho); “Uma falsa boa convivência, recheada de preconceitos e assédios” (070, M, B, Ho); “Fingem aceitar, mas pululam no ambiente piadinhas toscas; o preconceito às vezes é velado, outras nem tanto” (071, F, B, He).

E mais: “Cuidado, pois homossexuais geralmente já partem da premissa de que as pessoas são preconceituosas” (007, F, NI, He); “Preocupação com a criação dos filhos para não discriminar e ao mesmo tempo ter direito de ter sua opção sexual versus religiosa” (013, M, P, Ho); “Viadagem é a palavra mais usada ao se referir à pessoa, mas após um primeiro momento de estranheza, se houver discrição, ninguém mais comenta a respeito” (026, M, P, He); “Os ditos heterossexuais se julgam superiores porque se consideram mais homens, já que a sociedade discrimina esta prática” (037, M, B, Ho); “Existem pessoas bastante religiosas e que talvez tivessem dificuldade em lidar com a homossexualidade de um colega por considera-la um pecado, algo antinatural do ponto de vista religioso” (047, F, B, He); “Na era do politicamente correto, as pessoas tendem a esconder seus preconceitos” (073, M, B, Ho); “Boa parte dos meus colegas são homofóbico” (097, M, P, Ho).

Pela análise dos elementos da periferia próxima, as evocações parecem reforçar as representações sociais do núcleo central. Indicam que, apesar da convivência parecer “normal” e de uma certa “tolerância”, existe ainda um preconceito arraigado contra os homossexuais, que se concretiza nas piadas e no uso de termos inadequados para nomeá-los (viados, viadagem). Parece haver uma condição implícita para a tolerância dos homossexuais,

qual seja o compromisso com a discrição necessária ao ambiente laboral e a representação de papéis sociais esperados (de homens e mulheres).

A periferia distante das representações sociais

Na periferia distante encontramos as evocações *brincadeiras, engraçado, legal, curiosidade, desafio e esquisito*. Novamente, foram separados os termos por sua significação positiva ou negativa, com vistas a facilitar a análise. Como positivas, tem-se *legal, curiosidade e desafio*, explicadas por: “Acredito que não saberíamos lidar com esta situação no primeiro momento, porque não temos nenhum homossexual como colega de trabalho” (041); “Embora não se fale muito sobre, penso que os colegas não teriam problema com trabalhar com homossexuais” (078). Já as negativas foram descritas pelas palavras *brincadeira, engraçado e esquisito*. “Porque basicamente ser homossexual está baseado em ter uma postura cômica e engraçada” (093, M, B, Ho); “As pessoas ainda não estão acostumadas a trabalhar com homossexuais que se assumem” (050, F, P, Bi); “Porque há muitos anos não temos colegas homossexuais na equipe e atualmente há outros religiosos que apresentam restrições quanto a essa orientação” (060, F, A, He); “As pessoas ainda fazem muita piada sobre o assunto no ambiente de trabalho” (058, P, He).

Discussão

Este estudo buscou identificar e conhecer as representações sociais acerca do trabalho com homossexuais, por meio da pesquisa da zona muda ou mascarada. A zona muda é composta pelos elementos da representação social que apresentam características contranormativas, não sendo, portanto, revelados facilmente pelo sujeito.

Em condições normais, o sujeito evita demonstrá-los, pois teme entrar em conflito com as normas e valores de um determinado grupo. Desse modo, para conhecê-los, é preciso

reduzir a pressão normativa e criar uma situação na qual o sujeito consiga se distanciar do *objeto sensível* e desvelar suas crenças e atitudes sobre este.

No caso da homossexualidade, as práticas de preconceito e discriminação (homofobia) tem recebido amplo destaque na mídia, seguidos de uma série de julgamentos e condenações do ponto de vista ético, moral e, até mesmo, criminal. Assim, revelar sentimentos contrários à norma, tornou-se perigoso e indesejável devido à *desejabilidade social*.

Neste ponto, as técnicas propostas para a pesquisa da zona muda buscam eliminar essas interferências, atuando sobre o próprio sujeito ou o contexto, com vistas a identificar o verdadeiro conteúdo da representação. Tais técnicas são chamadas de *substituição e descontextualização normativa*.

Para a realização deste Estudo, optou-se pelo uso da técnica de substituição que se fundamenta na ideia de que o sujeito, ao falar em nome de outra pessoa, também está revelando conteúdos que o definem, fenômeno explicado pela Teoria da Identidade Social (TIS).

Os resultados obtidos por meio da análise das evocações, no que tange ao grupo dos *pais* e dos *colegas de trabalho*, possibilitaram conhecer os elementos do núcleo central e sistema periférico das representações sociais.

As evocações *respeito* e *igualdade*, encontradas no núcleo central de ambos os grupos de referência, permitem inferir que há, no ambiente de trabalho, uma relação de respeito aos homossexuais. Esta atitude reflete, provavelmente, um cuidado em seguir as regras e normas de conduta existente nas organizações, que estabelecem o aceitável/inaceitável, apropriado/inapropriado nas relações de trabalho. Por conseguinte, o respeito não significaria aceitação e entendimento da homossexualidade como uma orientação sexual diversa. Parece

existir, na verdade, uma preocupação de que todos sejam tratados como iguais, ou seja, que não hajam benefícios para os homossexuais por pertencerem a uma minoria historicamente discriminada. Em síntese, aceita-se o trabalho e não o homem que o executa.

Assim, podemos apreender da análise das evocações do núcleo central e dos sistemas periféricos que o preconceito ainda está presente nas representações sociais sobre os homossexuais, manifestando-se por meio de piadas, brincadeiras e estereótipos negativos.

De acordo com Ferreira (2007), o preconceito contra homossexuais no ambiente de trabalho é reflexo da discriminação enfrentada por esses indivíduos na sociedade, que ainda define a homossexualidade como anormal e desviante. Essa concepção pode ser confirmada nas explicações dos sujeitos, que descrevem a homossexualidade como algo “antinatural”, “pecado”, “contrária à vontade de Deus”, “falta de vergonha na cara”, o que revela uma falta de compreensão das questões de gênero.

Se, por um lado, a presença da diversidade de orientações sexuais parece ser considerada normal nesse ambiente, os elementos do núcleo central e periféricos indicam que o preconceito e a discriminação parecem ser uma realidade, que se sobrepõe ao discurso do “politicamente correto”. A tolerância relatada pelos participantes parece revelar uma conformidade frente àquilo que “não é possível eliminar”, mesmo não sendo algo desejado pela maioria.

Aparentemente, os homossexuais, a despeito de uma concepção de igualdade, permanecem isolados e são incompreendidos, devendo demonstrar “discrição” e assumir o papel do gênero correspondente ao sexo para serem bem vistos no contexto organizacional.

A influência do grupo sobre a atitude e comportamento dos sujeitos é expressa pelas evocações periféricas *constrangimento* e *desconforto* vivido no contato com os homossexuais, uma vez que temem ser confundidos ou identificados como um. Destacam-se

ainda a presença dos termos *cuidado* e *homofobia* que revelam certa aversão a possibilidade de receberem “cantadas” de homossexuais e de serem “taxados” como preconceituosos, contrariando as normas de convivência vigente.

Ferreira (2007) argumenta que a homofobia é caracterizada pelo medo e desprezo aos homossexuais, justificada pelo temor de que as outras pessoas as vejam ou percebam como tais e pelo receio de ser excluído do grupo dominante. A homofobia inclui preconceito, discriminação, abuso verbal e atos de violência contra gays.

Na análise da periferia distante, podemos observar uma possível mudança no que concerne a manifestação pública de preconceito e discriminação. Parece haver um acordo tácito de que piadas e brincadeiras devem ficar restritas à ambientes em que não haja a presença de homossexuais, reconhecidos por supostamente apresentarem *trejeitos femininos*, demonstrarem *alegria* e *alto-astral*.

Posto que a orientação sexual não é, necessariamente, uma característica visível, parece que os indivíduos fazem usam dos estereótipos na tentativa de identifica-los. Uma vez reconhecidos, parece haver uma mudança nos comportamentos dentro do ambiente de trabalho, atuando em conformidade com a norma pré-estabelecida.

Como limitações a este estudo, destaca-se o número reduzido de instrumentos válidos em relação ao número total de participantes e a população do órgão pesquisado. O reduzido número de homossexuais que participaram também constitui um possível limitador.

Como etapa complementar a este estudo, sugere-se um recorte dos resultados por sexo, raça, opção religiosa e orientação sexual, com vistas a identificar possíveis divergências nas representações sociais para estes grupos. Sugere-se ainda a realização de entrevistas com os homossexuais para levantar situações de preconceito e discriminação no ambiente de trabalho.

Conclusão

As organizações de trabalho vivem um momento decisivo, haja vista as exigências globais de produtividade e competitividade a custos reduzidos, sendo crescente a preocupação com o bem-estar dos funcionários e melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho. Tal prerrogativa não escapa aos órgãos públicos que, embora tenham características de funcionamento distintas ao sofrer menos influência do mercado, pois estes também precisam se programar para oferecer um ambiente mais agradável aos seus servidores.

Um dos desafios enfrentados para a melhoria dessas condições diz respeito à aceitação e inclusão da diversidade no corpo funcional, vez que a heterogeneidade dos grupos pode produzir conflitos em virtude de posições antagônicas quanto às diferenças de cor de pele, origens, religiões, orientações sexuais. Neste cenário, é possível emergir manifestações de preconceito em relação aos grupos minoritários, com conseqüente discriminação e assédio moral no contexto do trabalho.

No caso dos homossexuais, pesquisas revelam que o preconceito e a discriminação continuam persistentes e multifacetados, apesar dessa prática ser combatida por meio de lei. Segundo Barreto (2003), no meio organizacional a discriminação pode acontecer com atos ocultos ou explícitos, como por exemplo na limitação de ascensão profissional, perdas de cargo de função ou confiança, realização de tarefas inferiores à capacidade profissional, isolamento, manifestação de piadas e brincadeiras e demissão.

Quando o homossexual percebe tais práticas assediadas no ambiente de trabalho, isto é, depara-se com um ambiente hostil, pode haver uma escolha por não revelar a sua orientação sexual, o que pode gerar sofrimento psíquico com conseqüentes prejuízos para as

organizações (afastamentos ao trabalho, falta de concentração e diminuição da qualidade na realização das tarefas, depressão, entre outros).

Posto isso, acredita-se que a compreensão das representações sociais sobre o trabalho com homossexuais permitirá entender como ocorre o processo de inclusão destes neste ambiente, permitindo, inclusive, identificar possíveis manifestações de preconceito e discriminação. Desse modo, será possível oferecer aos gestores informações e ferramentas que subsidiem o desenvolvimento de programas de inclusão e apoio à diversidade.

Vale ressaltar, no entanto, que as organizações erguem-se por meio de normas rígidas e refletem as pressões discursivas da sociedade do que é visto como “politicamente correto”. Na pesquisa em representações sociais, isso pode mascarar o aparecimento de questões contrárias as normativas vigentes.

Por esse motivo, neste trabalho escolheu-se como orientação teórica a abordagem estrutural das representações sociais, proposta por Abric, em 1976. Como método, utilizou-se a pesquisa da zona muda, com uso da técnica de substituição, que considera a existência de elementos que não são facilmente revelados pelos sujeitos, em função de seu conteúdo contranormativo. A técnica da zona muda permite que se fale por meio de “outrem” sobre os elementos importantes relacionados ao trabalho com homossexuais.

Na análise das evocações do núcleo central, para as situações normal e de substituição, verificou-se a presença de termos com significações mais positivas no grupo de auto referência e no grupo dos colegas de trabalho. No grupo dos pais houve predominância de termos com significação negativa, relacionados a uma concepção da homossexualidade como algo diferente, estranho e errado. As distinções encontradas permitem pensar nos avanços das normas e atitudes provocados pelas teorias de gênero, que passaram a conceber a sexualidade e o sexo sob uma perspectiva contextual, não biologizante. Também refletem as

evoluções do pensamento científico que em 1993 retirou o homossexualismo do rol de desvios e transtornos sexuais do Catálogo Internacional de Doenças.

Como associações centrais comuns aos três grupos (participantes, pais e colegas de trabalho), foram encontradas respeito e igualdade, as quais permitem inferir que os homossexuais são respeitados neste ambiente de trabalho, bem como sobre uma expectativa de que eles sejam tratados como iguais na realização das atividades. As explicações dadas pelos participantes em relação ao termo igualdade revelaram que parece haver um certo temor de que os homossexuais sejam beneficiados por pertencerem a uma minoria política.

Chamam atenção, na análise dos elementos centrais e periféricos, termos relacionados a competência e profissionalismo. É possível inferir que existe uma distinção entre a convivência profissional e pessoal com homossexuais, e que a inclusão destes no ambiente organizacional depende do desempenho e efetividade no trabalho.

A presença do termo preconceito e de evocações características de estereótipos negativos no núcleo central e na periferia próxima, permitem pensar que os homossexuais são aceitos com restrições e muito provavelmente enfrentam dificuldades em revelar a sua orientação sexual. Parece haver um preconceito velado, que se revela nas brincadeiras, nas piadas homofóbica e na crença de que os homossexuais são indivíduos alegres, sensíveis e bem-humorados.

As evocações revelam que a presença de homossexuais neste ambiente possivelmente gere desconforto e constrangimento, principalmente, quando estes se apresentam de forma não convencional, ou seja, demonstram comportamentos diferentes daqueles esperados e/ou atribuídos ao sexo biológico. Existe um receio do grupo heterossexual de vivenciar situações inesperadas no contato com os homossexuais, como por exemplo: ser “cantado” ou ser identificado como pertencente ao grupo dos homossexuais.

A Tabela 7 sintetiza as evocações identificadas para a situação normal, do próprio sujeito da pesquisa, e na situação de substituição, para os grupos de referências dos pais e colegas de trabalho.

Tabela 7

Quadro comparativo das representações sociais referentes à situação normal e de substituição (Estudos 1 e 2).

| | Sujeito | | Pais | | Colegas de Trabalho | |
|--------------------|--------------------|-------------|--------------------|-------------|---------------------|-------------|
| Núcleo Central | Evocação | (F; OME) | Evocação | (F; OME) | Evocação | (F; OME) |
| | <u>Respeito</u> + | (32; 1,656) | <u>Respeito</u> + | (35; 2,114) | <u>Respeito</u> + | (15; 2,146) |
| | Normal + | (32; 2,438) | Normal + | (29; 3,414) | Indiferente + | (22; 3,136) |
| | Preconceito - | (30; 3,400) | Preconceito - | (26; 2,269) | Aceitação + | (15; 3,467) |
| | Diversidade + | (19; 3,000) | Diferente - | (21; 3,476) | Piadas - | (14; 3,357) |
| | <u>Igualdade</u> + | (19; 2,421) | Indiferente + | (19; 3,105) | Profissional + | (13; 2,308) |
| | Competência + | (11; 3,000) | Estranho - | (17; 3,294) | <u>Igualdade</u> + | (11; 2,727) |
| | Tranquilo + | (9; 3,000) | <u>Igualdade</u> + | (10; 2,700) | Tranquilo + | (10; 3,300) |
| | | Difícil - | (8; 2,626) | | | |
| | | Errado - | (8; 3,375) | | | |
| Periferia 1 | Evocação | (F; OME) | Evocação | (F; OME) | Evocação | (F; OME) |
| | Amizade - | (16; 4,188) | Engraçado - | (8; 4,125) | Normal + | (29; 3,552) |
| | Alegria - | (14; 4,571) | | | Preconceito - | (26; 3,654) |
| | Divertido - | (14; 4,000) | | | Amizade - | (11; 4,091) |
| | Indiferente + | (12; 3,750) | | | Divertido - | (11; 5,000) |
| | Diferente - | (9; 5,000) | | | Diferente - | (9; 3,556) |
| | Discriminação - | (9; 4,222) | | | Diversidade + | (9; 3,778) |
| | Profissional + | (9; 3,667) | | | | |
| Periferia 2 | Evocação | (F; OME) | Evocação | (F; OME) | Evocação | (F; OME) |
| | Direito + | (8; 2,750) | Cuidado- | (7; 3,286) | Estranho - | (7; 2,143) |
| | Sensibilidade - | (7; 2,857) | Pecado - | (7; 2,429) | Desconforto - | (6; 2,833) |
| | Tolerância + | (7; 2,857) | Incomum - | (6; 3,167) | Tolerância + | (6; 3,333) |
| | Coleguismo + | (6; 3,000) | Desconforto - | (5; 3,200) | Cuidado - | (5; 2,800) |
| | Cuidado - | (5; 3,200) | Inadequado - | (5; 3,400) | Competência + | (5; 2,600) |
| | Pessoas + | (5; 2,400) | Oportunidade + | (5; 3,400) | Inteligente + | (5; 2,800) |
| | Dignidade + | (4; 1,750) | Profissional + | (5; 3,000) | Constrangimento- | (4; 1,750) |
| | Educação + | (4; 2,750) | Comum + | (4; 3,250) | Homofobia - | (4; 2,000) |
| | Humano + | (4; 1,750) | Constrangedor - | (4; 3,000) | | |
| | Trabalhadores + | (4; 2,750) | Desconhecido - | (4; 3,250) | | |
| Periferia Distante | Evocação | (F; OME) | Evocação | (F; OME) | Evocação | (F; OME) |
| | Dificuldade - | (7; 4,857) | Distância - | (5; 4,800) | Brincadeiras - | (7; 4,857) |
| | Oportunidade + | (6; 4,500) | Doença - | (5; 3,800) | Engraçado - | (7; 4,000) |
| | Legal + | (5; 4,200) | Educação + | (5; 3,800) | Legal + | (6; 3,833) |
| | Necessário + | (5; 5,000) | Discriminação - | (4; 3,750) | Curiosidade + | (4; 6,000) |
| | Companheirismo + | (4; 4,250) | Esquisito - | (4; 3,500) | Desafio + | (4; 3,500) |
| | Comum + | (4; 4,000) | Medo - | (4; 3,750) | Esquisito - | (4; 4,000) |
| | Construtivo + | (4; 4,000) | Sem preconceito+ | (4; 3,750) | | |
| | Desafio - | (4; 3,500) | Sofrimento - | (4; 3,750) | | |
| | Discrção - | (4; 3,500) | Tolerância + | (4; 4,000) | | |
| | Liberdade + | (4; 3,500) | Vergonha - | (4; 3,750) | | |

É possível concluir que embora os homossexuais estejam mais presentes nas organizações, em função da abertura de mercado e diversidade na força de trabalho, tal fato não significou o fim do preconceito e da discriminação. Há um preconceito “velado”, que se revela nos estereótipos negativos, brincadeiras e piadas, bem como nas atribuições de doença, pecado e anormalidade às orientações sexuais não heterossexuais.

Pode-se pensar, a partir das evocações, que o respeito e igualdade advém do desempenho, competência e profissionalismo que os homossexuais precisam demonstrar nestes ambientes. Neste local, aceita-se o profissional e não necessariamente a pessoa. Além disso, é esperado que eles se comportem de acordo com os papéis sociais atribuídos aos sexos masculinos e femininos, sendo discretos em relação à sua sexualidade.

As representações sociais revelam um ambiente não exatamente acolhedor, apesar das normas e regras de convivência estabelecidas. A pressão normativa acaba por transformar em retórica o discurso de inclusão e compreensão das diferenças. Frente à este cenário de exigências e restrições, é possível supor que os homossexuais sejam vítimas de assédio moral e revelem sofrimento no trabalho, uma vez que precisam mostrar competência e controlar o próprio comportamento.

Na análise dos resultados obtidos, pode-se elencar como limitações a este estudo a baixa adesão de respondentes, que representou menos de 2% do total de servidores da casa. Também merece destaque o número de instrumentos válidos (N=111) em relação ao total de participantes (N=458). Muitos sujeitos não completaram a pesquisa, fenômeno que talvez pudesse ser investigado por meio de entrevistas com os participantes da pesquisa e demais servidores do órgão.

Sugere-se, ainda, como meio de complementar as informações obtidas, a realização de entrevistas com os homossexuais para ver se existem situações de discriminação e assédio

moral no ambiente de trabalho, bem como identificar mecanismos e ações realizadas pela empresa, colegas de trabalho e participantes para combater essas práticas discriminantes.

Referências

- Abric, J-C. (1998). A abordagem estrutural das representações sociais. Em: A. S. P. Moreira & D. C. Oliveira (Orgs.), *Estudos interdisciplinares de representação social* (p. 27 - 38). Goiânia, GO: AB Editora.
- Abric, J-C. (2001). *Prácticas sociales y representaciones*. México, D.F.: Ediciones Coyoacán.
- Abric, J-C. (2003a). Abordagem estrutural das representações sociais: Desenvolvimentos recentes. Em: P. H. S. Campos & N. C. S. Loureiro (Orgs.). *Representações sociais e práticas educativas* (p. 37 – 57). Goiânia, GO: Ed. UCG.
- Abric, J-C. (2003b). La recherche du noyau central et la zone muette des représentations sociales. Em: J-C. Abric (Org.). *Méthodes d'études des représentations sociales* (p. 60 – 80). Ramonville, Saint-Agne.
- Abric, J-C. (2005). A zona muda das representações sociais. Em: D. C. Oliveira & P. H. F. Campos (Orgs.). *Representações sociais: Uma teoria sem fronteiras* (p. 23 – 34). Rio de Janeiro: Museu da República.
- Almeida, A. M. O. (1999). A trama da vida: maturidade e gênero. *Revista Humanidades*, 46, 120 – 129.
- Almeida, A. M. O., Santos, M. F. S., & Trindade, Z. A. (2000). As práticas sociais como objeto de estudo: Contribuições teóricas e dificuldades metodológicas. Trabalho apresentado no VIII Simpósio da ANPEPP, Serra Negra.
- Amorim, A. K., Andrade, J. M., Gaudêncio, C. A., Coelho, G. L., & Palhano, D. B. (2012). Homofobia no ambiente de trabalho. Trabalho apresentado no VI Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH, Salvador

- BA. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/laicf/wp-content/uploads/2013/12/A054.pdf>.

Barreto, M. M. S. (2003). *Violência, saúde e trabalho: uma jornada de humilhações*. São Paulo, SP: EDUC.

Beauvoir, S. (1970). *Segundo Sexo*. São Paulo, SP: Nova Fronteira.

Borges, M., Lima, D., & Almeida, A. M. O. (2008). Mel com fel: Representações sociais do cuidado de enfermagem e cidadania. *Comunicação em Ciências da Saúde*, 19 (4), 333 – 342.

Borrillo, D. (2009). A homofobia. Em: T. Lionço & D. Diniz (Orgs.). *Homofobia & Educação: Um desafio ao silêncio* (p. 15 – 46). Brasília, DF: Letras Livres, EdUNB.

Costa, T. L. (2007). *As representações sociais acerca das pessoas com HIV/AIDS entre enfermeiros: Um estudo da zona muda*. (Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro). Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp040952.pdf>.

Diamond, M. (2000). Sex and gender: same or diferente? *Feminism and Psychology*, 10 (1), 46-54.

Diamond, M. (2002). Sex and gender are diferente: sexual identity and gender identity are different. *Clinical Child Psychology and Psychiatry*, 7 (3), 320-334.

Eccel, C. S., & Flores-Pereira, M. T. (2008). A inserção da diversidade homossexual em uma livraria de *shopping center*: Um estudo crítico. Trabalho apresentado no XXXII Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/GPR-B855.pdf>.

- Etringer, B., Hillerbrand, E., & Hetherington, C. (1990). The influence of sexual orientation on career decision-making: a research note. *Journal of Homosexuality*, 19 (4), 103 – 133.
- Fagundes, T. C. P. C. (2001). Educação e construção da identidade de gênero. Em: T. C. P. C. Fagundes (Orgs.). *Ensaio sobre gênero e educação* (p. 11 – 18). Salvador, BA: Editora UFBA em Campo.
- Farr, R. M. (2009). Representações sociais: A teoria e sua história. Em: P. Guareschi & S. Jovchelovitch (Orgs), *Textos em Representação Social* (p. 31 – 59). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Felicíssimo, M. (2014). *(Re)Apresentações da homofobia e da homossexualidade: Um estudo discursivo a partir de vídeos do kit “Projeto Escola Sem Homofobia”*. (Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais). Disponível em:
http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/MGSS-9LZPAY/tese_manuella_felicissimo_versao_final_com_fi_cha_catalogr_fica_pdf__1____1_.pdf?sequence=1.
- Ferreira, R. C. (2007). *O gay no ambiente de trabalho*. (Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília). Disponível em:
http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_arquivos/61/TDE-2007-09-21T130539Z-1793/Publico/Dissert_Renata%20Costa.pdf.
- Ferreira, R. C., & Siqueira, M. V. (2007). O gay no ambiente de trabalho: Análise dos efeitos de ser gay nas organizações contemporâneas. Trabalho apresentado no XXXI Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro. Disponível em:
<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EOR-B524.pdf>.

- Fleury, M. T. (2000). Gerenciando a diversidade cultural: Experiências de empresas brasileiras. *Revista de Administração de Empresas*, 40 (3), 18 - 25.
- Foucault, M. (1999). *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal.
- Furtado, E. V. G. (2009). *Representações sociais do corpo, mídia e atitudes*. (Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina). Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/92473>.
- Galinkin, A. L., & Almeida, A. M. O. (2004). Representações sociais da violência entre adolescentes e professores de classe média. Em: L. R. Castro & J. Correa (Orgs.). *Juventude contemporânea: perspectivas nacionais e internacionais* (p. 233 – 254). Rio de Janeiro, RJ: NAU Editora.
- Galinkin, A. L., & Ismael, E. (2013). Gênero. Em: L. Camino, A.R.R. Torres, M.E.O. Lima, & M.E. Pereira. *Psicologia Social: Temas e Teorias* (p. 643 – 700). Brasília, DF: TechnoPolitik.
- Galinkin, A. L., Santos, C., & Zauli-Fellows, A. (2010). Estudos de gênero na psicologia social. Em: A. L. Galinkin & C. Santos (Orgs.). *Gênero e Psicologia Social* (p. 17 – 29). Brasília, DF: TechnoPolitik.
- Garcia, A., & Souza, E. M. (2010). Sexualidade e trabalho: estudo sobre a discriminação de homossexuais masculinos no setor bancário. *Revista de Administração Pública*, 44 (6), 1353-1377.
- Irigaray, H. A. (2007). *Estratégia de sobrevivência dos gays no ambiente de trabalho*. Trabalho apresentado no XXXI Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro - RJ. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EOR-A216.pdf>.

- Jodelet, D. (2001). Representações Sociais: Um domínio em expansão. Em: D. Jodelet (Orgs.). *As representações sociais* (p. 17 – 44). Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.
- Kurz, R. (1993). As luzes do mercado se apagam: As falsas promessas do neoliberalismo ao término de um século em crise. *Revista Estudos Avançados*, 7 (18), 07 – 41.
- Louro, G. L. (2000). Pedagogias da sexualidade. Em: G. L. Louro (Orgs.). *O corpo educado* (p. 07 – 34). Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Mazzon, J. A. (2009). Projeto de estudo sobre ações discriminatórias no âmbito escolar, organizadas de acordo com áreas temáticas, a saber: étnico-racial, gênero, geracional, territorial, necessidades especiais, socioeconômica e orientação sexual (Relatório Analítico Final). Disponível no site da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, em <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relatoriofinal.pdf>.
- Melo, E., Freitas, J. M., & Ferreira, V. M. (2001). Representações de gênero: Abordagem histórica. Em: T. C. P. C. Fagundes (Orgs.). *Ensaio sobre gênero e educação* (p. 19 – 50). Salvador, BA: Editora UFBA em Campo.
- Menin, M. S. S. (2006). Representação social e estereótipo: A zona muda das representações sociais. *Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22 (1), 043 – 052.
- Moscovici, S. (2013). Representações sociais: investigações em psicologia social. Rio de Janeiro: Vozes.
- Nogueira, C. (2001a). Feminismo e discurso de gênero na Psicologia Social. *Revista Psicologia e Sociedade*, 13 (1), 107-128.
- Nogueira, C. (2001b). Contribuições do construcionismo social a uma nova psicologia do gênero. *Cadernos de Pesquisa*, 112, 137 – 153.

- Organização Internacional do Trabalho (2012). Perfil do Trabalho Decente no Brasil: um olhar sobre as Unidades da Federação durante a segunda metade da década de 2000. Disponível no site da Organização Interacional do Trabalho, em http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/indicadorestdnovo_880.pdf.
- Pérez-Nebra, A. R., & Jesus, J. G. (2011). Preconceito, estereótipo e discriminação. Em: C. V. Torres & E. R. Neiva (Orgs.). *Psicologia social: Principais temas e vertentes* (p. 217 – 237). Porto Alegre: ArtMed.
- Pereira, M. E. (2002). *Psicologia social dos estereótipos*. São Paulo: E. P. U.
- Perucchi, J. (2009). Dos estudos de gênero às teorias queer: Desdobamentos do feminismo e do movimento LGBT na psicologia social. Trabalho apresentado no XV Congresso da ABRAPSO, Maceió. Disponível em: http://abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/627.%20dos%20e%20studos%20de%20g%C3%A1nero%20e%20teorias%20queer.pdf. Acesso em 13/01/2015.
- Polli, G. M., & Wachelke, J. (2013). Confirmação de centralidade das representações sociais pela análise gráfica do questionário de caracterização. *Revista Temas em Psicologia*, 21 (1), 97 – 104.
- Presidência da República, Secretaria de Direitos Humanos. (2012). Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: Ano de 2011. Recuperado em: 02 de janeiro, 2015, de <http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-ano-2012>.
- Presidência da República, Secretaria de Direitos Humanos. (1996). Programa Nacional de Direitos Humanos. Recuperado em 02 de janeiro, 2015, de

<http://www.sdh.gov.br/assuntos/direito-para-todos/programas/pdfs/programa-nacional-de-direitos-humanos-pndh-3>.

- Pretes, E. A., & Vianna, T. (2008). História da criminalização da homossexualidade no Brasil: da sodomia ao homossexualismo. Em: W. Lobato, C. Sabino & J. F. Abreu (Orgs.). *Iniciação científica: Destaques 2007* (p. 313-392). Belo Horizonte, MG: Ed. PUC Minas.
- Ribeiro, C. V., & Leda, D. B. (2004). O significado do trabalho em tempos de reestruturação produtiva. *Estudos e Pesquisa em Psicologia*, 4 (2), 76 – 83.
- Sá, C. P. (1996a). Representações sociais: O conceito e o estado atual da teoria. Em: M. J. P. Spink (Org.), *O conhecimento no cotidiano: As representações sociais na perspectiva da psicologia social* (p. 19 – 45). São Paulo, SP: Brasiliense.
- Sá, C. P. (1996b). Núcleo central das representações sociais. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Sá, C. P. (1998). A construção do objeto de pesquisa em representações sociais. Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ.
- Santos, M. M. R. (2006). *Desenvolvimento da identidade de gênero em casos de intersexualidade: Contribuições da psicologia*. (Tese de Doutorado, Universidade de Brasília). Disponível em:
http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=36.
- Saraiva, L. A., & Irigaray, H. A. (2007). Políticas de diversidade nas organizações: Uma questão de discurso? Trabalho apresentado no XXXI Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EOR-B215.pdf>.

Saviani, D. (2002). Transformações do capitalismo, do mundo do trabalho e da educação.

Em: J. C. Lombardi, D. Saviani & J. L. Sanfelice (Orgs.). *Capitalismo, trabalho e educação* (13 – 24). São Paulo, SP: Editora Autores Associados.

Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, 20 (2), 71-95.

Silva, M. A. (2009). *Religião, sexualidade e poder: A liderança religiosa e política dos Evangélicos pentecostais*. (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo).

Disponível em

http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=143186.

Silva, S. G. (2000). Masculinidade na História: A construção cultural da diferença entre os sexos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 20 (3), 8-15.

Siqueira, M. V. S., Ferreira, R. C., & Zauli-Fellows, A. (2006). Gays no ambiente de trabalho: Uma agenda de pesquisa. Trabalho apresentado no XXX Encontro da ANPAD. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-gpra-1782.pdf>.

Siqueira, M. V. S., Saraiva, L. A. S., Carrieri, A. P., Lima, H. K. B. & Andrade, A. J. A.

(2009). Homofobia e violência moral no trabalho no Distrito Federal. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6311/6/ARTIGO_HomofobiaViolenciaMoralTrabalho.pdf.

Siqueira, M. V. S., & Zauli-Fellows, A. (2006). Diversidade e identidade gay nas organizações. Em: Encontro de Estudos Organizacionais. Porto Alegre, RJ: ANPAD.

Disponível em:

http://www.anpad.org.br/evento.php?acao=trabalho&cod_edicao_subsecao=57&cod_evento_edicao=18&cod_edicao_trabalho=4357.

Toneli, M. J. F. (2012). Sexualidade, gênero e gerações: continuando o debate. Em: A. M.

Jacó-Vilela & L. Sato (Orgs.). *Diálogos em psicologia social [online]* (p. 147 – 167).

Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

Vala, J. (2006). Representações sociais e psicologia social do conhecimento cotidiano. Em: J.

Vala & M. B. Monteiro (Orgs), *Psicologia Social* (p. 457 – 502). Lisboa, Portugal:

Fundação Calouste Gulbenkian.

Viola, S. E. A. (2008). Direitos humanos e democracia no Brasil. São Leopoldo, RS: Editora

Unisinos.

Zauli-Fellows, A., Torres, C. V., & Galinkin, A. L (2012). Câmara dos Deputados:

democracia e igualdade de oportunidades entre mulheres e homens? Cadernos de

Psicologia Social do Trabalho, 15 (1), 49-64.

Referências Estudo 1

- Abric, J-C. (2001). *Práticas sociais y representaciones*. México, D. F.: Ediciones Coyoacán.
- Almeida, A. M. O. A., & Gunha, G. G. (2003). Representações sociais do desenvolvimento humano. *Revista Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16 (1), 147 – 155.
- Cabecinhas, R. (2004). Representações sociais, relações intergrupais e cognição social. *Paidéia*, 14 (28), 125 – 137.
- D'Amorim, M. A. (1997). Estereótipos de gênero e atitudes acerca da sexualidade em estudos sobre jovens brasileiros. *Revista Temas em Psicologia*, 3, 121 - 134.
- Ferreira, R. C., & Siqueira, M. V. (2007). O gay no ambiente de trabalho: Análise dos efeitos de ser gay nas organizações contemporâneas. Trabalho apresentado no XXXI Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro. Disponível em:
<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EOR-B524.pdf>.
- Furtado, O. (1999). Resolução CFP nº 001/1999. Disponível em: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf.
- Garcia, A., & Souza, E. M. (2010). Sexualidade e trabalho: estudo sobre a discriminação de homossexuais masculinos no setor bancário. *Revista de Administração Pública*, 44 (6), 1353 - 1377.
- Galinkin, A. L., & Ismael, E. (2013). Gênero. Em: L. Camino, A.R.R. Torres, M.E.O. Lima, & M.E. Pereira. *Psicologia Social: Temas e Teorias* (p. 643 – 700). Brasília, DF: TechnoPolitik.
- Galinkin, A. L., Seidl, E. M. F., Barbosa, B. T., & Magalhães, R. F. (2012). Representações sociais acerca da aids e percepção de risco de infecção entre estudantes universitários.

Revista Tempus Acta em Saúde Coletiva. Disponível em:

<http://www.tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/viewArticle/1155>.

Guedes, M. E. F. (1995). Gênero: O que é isso? Revista Psicologia: Ciência e Profissão, 1 (2), 4 – 11.

Herek, G. M. (1984). Beyond homofobia: A social psychological perspective on attitudes toward lesbians and gay men. Journal of Homosexuality, 10 (1), 1 - 21.

Herek, G. M. (1991). Stigma, prejudice and violence against lesbian and gay men. Em: J. C. Gonsiorek & J. D. Weinrich (Orgs.). *Homosexuality: Research implications for public policy*. Newbury Park, CA: Sage.

Irigaray, H. A. R. (2007). Estratégias de sobrevivência dos gays no ambiente de trabalho. Trabalho apresentado no XXXI Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EOR-A216.pdf>.

Jodelet, D. (2001). Representações Sociais: Um domínio em expansão. Em: D. Jodelet (Orgs.). *As representações sociais* (p. 17 – 44). Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ.

Junqueira, R. D. (2007). Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. Revista Bagos, 1 (1), 1 – 22. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/educacaoemhomofobia/TextosSite/Homofobialimitesepossibilidadesdeumconceitoemmeioadisputas.pdf>.

Koltai, C. (1999). Violência e indiferença: Duas formas de mal-estar na cultura. Revista São Paulo em Perspectiva, 13 (3), 76 - 80.

Louro, G. L. (2004). Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria *queer*. Belo Horizonte, MG: Autêntica.

- Marques, J., & Paéz, D. (2006). Processos cognitivos e estereótipos sócias. Em: J. Vala & M. B. Monteiro (Orgs), *Psicologia Social* (p. 333-386). Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Martins, P. O., Trindade, Z. A., & Almeida, A. M. O. (2003). O Ter e o Ser: Representações sociais da adolescência entre adolescentes de inserção urbana e rural. *Revista Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16 (3), 555 – 568.
- Menandro, M. C. S., Trindade, Z. A., & Almeida, A. M. O. (2003). Representações sociais da adolescência/juventude a partir de textos jornalísticos (1968/1974 – 1966-2002). *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 55 (1), 42 – 55.
- Moscovici, S. (2013). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Mott, L. (2006). Homo-afetividade e direitos humanos. *Revista Estudos Feministas*, 14 (2), 509 – 521.
- Mourão, T. M. F., & Galinkin, A. L. (2008). Equipes gerenciadas por mulheres: Representações sociais sobre gerenciamento feminino. *Revista Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21 (1), 91 - 99.
- Presidência da República, Secretaria de Direitos Humanos. (2012). *Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: Ano de 2011*. Recuperado em: 02 de janeiro, 2015, de <http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-ano-2012>.
- Pretes, E. A., & Vianna, T. (2008). História da criminalização da homossexualidade no Brasil: da sodomia ao homossexualismo. Em: W. Lobato, C. Sabino & J. F. Abreu (Orgs.). *Iniciação científica: Destaques 2007* (p. 313-392). Belo Horizonte, MG: Ed. PUC Minas.

- Ribeiro, S., & Almeida, A. (2010). Significados da homossexualidade: Entre o medo e o preconceito. Em: A. L. Galinkin & C. Santos (Orgs.). *Gênero e psicologia social: Interfaces* (245 – 272). Brasília, DF: Technopolitik.
- Sá, C. P. (1998). A construção do objeto de pesquisa em representações sociais. Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ.
- Sá, C. P., Oliveira, D. Z., Castro, R. V., Vetere, R., & Carvalho, R. V. (2009). A memória histórica do regime militar ao longo de três gerações no Rio de Janeiro: sua estrutura representacional. *Revista Estudos de Psicologia*, 26 (2), 159 - 171.
- Siqueira, M. V. S., Ferreira, R. C., & Zauli-Fellows, A. (2006a). Gays no ambiente de trabalho: Uma agenda de pesquisa. Trabalho apresentado no XXX Encontro da ANPAD. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-gpra-1782.pdf>.
- Siqueira, M. V. S., Saraiva, L. A. S., Carrieri, A. P., Lima, H. K. B., & Andrade, A. J. A. (2009). Homofobia e violência moral no trabalho no Distrito Federal. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6311/6/ARTIGO_HomofobiaViolenciaMoralTrabalho.pdf.
- Siqueira, M. V. S., & Zauli-Fellows, A. (2006b). Diversidade e identidade gay nas organizações. Em: Encontro de Estudos Organizacionais. Porto Alegre, RJ: ANPAD. Disponível em: http://www.anpad.org.br/evento.php?acao=trabalho&cod_edicao_subsecao=57&cod_evento_edicao=18&cod_edicao_trabalho=4357.
- Trevisan, J. S. (2000). Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro, RJ: Record.

Wachelke, J., & Wolter, R. P. (2011). Critérios de construção e relato da análise prototípica para representações sociais. *Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 27 (4), 521 - 526.

Referências Estudo 2

- Abric, J-C. (2001). *Prácticas sociales y representaciones*. México, D. F.: Ediciones Coyoacán.
- Abric, J-C. (2003). *La recherche du noyau central et la zone muette des représentations sociales*. Em: J-C. Abric (Org.). *Méthodes d'études des représentations sociales* (p. 60 – 80). Ramonville, Saint-Agne.
- Abric, J-C. (2005). *A zona muda das representações sociais*. Em: D. C. Oliveira & P. H. F. Campos (Orgs.). *Representações sociais: Uma teoria sem fronteiras* (p. 23 – 34). Rio de Janeiro: Museu da República.
- Cavalcanti, G. G. (2005). *Um estudo sobre gerenciamento de impressões em relação ao gênero feminino*. Trabalho apresentado no XII SIMPEP. Disponível em:
http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:CEjqeNkVbw0J:www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais_12/copiar.php%3Farquivo%3DGOIS_GC_Estudo%2520gerenciamento.pdf+%&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br.
- Costa, T. L. (2007). *As representações sociais acerca das pessoas com HIV/AIDS entre enfermeiros: Um estudo da zona muda*. (Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro). Disponível em:
<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp040952.pdf>.
- Costa, T. L., Oliveira, D. C., & Formozo, G. A. (2012). *Representações sociais sobre pessoas com HIV/AIDS entre enfermeiros: Uma análise estrutural e de zona muda*. *Revista Estudos e Pesquisa em Psicologia*, 12 (1), 242 – 259.
- Ferreira, R. C. (2007). *O gay no ambiente de trabalho*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília - DF. Disponível em:

http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_arquivos/61/TDE-2007-09-21T130539Z-1793/Publico/Dissert_Renata%20Costa.pdf.

Galinkin, A. L., Seidl, E. M. F., Barbosa, B. T., & Magalhães, R. F. (2012). Representações sociais acerca da aids e percepção de risco de infecção entre estudantes universitários. *Revista Tempus Acta em Saúde Coletiva*. Disponível em:
<http://www.tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/viewArticle/1155>.

Goffman, E. (2004). *A representação do EU na vida cotidiana*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Jovchelovitch, S. (2009). Vivendo a vida com os outros: Intersubjetividade, espaço público e representações sociais. Em: P. Guareschi & S. Jovchelovitch (Orgs). *Textos em Representação Social* (p. 63 – 85). Petrópolis, RJ: Vozes.

Mendonça, J. R. (2003). O estudo do gerenciamento de impressões nas organizações: uma visão geral do tema e considerações sobre a pesquisa e a produção no Brasil. Em: C. A. Carvalho & M. M. Falcão (Orgs.). *Organizações, cultura e desenvolvimento local: A agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional* (p. 61 – 90). Recife, PE: EDUFEPE.

Menin, M. S. S. (2006). Representação social e estereótipo: A zona muda das representações sociais. *Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22 (1), 043 – 052.

Moscovici, S. (2013). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Rio de Janeiro: Vozes.

Mourão, T. M. F., & Galinkin, A. L. (2008). Equipes gerenciadas por mulheres: Representações sociais sobre gerenciamento feminino. *Revista: Reflexão e Crítica*, 21 (1), 91 - 99.

- Oliveira, D. C., & Costa, T. L. (2007). A zona muda das representações sociais sobre o portador de HIV/AIDS: Elementos normativos e contranormativos do pensamento social. *Revista: Teoria e Prática*, 9 (2), 73 – 91.
- Tajfel, H., & Turner, J. C. (1986). The social identity theory of intergroup behavior. Em: S. Worchel & W. G. Austin (Orgs.). *Psychology of Intergroup Relation* (p. 7-24). Chicago: Nelson – Hall Publishers.
- Vala, J. (1997). Representações sociais e percepções intergrupais. *Revista Análise Social*, XXXII, 7 - 29.
- Wachelke, J., & Wolter, R. P. (2011). Critérios de construção e relato da análise prototípica para representações sociais. *Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 27 (4), 521 - 526.
- Wolter, R. P., & Wachelke, J. (2013). Índices complementares para o estudo de uma representação social a partir de evocações livres: raridade, diversidade e comunidade. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, 15 (2), 119 - 129.

ANEXOS

Anexo I

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

DIVERSIDADE DE GÊNERO NO AMBIENTE DE TRABALHO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Este documento visa solicitar a sua participação nesta pesquisa que tem como objetivo compreender elementos da diversidade de gênero no ambiente de trabalho. Por intermédio deste Termo são-lhe assegurados os seguintes direitos:

- 1) Solicitar, a qualquer tempo, maiores esclarecimentos sobre esta Pesquisa;
- 2) Sigilo absoluto sobre nomes, apelidos, datas de nascimento, local de trabalho, bem como quaisquer outras informações que possam levar à identificação pessoal;
- 3) Ampla possibilidade de negar-se a responder quaisquer questões ou a fornecer informações que julgue prejudiciais à sua integridade física, moral e social;
- 4) Desistir, a qualquer tempo, de participar da Pesquisa.

Sempre que quiser você poderá pedir mais informações sobre a pesquisa, por e-mail - lisllybarros@gmail.com, ou por telefone (61) 8426.6887.

Tendo em vista os itens acima apresentados, declaro estar ciente das informações constantes deste 'Termo de Consentimento Livre e Esclarecido'.

Brasília, _____ de _____ de _____.

Participante: _____

Participante

Pesquisadora

Anexo II

Instrumento de Evocação

DIVERSIDADE DE GÊNERO NO AMBIENTE DE TRABALHO

Prezado(a) participante,

Estamos realizando uma pesquisa sobre diversidade de gênero no ambiente de trabalho. O questionário a seguir faz parte desse estudo. Para participar, não é necessário se identificar, sendo os dados fornecidos sigilosos.

Não há respostas certas ou erradas. Todas as respostas são válidas. Sua colaboração é fundamental para a realização desta pesquisa.

- 1) Escreva as 6 primeiras palavras ou expressões que lhe vem à mente sobre o trabalho com homossexuais.

() _____ () _____
 () _____ () _____
 () _____ () _____

- 2) Nos parênteses ao lado de cada palavra ou expressão do item 1, enumere de 1 a 6, sendo 1 a mais importante e 6 a menos importante **pra você**.

- 3) Explique, no espaço abaixo, a escolha da palavra ou expressão de número 1.

- 4) Agora escreva 6 palavras ou expressões que lhe vem à mente sobre o que significa trabalhar com homossexuais, do ponto de vista de seu **pai/mãe**.

() _____ () _____
 () _____ () _____
 () _____ () _____

- 5) Nos parênteses ao lado de cada palavra ou expressão no item 4, enumere de 1 a 6, sendo 1 a que você considera mais importante e 6 a menos importante, do ponto de vista de seu **pai/mãe**.
- 6) Explique, no espaço abaixo, porque você acha que esta é para eles a mais importante.

- 7) Do ponto de vista de seus **colegas de trabalho**, escreva 6 palavras ou expressões sobre o que significa trabalhar com homossexuais.

() _____ () _____
 () _____ () _____
 () _____ () _____

- 8) Nos parênteses ao lado de cada palavra ou expressão do item 7, enumere de 1 a 6, sendo 1 a que você considera mais importante e 6 a menos importante, do ponto de vista de seus **colegas de trabalho**.
- 9) Explique, no espaço abaixo, porque você acha que esta é para eles a mais importante.

Perfil Sociodemográfico

Qual a sua idade? _____ Sexo: () Masculino () Feminino
 Local onde mora? _____ Reside com quantas pessoas? _____
 Você se considera, quanto à cor da pele?
 () Branca () Negra () Amarela () Parda () Não se identifica
 Você se considera, quanto à religião?
 () Católica () Espírita () Evangélica () Sem religião
 () Outra. Qual? _____
 Quanto a relacionamento, no momento você está:
 () Solteiro(a) () Ficando () Namorando () União estável/Morando ()
 Casado(a) () Separado(a) () Outro. Qual? _____
 Você tem filhos? () Não () Sim. Quantos? _____
 Qual o tipo de empresa que você trabalha? () Pública () Privada
 Qual a posição que você ocupa na organização?
 () Assistente/Técnico () Assessoria
 () Analista () Executivo
 Qual o nome do cargo ocupado? _____
 Qual a sua orientação Sexual:
 () Heterossexual () Homossexual () Bissexual () Outros: _____

Muito obrigada pela participação!